PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Marcos Valdir Silva

Transcendendo o Ideário do Arco-Íris:
da invisibilidade à efetivação de direitos

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

São Paulo
2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Marcos Valdir Silva

Transcendendo o Ideário do Arco-Íris:
da invisibilidade à efetivação de direitos

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Martinelli.

São Paulo
2009

Banca Examinadora:

_____

_____

_____

Dedico esta dissertação a:
minha mãe Maria Aparecida da Silva,
pedra angular em minha vida.

AGRADEÇO....

Ao Criador, que me criou como sou e todos os dias me mostra o caminho a trilhar.

À minha família, minha mãe Maria, meu pai João, minhas irmãs Valdira e Sônia, meus sobrinhos Juliano, Luciano, Rúbia e Lucas. A eles meu agradecimento pelo carinho e apoio de sempre.

Ao Fábio, companheiro que um dia chegou em minha vida para partilhar o mais sublime dos sentimentos: o Amor.

Aos amigos da caminhada, Nilda, Teresa, Dutra, Andreia de Miranda, Rosemeire Cândido, Kika Medina, Ana Márcia e Heitor, Carlos e Fátima, com os quais tenho contado em todos os momentos.

Aos amigos Airton e Gilson, que no caminhar da vida conheci e que hoje fazem parte de minha história de forma singular, um brinde a vocês sempre.

À Professora Doutora Maria Lúcia Martinelli, querida mestra que com sabedoria e doçura me conduziu na elaboração desta dissertação. Sua presença fez com que todo este processo se tornasse um grande momento na construção da minha identidade.

Aos sujeitos de minha pesquisa, Assistentes Sociais, Valdirene dos Santos, Solange Massari, Maria Eliza Braga, Silvana Mara e ao militante Toni Reis, obrigado pela oportunidade de conhecer suas trajetórias e com elas produzir esta dissertação.

Às queridas amigas Professoras Doutoras Maria Regina de Ávila e Maria Fernanda Teixeira Branco Costa. O apoio de vocês foi fundamental para a realização deste sonho. Nos gestos do cotidiano conhecemos a grandeza de cada pessoa.

Às professoras Maria Carmelita Yazbek, Mirian Veras Batista, Maria Lúcia Barroco, Maria Lúcia Rodrigues, Aldaíza Sposati, Ivone Dias Avelino e ao Professor Salvador Sandoval, com quem tive o prazer de realizar disciplinas e construir novos saberes.

Aos amigos Adilson, Elisete, Gisele, Maira, Rodrigo, pessoas que sempre me incentivaram e de forma muito fraterna colaboraram nesta trajetória. Sei que o tempo pode passar mas as lembranças ficam para sempre.

À querida Kátia, que com seu sorriso sempre me auxiliou de forma tão profissional e gentil.

Às direções do CRESS/SP, gestão provisória 2005/2007 e gestão "AmpliaSSões" 2008/2011 pela coragem de assumirem de forma definitiva a luta pelos direitos LGBT.

Ao CFESS, pelo apoio no fornecimento de material utilizado nesta dissertação e pela coragem de estar na luta, mantendo uma atitude crítica contra todas as formas de opressão.

À Fundação Casa – Centro de Atendimento Sócio-educativo, por ter acreditado em mim e ter me apoiado na realização de mais esta etapa formativa de minha vida profissional.

Aos amigos e amigas da PUC-SP, com quem na convivência das disciplinas pude compartilhar e trocar saberes.

Aos companheiros e companheiras do Grupo Atitude de São José dos Campos e do Fórum Paulista LGBT, que com coragem e garra colocam suas vidas à disposição da construção de uma sociedade livre de todos os preconceitos.

Ao amigo Lula Ramirez, que colaborou de forma solidária na finalização deste trabalho.

À CAPES, pela concessão da bolsa, sem a qual este projeto de pesquisa e de vida não seria viabilizado.

RESUMO

Esta dissertação propõe ampliar o debate quanto à efetivação de direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, fazendo uma interlocução com a prática interventiva dos assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia. Fundamentando a pesquisa, realizei uma reconstrução de minha história de vida, sua interlocução com a trajetória do Movimento LGBT brasileiro e a construção de minha identidade profissional e militante. Busquei também resgatar a participação da categoria profissional frente à possibilidade de efetivação de direitos da população LGBT. Para alcançar tal objetivo realizei um trabalho de aprofundamento teórico da temática da diversidade sexual, discutindo temas como sexualidade, heteronormatividade, orientação sexual e projeto ético-político da profissão, temas estes de suma importância para se conseguir romper com o preconceito ainda hoje existente na sociedade. Mas acreditando que ocorreram avanços e conquistas, sistematizei concepções, termos e informações através de pesquisa documental e bibliográfica sobre a história do Movimento LGBT, apresentando um banco de dados composto por tabelas, gráficos e informações referentes às legislações e aos Centros de Referência hoje existentes no Brasil. Nesta busca encontrei sujeitos e, com eles, suas experiências e narrativas, o que me levou à utilização da metodologia da História Oral para ouvir seus relatos. Ao expressarem seus posicionamentos e experiências, tive a possibilidade de conhecer a realidade daqueles que lutam contra a homofobia. Sabendo que a efetivação de direitos acontece a partir do reconhecimento de demandas por parte do Estado, ouvimos relatos das assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência de Campinas e de São Paulo, sendo estes hoje novos espaços de atuação profissional para a categoria. Um aspecto importante da dissertação é a possibilidade de integrar a luta do movimento LGBT com a pauta do conjunto CFESS/CRESS quanto à temática da livre orientação sexual. Assim percebi que transcender o ideário do arco-íris hoje é fazer com que a invisibilidade seja superada, possibilitando oportunidades de construção de direitos iguais a todos, independentemente de sua orientação sexual.

Palavras-chave: Diversidade Sexual, Invisibilidade, Ação Profissional, Projeto Ético-político do Serviço Social.

ABSTRACT

This dissertation intends to expand the debate on the enforcement of rights involving the Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender people, in a dialogue with the professional practice of social workers in the Reference Centers for Human Rights in the Prevention and Fight Against Homophobia. As the basis for the research I have reconstructed my life history, its interconnection with the trajectory of the Brazilian LGBT movement and the construction of identity as a professional and an activist. I have also tried to search for and tell the participation of social workers towards the possibility of enforcing LGBT rights. In order to achieve such purpose I have conducted in-depth reading of theoretical approaches to sexual diversity and discussed themes such as sexuality, heteronormativity, sexual orientation and the ethical/political project of professional social workers. These themes are of high importance to overcome the prejudice that still prevails in society to this day. But, as I believe advancements and achievements have been made, I have organized conceptions, terms and information through a documental and bibliographical research on the history of the LGBT movement, resulting in a database consisting of tables, charts and information concerning the legislation and the Reference Centers currently operating in Brazil. This search has allowed me to find people and their experiences and personal accounts, which then required the use of Oral History methodology. As they express their opinions and experiences I had the opportunity to know the reality of those who fight homophobia. Since the enforcement of rights is a result of the acknowledgment of demands and needs by the State, I listened to the accounts provided by social workers from the Reference Centers in Campinas and São Paulo, as they represent today new places for this professional category. An important aspect of this dissertation is the possibility of integrating the LGBT movement struggle with the agenda of the Social Workers´ Professional Councils statewide and nationwide in regard of the sexual orientation. Thus, I perceived that going beyond the rainbow ideas today is to contribute to overcome invisibility and provide opportunities to build rights that are equal to everyone regardless of their sexual orientation.

Keywords: Sexual diversity, Invisibility, Professional Action, Ethical/political Project in Social Work

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....12

1 – TODA HISTÓRIA CONSTROI SUJEITOS E SUJEITOS CONSTROEM HISTÓRIAS.....17
1.1 – UMA HISTÓRIA REVISTA E CONTADA PELO SUJEITO 17
1.2 – MINHA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E A CERTEZA PELA MILITÂNCIA..... 25
1.3 – SER SUJEITO NO PROCESSO, RELATO DE APROXIMAÇÃO AO TEMA.....29
1.4 – A METODOLOGIA DA PESQUISA.....36

2 – SEXUALIDADE E DIVERSIDADE SEXUAL.....42
2.1 – SEXUALIDADE.....42
2.2 – SOCIEDADE HETERONORMATIVA.....47
2.3 – DIVERSIDADE SEXUAL E SEUS SUJEITOS.....49

3 – MOVIMENTO LGBT: UMA LUTA HISTÓRICA.....55
3.1 – RELEMBRANDO A HISTÓRIA E SEUS SUJEITOS.....55
3.2 – VISIBILIDADE E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS.....61
3.3 – UM MOVIMENTO QUE TOMA AS RUAS.....77

4 – O RECONHECIMENTO POLÍTICO E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....89
4.1 – BRASIL SEM HOMOFOBIA.....89
4.2 – OS CENTROS DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE À HOMOFOBIA NO BRASIL.....94
4.2.1 – AVANÇANDO NA LUTA CONTRA A HOMOFOBIA.....94
4.3 – OS CENTROS DE REFERÊNCIA DE CAMPINAS E DE SÃO PAULO.....98

4.3.1 – CAMPINAS, O PRIMEIRO DO BRASIL.....98
4.3.2 – SÃO PAULO, UMA VONTADE POLÍTICA.....105
4.4 – O PIONEIRISMO DE UMA PROFISSÃO QUE ENFRENTA AS DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS.....109
4.4.1 – A TRAJETÓRIA E A ATUAÇÃO NO CENTRO DE REFERÊNCIA.....111
4.4.2 – INSERÇÃO NO CENTRO DE REFERÊNCIA.....112
4.4.3 – O CENTRO DE REFERÊNCIA.....112
4.4.4 – A FORMAÇÃO E O PROCESSO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL.....113
4.4.5 – DEFESA DE DIREITOS.....115
4.4.6 – O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA.....117
4.4.7 – OS DESAFIOS DO COTIDIANO DA PRÁTICA.....119
4.4.8 – UMA CAMPANHA, UM PROJETO ÉTICO-POLÍTICO-PROFISSIONAL.....120
4.4.9 – UMA RESOLUÇÃO QUE INTERFERE NO COTIDIANO DA PRÁTICA.....122

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....124

BIBLIOGRAFIA 129

INTRODUÇÃO

A dissertação que hoje apresento traz o desejo de ampliar a discussão quanto à efetivação dos direitos dos cidadãos e das cidadãs LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e sua interlocução com o Serviço Social enquanto categoria profissional que se insere no cotidiano da vida social.

Construir este trabalho foi um processo que me possibilitou vários encontros e neles, muitos acontecimentos e fatos de minha história pessoal e profissional foram vividos e revividos. Sua construção ultrapassou o limite do tempo determinado para a pesquisa, pois me permitiu realizar uma aproximação da minha trajetória pessoal e de militância frente à defesa dos Direitos Humanos, de forma mais específica dos Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Optei em iniciar com a apresentação de minha trajetória de vida, perpassando por minha vida pessoal, política e profissional, por acreditar que, na construção de minha identidade militante e pessoal, toda esta trajetória foi fundante, pois como diz Martinelli (1999, p. 124) *"ao realizar o seu viver histórico, os sujeitos constroem as suas identidades"*.

Hoje claramente percebo que toda luta no sentido de se efetivar direitos só é inteira e universal se nela estiver contemplada a integralidade dos sujeitos, onde afetos amores e expressões fazem parte de sua construção histórica.

Ao iniciar a pesquisa, eu tinha como interesse conhecer a prática dos assistentes sociais e a efetivação dos direitos da população LGBT.

Sabendo que a história não é estanque, e sim dinâmica, marcada pela dialética, o que nos revela possibilidades e limites a todo tempo, fui provocado durante o processo de construção da pesquisa a resgatar parte da minha própria história como sujeito individual que, com o passar do tempo, assume uma militância pelos Direitos Humanos e posteriormente abraça uma profissão que contempla o desejo de ser um sujeito dentro de um coletivo que luta contra o poder da

hegemonia machista, sexista, racista e homofóbica ainda hoje existente na sociedade brasileira.

Resgatar esta história me mostrou que as escolhas de nossas vidas acontecem de forma concreta mediante a vivência que temos.

A pesquisa procura também ampliar a visibilidade da temática LGBT dentro do exercício profissional, além de realizar uma aproximação da história do Movimento LGBT brasileiro com o coletivo da profissão e seus posicionamentos políticos.

Reviver a história, seus sujeitos e suas lembranças nos proporciona a possibilidade de aproximação com as transformações existentes em nossa própria história e na história da sociedade à qual pertencemos. As lembranças do passado e suas vivências permitem que a história seja "construída, debatida, pensada e transformada" (PAOLI, 1992, p.11).

Desta forma, reconhecemos a liberdade como um dos valores centrais para a efetivação de uma sociedade justa, e que ela possibilita aos sujeitos condições de vivenciar no cotidiano todas as formas de afeto, carinho, e amor independentemente de como cada pessoa viva ou expresse sua orientação sexual.

Outro ponto que se pretende com esta pesquisa é contribuir com o debate dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, dando destaque à efetivação dos direitos das pessoas LGBT e à participação da categoria profissional dos assistentes sociais brasileiros frente a esta questão.

Para tanto, destaco o processo da construção e materialização da campanha do conjunto CFESS/CRESS "O Amor Fala Todas as Línguas – Assistentes Sociais na Luta Contra o Preconceito", fato este que muito contribuiu para a decisão de construir esta dissertação.

Também busquei subsídios dentro da história do Movimento LGBT brasileiro, sua trajetória de lutas e de conquistas, destacando a implantação do programa nacional “Brasil Sem Homofobia”, da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Na pesquisa referente ao programa nacional encontrei a implantação dos Centros de Referência em Direitos Humanos e de Prevenção e Combate à Homofobia, sendo este um novo espaço operacional destinado à atuação do profissional assistente social.

Durante este percurso de realização da dissertação acabei construindo e introduzindo no trabalho um banco de dados relativo a conceitos e legislações referentes à questão da livre orientação sexual, bem como um mapeamento dos Centros de Referência em Direitos Humanos e de Prevenção e Combate à Homofobia existentes hoje no Brasil.

Junto a esses dados também apresentei tabelas referentes a dados coletados em pesquisas realizadas pelos profissionais dos Centros de Referência, os quais me proporcionaram uma amostragem da demanda atendida pelo serviço, bem como a vivência dos sujeitos que utilizam este equipamento.

Optei também em utilizar recursos gráficos e visuais, sendo que estes foram se introduzindo na dissertação de forma quase que direta, pois todos eles me possibilitaram condições de maior aproximação com a temática da pesquisa.

Tal introdução também ocorreu por acreditar que dar visibilidade aos dados das pesquisas torna-se uma possibilidade de socialização de materiais ainda pouco divulgados que, ao meu ver, expressam dados do cotidiano da vida dos cidadãos LGBT.

Desta forma busquei apresentar na construção dos capítulos fatos, acontecimentos e trajetórias que levaram a questão da Diversidade Sexual a estar presente na pauta cotidiana da luta pelos Direitos Humanos, alcançando assim sua visibilidade dentro da efetivação das políticas públicas.

O primeiro capítulo traz minha trajetória pessoal e profissional e nele apresento minha aproximação com a temática e com o Movimento LGBT. Nele se encontram também a metodologia da pesquisa por mim utilizada e a apresentação dos sujeitos entrevistados.

O segundo capítulo apresenta as temáticas Sexualidade e Diversidade Sexual, no qual, discutirei conceitos como sexualidade, heteronormatividade, diversidade sexual, tentando ampliar o debate quanto à hegemonia da heteronormatividade ainda existentes na sociedade e a repercussão de tal situação na vida cotidiana da população LGBT.

O terceiro capítulo se propõe a resgatar a história do movimento LGBT e suas conquistas. Para tanto, discutirei a necessidade da visibilidade como estratégia para efetivação de direitos e as conquistas hoje já alcançadas pelo Movimento. Também nele discutirei as Paradas LGBT realizadas, destacando a da cidade de São Paulo, como uma das formas de pressão social hoje utilizadas pelo Movimento.

O quarto capítulo apresenta o reconhecimento político e a construção de políticas públicas destinadas à população LGBT, com ênfase no programa “Brasil Sem Homofobia”, realizando uma aproximação deste momento histórico com o posicionamento político do conjunto CFESS/CRESS. Nele também trarei dados referentes à atuação dos Centros de Referência de Campinas e de São Paulo e o relato dos sujeitos da pesquisa.

Finalizando, apresentarei minhas considerações finais sobre a pesquisa realizada, destacando o quanto foi relevante a construção desta dissertação, que me possibilitou um amadurecimento na trajetória pessoal e profissional, realizando a cada momento o cruzamento entre a história do Movimento LGBT brasileiro com a trajetória da categoria profissional à qual tenho orgulho de pertencer.

Paula e Bebeto

É vida, vida, que amor brincadeira, à vera
Eles se amaram de qualquer maneira, à vera
Qualquer maneira de amor vale a pena
Qualquer maneira de amor vale amar
Pena, que pena, que coisa bonita, diga
Qual a palavra que nunca foi dita, diga
Qualquer maneira de amor vale aquela
Qualquer maneira de amor vale amar
Qualquer maneira de amor vale a pena
Qualquer maneira de amor valerá
Eles partiram por outros assuntos, muitos
Mas no meu canto estarão sempre juntos, muito
Qualquer maneira que eu cante esse canto
Qualquer maneira me vale cantar
Eles se amam de qualquer maneira, à vera
Eles se amam é pra vida inteira, à vera
Qualquer maneira de amor vale o canto
Qualquer maneira me vale cantar
Qualquer maneira de amor vale aquela
Qualquer maneira de amor valerá
Pena, que pena, que coisa bonita, diga
Qual a palavra que nunca foi dita, diga
Qualquer maneira de amor vale o canto
Qualquer maneira me vale cantar
Qualquer maneira de amor vale aquela
Qualquer maneira de amor valerá

Caetano Veloso
Milton Nascimento

1 – TODA HISTÓRIA CONSTRÓI SUJEITOS E SUJEITOS CONSTROEM HISTÓRIAS.

1.1 – UMA HISTÓRIA REVISTA E CONTADA PELO SUJEITO.

Meu nome é Marcos Valdir Silva, nascido em São José dos Campos, aos 12 de junho de 1971, filho de Maria Aparecida da Silva e João Silva, irmão de Valdira Silva e Sônia Maria Silva.

Minha família tem sua trajetória construída entre o mundo urbano e rural. Meus pais nasceram na zona rural de minha cidade natal e, com as mudanças na realidade da sociedade, ambos migraram da “roça” para a zona urbana.

Meu pai trabalhou em empresas como a Tecelagem Paraíba e Rhodia, já minha mãe iniciou seu trabalho junto a uma empresa chamada Cerâmica Weiss, onde trabalhou por 30 anos. Quando ingressou nesta empresa ainda era solteira, mas nela se casou, teve seus filhos e se aposentou.

Vale destacar que tais empresas se encontravam instaladas na região norte da cidade de São José dos Campos, onde também meus pais viviam ainda solteiros e permaneceram nela após o casamento, e onde fui educado.

Minha infância se constrói entre o mundo urbano e rural. Durante a semana, na cidade e nos fins de semana, na “roça”. Este universo muito me auxiliou e marca até hoje minha vida, pois nele consegui conhecer a realidade da vida simples, onde laços de família e de amizade eram muito importantes, onde a história de vida era sempre resgatada e contada de forma a valorizar o passado e seus personagens. Cada história tinha seu significado e esta deveria ser sempre respeitada e contada a todos.

Por muitas vezes ouvi meus avós maternos e outros parentes contarem histórias que envolviam a vida da comunidade do bairro, da família ou de tradições religiosas e folclóricas do cotidiano vivido. Assim, ter vivido fortemente minha

infância na zona rural fez construir-se em mim um forte laço com a valorização da vida e suas histórias, sendo estas contadas pelos sujeitos que as vivenciaram.

Destaco aqui a tradição que até hoje existe em minha família: a de se ter um pilão em casa para se socar a paçoca, alimento este que será comido na Sexta-feira Santa, durante o dia de jejum, em sinal de sacrifício ao flagelo de Jesus Cristo. Mas este gesto deve envolver todos da família, todos devem socar o pilão para colaborar no preparo do alimento, o que também é um gesto de sacrifício para pagar os pecados. No final, todos comem a paçoca com banana na Sexta-feira Santa, tradição na região.

Já na adolescência, fui introduzido fortemente na vida comunitária do bairro onde vivi. Destaco a vivência religiosa. Participei de grupos de reza. Estes se constituíam de récitas de terço, muitas vezes cantadas pelos mais velhos que, durante as noites, se dirigiam à casa de um morador para este ato religioso.

Nós, os adolescentes, sempre acompanhávamos tudo, pois era um momento onde as famílias acolhiam os vizinhos, e após o terço eram servidos bolo, café, doces e outros alimentos, mas claro também se falava da vida e se contavam histórias do passado.

Neste período eu também estava na catequese de minha comunidade, atividade destinada a preparar-nos para recebermos os sacramentos da Eucaristia e Crisma, na Igreja Católica. Esta fase foi muito marcante, pois nela conheci pessoas que me proporcionaram a vivência na vida comunitária, fortemente ligada à solidariedade entre as pessoas.

Neste período, já aos 15 anos, me preparava para o sacramento da Crisma. O grupo de adolescentes que participava resolveu criar um grupo de jovens, sendo que nosso objetivo era nos tornarmos mais amigos e evangelizar outros jovens.

Assim, conheci pessoas que se tornaram referência em minha vida, como a grande amiga Ivanilda Martins Venâncio (Nilda) e o Antônio Dutra Ribeiro. Pessoas

que sempre estiveram muito perto de mim e colaboraram significativamente para a formação dos valores que até hoje trago junto à minha história.

Foi com estes amigos, e vivendo neste grupo de jovens ligados à Igreja Católica, que fui conhecer o que para mim é e foi o alicerce de minha trajetória pessoal e profissional: a "Teologia da Libertação". Assim iniciei lendo livros e textos de Frei Betto, Leonardo Boff, Dom Helder Câmara, Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Paulo Evaristo Arns.

A utopia
"Nunca se deve temer a utopia.
Agrada-me dizer e repetir:
Quando se sonha só, é um simples sonho,
Quando muitos sonham o mesmo sonho, é já a realidade.
A utopia partilhada é a mola da história".
(Dom Helder Câmara)

Assim foram se desenvolvendo em mim a vontade e o desejo de construir e acreditar numa sociedade justa e igualitária. Com isso tive uma forte participação junto à Pastoral da Juventude e Pastoral Catequética, e futuramente na Pastoral do Menor.

Destaco neste período o momento em que nos organizávamos para ajudar em mutirões populares, com objetivo de construirmos salões paroquiais, capelas e até mesmo casas de pessoas que necessitavam de apoio. Também estava envolvido com a organização das festas comunitárias e religiosas da comunidade que sempre foram momentos de muita confraternização e solidariedade, nos quais a família aumentava e todos tinham um só objetivo.

Durante esta trajetória comunitária, também fui me formando no mundo do saber intelectual. Estudei em uma escola estadual perto de minha casa, onde iniciei na pré-escola com a professora Janete (chamada carinhosamente de tia Janete). Nesta mesma escola estudei até a conclusão do ensino fundamental.

Iniciei no mundo do trabalho ainda na adolescência, pois aos 14 anos fui trabalhar de office–boy em uma rede de lojas da cidade. Ali pude ter condições de receber meu salário e assim conseguir ter mais possibilidade de realizar meus sonhos, que às vezes eram simples, mas sem o dinheiro não podiam ser realizados, como por exemplo: ir um dia no centro da cidade e comer um lanche no shopping center, ou pagar minha passagem em excursão para o tão sonhado litoral, para mim conhecido como a praia na cidade de Caraguatatuba.

Com todos estes acontecimentos, não perdi minha vivência junto à comunidade em que vivia. Ali era meu porto seguro, onde estavam meus amigos, minha gente e podia sempre contar com o apoio de todos. Eu sabia o nome das pessoas e para elas eu era carinhosamente chamado de “Marquinhos da Catequese”.

Com o passar do tempo, apoiado por esta comunidade de amigos, fui também alçando voos, como coordenar e assessorar a Catequese na minha comunidade, paróquia e diocese.

Mas também outras coisas me provocavam. Meu grupo de amigos também estava direcionando sua atuação para a militância política. Acreditávamos e queríamos ter uma sociedade justa, onde a “Aliança não poderia ser quebrada entre os homens e o Criador”. Assim, aos 16 anos passei a colaborar nas campanhas do Partido dos Trabalhadores, pois tínhamos um Núcleo na região, e aos 18 anos me filiei ao partido.

Assim, vi meu horizonte se ampliar ainda mais. Neste período consegui ter a possibilidade de pagar o tão sonhado curso técnico de Administração de Empresa. Este fato aconteceu em minha vida com o grande apoio da amiga Teresa Alves de Almeida, que na época era minha chefe em uma loja de departamento em que trabalhava. Ela me incentivou a continuar meus estudos, mas também me apresentou sua família, que até hoje é uma grande referência positiva em minha vida, pois com ela também me formei.

Trago aqui com muito carinho e emoção a matriarca desta família, Prisciliana Alves de Almeida, (*in memoriam*). Saudades sempre, pois carinho e cuidado são lembrados durante toda a vida.

Reviver fatos, acontecimentos e pessoas de minha história me fazem acreditar que toda a construção desta dissertação não se iniciou somente quando da minha entrada no mestrado, mas foi se construindo ao longo de minha vida, onde palavras, gestos foram se materializando na formação de minha pessoa.

Como aponta Martinelli (2004a, p. 1):

> *Todas as palavras são portadoras de ideias, são plenas de significados (...), (...) tanto a realidade quanto a relação humana são qualitativas, implicam em sons, aromas, cores, arte, poesias, linguagem, os quais só podem ser alcançados pela mediação do sujeito e predominantemente de modo qualitativo, pois demandam atribuição de significados. Tal tarefa ao pensar o sujeito é capaz de realizar, pois significados se constroem a partir da experiência.*

Diante de tantas possibilidades vivenciadas junto à minha comunidade e, principalmente na militância dentro da Igreja Católica, a vontade de realizar ações cada vez mais concretas fazia-me pensar sempre em estudar. Esta vontade parecia distante de minhas condições, pois não poderia contar com o apoio financeiro de minha família para que isso se realizasse. Assim, já era muito bom ter conseguido estudar em um colégio de renome na cidade, “Olavo Bilac”, e em 1990 consegui me formar como técnico em administração de empresa.

Mas, neste mesmo ano, tive a possibilidade de um novo emprego. Fui contratado como auxiliar de compras em uma empresa da cidade chamada Granja Itambi. Neste local tive contato com a primeira assistente social em minha vida. Ela atuava junto ao departamento de Recursos Humanos. Interessei-me em conhecer um pouco da profissão, mas o que via não me parecia ser interessante e nem motivador.

Mas não desisti. Fui conversar com outras pessoas que também descobri serem assistentes sociais. Estas também descobri em minha comunidade, onde algumas amigas também exerciam a profissão, porém em outros espaços de

trabalho, como por exemplo: prefeitura e entidades sociais, mostrando-me uma nova possibilidade de prática profissional.

Estas profissionais tinham uma leitura de realidade muito próxima da vida cotidiana das pessoas e também defendiam em sua atuação profissional o desejo de uma sociedade justa e igualitária.

Assim, no ano de 1991, fui até a Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP - e, em um terminal de computador, realizei a consulta dos cursos oferecidos. Na tela sobre Serviço Social apareciam algumas palavras que me provocavam: comunidade, trabalho comunitário, diminuição das desigualdades sociais. Sem muita certeza quanto à profissão, mas com um desejo militante e acreditando nas lutas populares e comunitárias, me inscrevi para o vestibular.

No ano de 1992 iniciei o curso e nele me deparei com a disciplina de Sociologia, onde tive meu primeiro contato com as teorias da sociologia e com o pensamento marxista.

Percebi que existia uma forma de explicar aquilo que para mim era simplesmente uma questão de pobres e ricos. Assim conheci as “lutas de classes”, onde proletários e burgueses existiam no pensamento teórico, mas também na vida cotidiana da comunidade onde morava, e atuava pastoralmente.

Mas no ano de 1993, tive a possibilidade conhecer a Pastoral do Menor, na qual se iniciava em São José dos Campos a discussão sobre o atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais.

Nesse momento, também conheci um assistente social do sexo masculino, Analto José Galvão, profissional comprometido com a causa da criança e do adolescente e funcionário liberado pela FEBEM (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor) para atuar junto à Pastoral do Menor na Diocese de São José dos Campos.

Desde então, me aproximei das questões ligadas aos direitos da criança e do adolescente. Em 1994 tinha que iniciar meu estágio e neste momento resolvi me aprofundar de vez no conhecimento da profissão.

Decidi então estagiar no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José dos Campos "Jair Jesuíno Trindade", onde estagiei no projeto de Liberdade Assistida na modalidade Comunitária. Neste local realizei meus três anos de estágio.

Nesta prática consegui conhecer muito das questões do atendimento e do direito da criança e do adolescente. O aspecto que muito me atraiu foi conhecer os espaços de construção e controle das políticas públicas, assim pude participar da primeira composição do Conselho da Assistência Social de São José dos Campos, e da organização do Fórum Municipal da Assistência Social.

Aqui presto meu agradecimento às minhas supervisoras de campo: Assistentes Sociais Maria de Fátima Souza e Elizete de Fátima Rangel. Ambas me impulsionaram para o enfrentamento dos desafios da profissão, mas de forma muito significativa mostraram-me uma prática comprometida com o projeto ético-político da profissão.

Para finalizar minha formação, decidi construir minha monografia de conclusão de curso, com ênfase na questão que mais me intrigava: o controle social e a atuação dos conselhos de direitos da criança e do adolescente.

Desta forma construí meu trabalho com a temática: "O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José dos Campos e a Política de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional", sob a orientação da Assistente Social Mabel Mascarenhas Torres, que até hoje continua sendo uma referência em minha atuação profissional.

Preciso também relatar que meus passos anteriores ligados à militância religiosa ainda continuavam presentes em minha trajetória e, como estagiava no CEDECA – Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, ligado à

Pastoral do Menor, pude conhecer a atuação das Irmãs Salesianas, pois algumas religiosas colaboravam com o projeto de liberdade assistida. Passa então a existir em minha vida uma grande interrogação: ser um assistente social leigo ou um assistente social religioso?

Para estas respostas, optei pela segunda opção. ser um assistente social religioso. Assim, encerrando meu curso no ano de 1997, tomei a decisão de ingressar na congregação religiosa dos Salesianos de Dom Bosco.

No ano de 1998 fui viver na cidade de Lorena, junto à comunidade do Colégio São Joaquim. Neste local ficava o pré-noviciado, onde também cursei o primeiro ano de Filosofia no Centro Universitário Salesiano.

No ano de 1999, mudei-me para a cidade de São Carlos, onde iniciei minha preparação no noviciado, momento este destinado à preparação para os votos religiosos. Mas durante estes anos fui percebendo que a militância e a profissão falavam mais alto dentro de mim, e desta forma decidi sair da congregação religiosa e voltar para minha cidade, minha família e minha comunidade.

Retorno difícil, pois se fazia necessário recomeçar ou continuar uma história que havia sido interrompida temporariamente. Fui retomando minhas atividades de militância junto à comunidade. Existia sim uma certeza, o desejo de atuar como profissional do Serviço Social e assim construir minha trajetória profissional.

Relatar minha história fortalece cada vez mais meu sentimento de pertença como sujeito que acredita na construção de uma sociedade justa, onde todos a constroem dentro de singularidade, que em determinado momento ultrapassa as barreiras do privado e se torna pública.

Fortalecendo assim a consciência de que a oralidade pode ser um grande instrumento de transformação da realidade, pois como afirma Portelli (2001, p. 14):

> *A questão sobre quão histórica é a vida privada e quão pessoal é a história pode ser posta pelo narrador, pelo historiador ou por ambos; na verdade, sempre a questão do que é privado e do que é público na narrativa de*

> *alguém é incerta, especialmente se estamos em busca do enganoso tema da história da vida privada. De qualquer maneira que possa-se, a história oral expressa a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade em eventos públicos.*

1.2 – MINHA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E A CERTEZA PELA MILITÂNCIA.

Meu interesse pelo tema surge a partir de minha vivência profissional como assistente social no ano de 1999 junto aos adolescentes no CEDECA de São José dos Campos – Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, onde atuava com adolescentes em medida sócio-educativa de liberdade assistida.

Neste trabalho discuti e abordei temas como a sexualidade e prevenção às DST/AIDS (Doenças Sexualmente Transmissíveis). No ano de 2003, iniciei um trabalho profissional junto à população HSH (homens que fazem sexo com homens), na Associação Nossa Casa de Acolhida, entidade sem fins lucrativos que nasce da Igreja Católica, ligada à Diocese de São José dos Campos, no denominado Projeto Amigos, que tinha como objetivo reduzir a vulnerabilidade às DST/AIDS.

A AIDS é uma doença que se manifesta após a infecção do organismo humano pelo Vírus da Imunodeficiência Humana, mais conhecido como HIV. Esta sigla é proveniente do inglês - *Human Immunodeficiency Virus*. Também do inglês deriva a sigla AIDS, *Acquired Immune Deficiency Syndrome*, que em português quer dizer Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

Durante o projeto constatei a dificuldade em abordar o tema da diversidade sexual, que sempre estava vinculado às questões da psicologia, e frequentemente encarada como patologia, desvinculando-se assim da vida cotidiana dos indivíduos e não permitindo um aprofundamento da questão como uma demanda política e de direito dentro da vida cotidiana.

O objetivo do projeto era trabalhar com homens que fazem sexo com homens, termo este utilizado pelo Ministério da Saúde que engloba toda pessoa do sexo masculino que tenha uma relação como outra pessoa do mesmo sexo.

Os sujeitos do projeto então eram gays, bissexuais e travestis, mesmo estas com identidade de gênero feminina também eram público alvo do projeto. Entre estes sujeitos encontrávamos professores, educadores, psicólogos, cabeleireiros, profissionais do sexo, entre outros.

Por várias vezes os sujeitos do projeto questionaram qual seria o papel do assistente social no desenvolvimento do trabalho, pois somente conseguiam ver a atuação profissional na perspectiva da ajuda ou benesse. E não como uma prática crítica reflexiva.

Esta foi a primeira vez em que tive contato com a temática da diversidade sexual, fato este que se configurou como um novo desafio para meu exercício profissional, pois tal temática, para mim e também para o Serviço Social, não se configurava como uma prática muito desenvolvida. Consegui localizar a temática mais ligada à prática com mulheres, em projetos ligados a causas feministas.

O projeto em seu desenvolvimento tinha uma articulação com demais projetos no Estado de São Paulo. Assim fomos convidados a participar de um curso de capacitação de uma semana, oferecido, pela Secretaria Estadual de Saúde através do Centro de Referência e Treinamento.

Nesta oportunidade, conheci a Assistente Social Márcia Giovanetti, que trabalha no Centro de Referência e Treinamento da Secretaria Estadual de Saúde, junto aos projetos destinados às populações vulneráveis às DST/AIDS. Que bom encontro! Passei a conviver com uma profissional que falava sobre a diversidade sexual e a trazia em sua prática.

Neste mesmo ano colaborei com a construção de um trabalho de monografia apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté, que tinha como tema: “Transcendendo o Ideário de Participação Social: Uma Análise do Acesso dos Homossexuais às Políticas Públicas[1]”.

---

1 Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté no ano de 2003 por Luiza Carla Cassemiro.

Neste trabalho, três integrantes do Projeto Amigos foram entrevistados pela autora e alguns questionavam sobre a intervenção profissional do assistente social. Em seus depoimentos percebemos como estes sujeitos viam a atuação praticada junto à população LGBT.

"...quando passei pela assistente social do Centro de Referência de Infectologia, falando para a assistente social de algumas situações que eu estava passando. Na época era uma dificuldade voltada mais para o Serviço Social. Era uma dificuldade financeira para estar acessando o tratamento, vales-transporte e vendo como ela poderia me ajudar. E eu não sei onde em determinado momento entrou a minha orientação sexual, até mesmo porque meu namorado então, ele também fazia tratamento e estava passando pela mesma dificuldade. Eu acredito que foi por isso que entrou a minha orientação sexual. E aí a assistente social virou para mim e falou que precisava encaminhar-me para a psicóloga. E eu falei não, não precisa porque eu já faço acompanhamento em outro local, não pela questão da sorologia, que eu sei lidar com isso. Ela falou não, mas eu tenho que te encaminhar e eu falei: eu não quero".

"...é que quando você começa o tratamento você tem que passar pela assistente social e psicólogo. Para mim, assistente social e psicólogo seriam uma coisa só, ou seja, que iam falar de HIV e eu não queria falar sobre o HIV, até que a chefe da enfermagem que falou pra mim: 'não, ela não vai falar sobre o HIV. Vocês vão poder bater um papo. Ela vai querer saber sobre a situação, como é que foi a infecção e aí ficamos amigos".

"...às vezes eu costumo falar que eu sou assim. Duplamente discriminada, excluída e também não tenho drama com isso. Eu levo numa boa, uma pela própria orientação sexual, por ser travesti, e outra porque além de eu ser travesti, eu sou uma pessoa soropositiva... então eu não consigo uma assistente social, eu não consigo emprego e eu tenho 25 anos de profissão, trabalhei em televisão. Em São José eu não tenho emprego". (Relatos de K).

Todo este percurso me impulsionou, no ano de 2005, quando do encerramento do Projeto Amigos, a colaborar na construção de um grupo de militância LGBT[2], hoje denominado GRUPO ATITUDE de São José dos Campos.

Os participantes do grupo tomaram como decisão a sua não institucionalização, não caminhando então, até o presente momento, para a constituição de uma Organização Não-Governamental.

Atualmente o grupo tem suas ações direcionadas ao fomento da construção de políticas públicas inclusivas, respeitando as especificidades no foco da diversidade sexual. Sua maior atuação se dá nos espaços coletivos de controle social, como por exemplo, nos Conselhos de Direitos, de Políticas Públicas e Conferências. Também tem articulação e participação junto a movimentos sociais como o Fórum Paulista LGBT[3].

Desde então passei a integrar o Movimento. Assim inicia-se também uma nova etapa de minha vida, defender direitos LGBT e militar por uma causa que se manifesta em minha vida de forma singular e coletiva.

Assim passei a me aprofundar ainda mais quanto à temática, tendo a possibilidade de conhecer grupos e militantes do Movimento, dos quais aqui destaco os militantes do Grupo CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito Solidariedade e Amor, da Associação da Parada do Orgulho GLBT de SP, do Coletivo Feminista Lésbico, entre outros.

Com todo este desejo de saber mais e lutar pela conquista de direitos, tive conhecimento de que no Plano Nacional de Direitos Humanos havia um desafio que se relacionava ao combate à homofobia, tendo como uma das estratégias a

---

2 A sigla LGBT foi definida como oficial pelo Movimento Social e pelos órgãos governamentais no ano de 2008, quando da realização da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, até então se utilizava a sigla GLBT. Com a definição da Conferência, optou-se neste trabalho pela utilização da sigla hoje definida e reconhecida nacionalmente.

3 O Fórum Paulista LGBT é um espaço de organização do Movimento Paulista que congrega atualmente um número aproximado de 40 instituições de defesa dos direitos LGBT. Nele também participam cidadãos independentes que lutam pelos direitos LGBT, mas não estão vinculados a nenhuma instituição formal. Suas reuniões acontecem mensalmente na cidade de São Paulo.

efetivação dos Centros de Referência em Direitos Humanos para Prevenção e Combate à Homofobia.

Durante este processo também foi lançada pelo CFESS – Conselho Federal de Serviço Social - a Resolução nº489/06 que dá inicio à Campanha "O Amor Fala Todas as Línguas – Assistentes Sociais na Luta Contra o Preconceito", respondendo assim a uma deliberação do 34º Encontro Nacional da categoria.

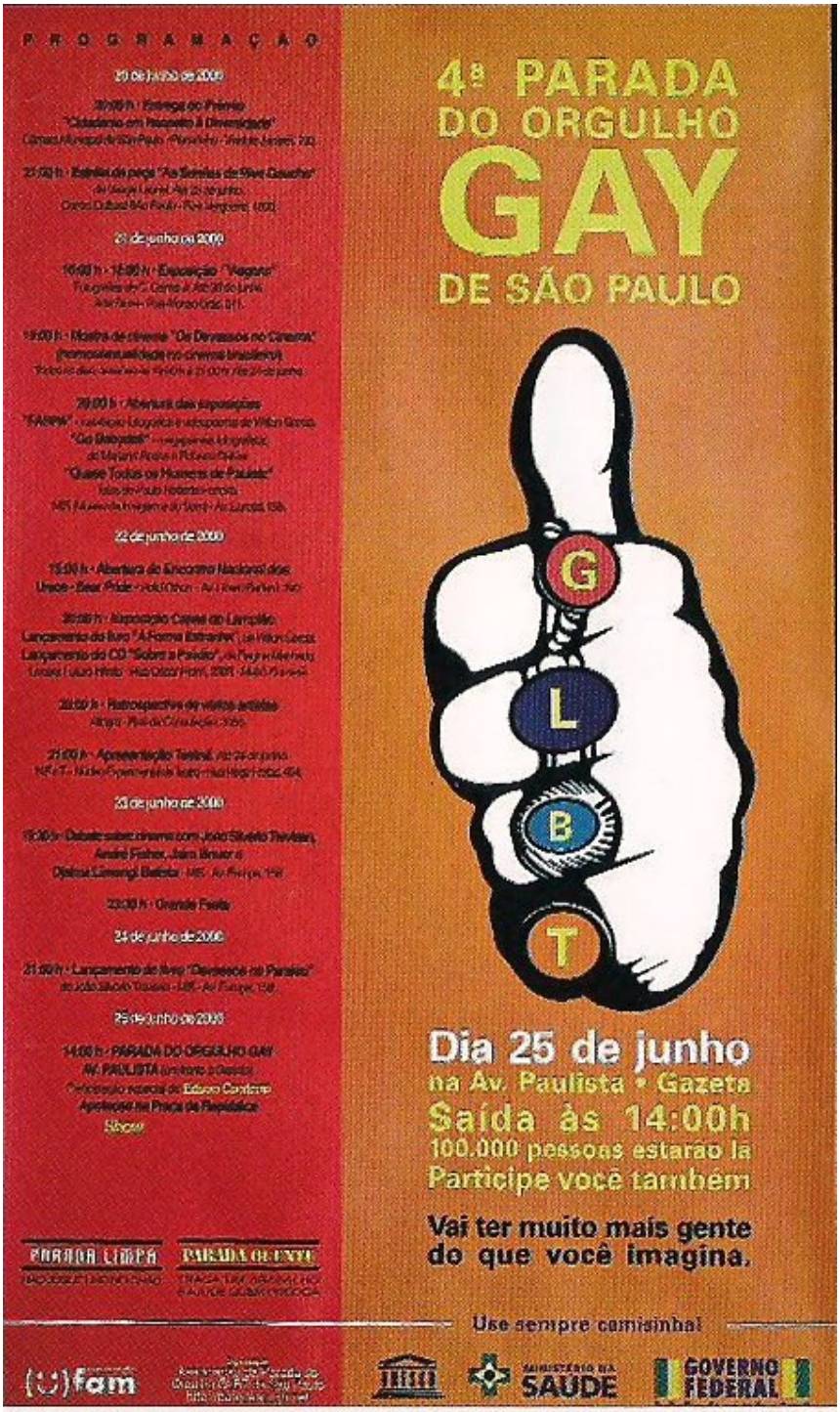
Assim sou provocado e impulsionado a escrever esta dissertação, que em todo momento se cruza com minha vida pessoal, minha militância e meu ser profissional, querendo com ela contribuir com a construção de uma sociedade sem machismo, sem racismo e sem homofobia.

E tenho a certeza de que a profissão que escolhi pode e tem muito a contribuir com essa conquista.

> *A experiência humana, portanto, expressa o que há de mais vivo na História. É a presença de homens e mulheres retornando como sujeitos, construtores do devir e do presente. Não são as estruturas que constroem a História. São as pessoas carregadas de experiência. Claro que não são sujeitos autônomos nem 'indivíduos livres'. Suas situações e suas relações produtivas lhes são determinadas como necessidades (ninguém trabalha simplesmente como quer, nem a remuneração é sempre condizente com suas necessidades). As contingências históricas exercem pesada presença na vida de cada pessoa. São os antagonismos aos quais todos estamos submetidos. (BEZERRA, 1995, p. 125-126.)*

1.3 – SER SUJEITO NO PROCESSO, RELATO DE APROXIMAÇÃO AO TEMA.

Certa noite em minha cidade natal, São José dos Campos, fui a uma "balada", e percebi na parede do estabelecimento um cartaz que convidava para participar de um evento em São Paulo.



Fiquei intrigado, pois tal cartaz também representava para mim um pedaço de minha história, mas ainda faltava coragem para perguntar sobre isso para mim mesmo e para as demais pessoas que conviviam comigo.

No meu pensamento, achava que em São Paulo se poderia tudo, mas aqui, em uma cidade do interior, seria muita ousadia, um atrevimento meu, sair da minha cidade para ir até a capital para participar de um evento que rompe com as barreiras do preconceito.

Mas, faltavam três semanas para a Parada. Curioso e ainda querendo saber onde e como tudo aquilo iria acontecer fui em busca de informações em site da internet, e localizei o da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo.

Com as informações que obtive fiquei ainda mais curioso, pois ali havia referências à questão dos Direitos Humanos, o que me trouxe novos questionamentos, pois já militava há tempos na defesa de Direitos Humanos e não sabia nada disto.

Isto me pôs a pensar como eu, um militante de um partido de esquerda, não sabia nada disso, e como sendo eu um destes sujeitos, também não deveria participar.

Claro que sabia a resposta. O medo da visibilidade fazia com que viver em espaços pré-determinados e conviver com a tolerância das pessoas se tornasse muito mais confortável.

Assim continuava eu intrigado pelo cartaz e seu convite. Outros símbolos também se manifestaram e me provocavam, transformando algo em mim. Na busca por dados na internet havia visto então a Bandeira do Arco-Íris.

> *O uso generalizado da Bandeira do Arco-Íris em manifestações LGBT começa nos anos 80. Sendo hoje reconhecida mundialmente como o símbolo das minorias sexuais. A sua versão mais atual tem seis barras horizontais, cada uma com uma cor diferente, de cima para baixo, vermelho, laranja, amarelo, verde, azul e violeta. No início dos anos 70, nos Estados Unidos, havia várias Bandeiras do Arco-Íris usadas como símbolos do Internacionalismo e da unidade entre os povos. Mas no final da década, a sua associação ao Orgulho Gay estava já bastante marcada. Foi na San Francisco Gay Freedom Day Parade que foi usada pela primeira vez com a intenção clara de simbolizar o Orgulho Gay, a 25 de junho de 1978. Esta primeira versão foi criada por Gilbert Baker, e tinha mais duas barras que a versão atual, uma rosa-salmão e outra turquesa. A barra salmão acabaria por ser abandonada devido à dificuldade em encontrar tecido desta cor para produzir as bandeiras. Mais tarde era abandonada a barra turquesa, por razões estéticas. A bandeira é formada por seis barras com cores diferentes, cada uma com seu significado. Vermelho: Luz; Laranja: Cura; Amarelo: Sol; Verde: Calma; Azul: Arte; Lilás: Espírito*[4].

Sabendo agora seu significado percebi o quão difícil seria empunhar esta bandeira.

Um dia, andando pelo centro de São José Campos, vejo hasteada na sacada de um apartamento a Bandeira do Arco-Íris, isto me deixou ainda mais intrigado: como alguém teria esta coragem? Estava no alto de um prédio de dois andares, sendo assim ficava mais difícil saber quem era este ou esta corajoso(a).

Foto de autoria de Marcelo de Almeida, militante e responsável pelo hasteamento da bandeira na sacada do apartamento citado.

4 Informações retiradas do site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_arco

Aproximei-me do portão do prédio, que não tinha porteiro, e percebi que nele havia um pequeno aviso, indicando um e-mail para contato de um grupo chamado “Toca do Coelho”.

Mandei um e-mail e logo fui surpreendido com a resposta, pois o organizador deste grupo era um conhecido meu que estudou na mesma faculdade em que me formei, hoje um amigo e militante da causa LGBT.

Fui até sua casa, lá fiquei sabendo que ele estava organizando uma caravana para levar pessoas para a IV Parada GLBT de São Paulo, fui convidado para ir, mas não tive coragem de ir junto a tanta gente, por volta de 42 pessoas.

O final de semana da Parada estava chegando e minha inquietação, curiosidade e medo se confundiam em um misto de vontade de ir e medo de ultrapassar as barreiras já pré-estabelecidas.

Acordei no dia 25 de junho de 2000 e decidi: vou para São Paulo. Tomei coragem e às 12h estava eu embarcando para a Capital no terminal rodoviário. Ali mesmo já percebi a presença de outras pessoas que também me pareciam estar indo para o mesmo local.

Cheguei no terminal Tietê de São Paulo e fui buscar informação de como chegar na estação Consolação do metrô, recebendo a orientação para tanto.

Entrando no metrô na estação Tietê, logo percebo algumas pessoas que estão no vagão e usavam: pulseiras, colares e camisetas com o símbolo do arco-íris, fui ficando mais tranquilo, vendo que havia pessoas que também estavam indo para o mesmo lugar que eu.

Aproveitando, e de forma muito discreta, fui seguindo tais pessoas para poder chegar ao meu destino, a Avenida Paulista, para mim um “símbolo de cidadania”.

Quando desci na estação Sé, fiquei assustado, com medo, e não sabia mais que sentimento tinha. Verifiquei que havia muita gente indo para o mesmo local que eu.

Havia um grande numero de pessoas nas escadas rolantes da estação, então ouvi o grito de guerra que até hoje ouço todos os anos indo para a Parada: “Uhu, o metrô é nosso”!

Depois, dentro do metrô com destino à Avenida Paulista, vivenciei a beleza da diversidade: as pessoas estavam vestidas de várias formas, demonstravam seus afetos, beijavam-se e tudo com muita liberdade.

De novo o grito de guerra: “Uhu, o metrô é nosso”! Hoje vejo que, no fundo, gritar “o metrô é nosso” se torna um sinal de pertencimento, pois pelo menos um dia no ano você pode estar em um espaço público se mostrando por inteiro.

Atualmente esta conquista de liberdade já vem acontecendo também em outros espaços públicos, onde a vivência do respeito à diversidade se dá em um clima de liberdade. Neste sentido, registro aqui ***meu respeito às corajosas travestis e às e aos transexuais que todos os dias se expõem, com coragem e ousadia no cotidiano da sociedade brasileira e mundial.***

Cheguei na Avenida Paulista, desci na estação Consolação e ali fiquei encostado, embaixo de uma marquise, de onde assisti a toda a Parada. Tudo aquilo borbulhava em mim, um desejo de ir para a avenida também, mas ainda não me sentia encorajado para tal.

Voltei para minha cidade, mas já sabia que não era mais a mesma pessoa, a vivência daquele dia marcou minha vida de forma singular. Na volta ao cotidiano da vida fui encontrando pessoas que me ensinaram a ser um militante LGBT, aquele que luta por uma sociedade justa e igualitária, considerando que *“toda forma de amor vale a pena”*.

O momento me permite registrar todo meu carinho e respeito aos militantes do Estado de São Paulo que historicamente contribuíram e têm contribuído, junto a tantos outros militantes espalhados pelo país, com a transformação da sociedade brasileira, e que desta forma também transformaram o meu viver.

Nos anos seguintes a coragem foi ficando maior e o ciclo de amigos foi se ampliando e a luta contra o preconceito por orientação sexual foi incorporando minha vida de forma definitiva.

Em 2001, tive coragem de entrar na avenida e participar da festa. Em 2002, com prazer e medo, tive coragem de ajudar a carregar a Bandeira do Arco-Íris na Paulista. Lá estava eu empunhando a bandeira que um dia vi balançando na varanda de um apartamento.

Em 2003, eu já estava participando da Militância Paulista. Em 2004, militando e trabalhando em um projeto voltado ao combate da AIDS e DST em São José dos Campos, especialmente direcionado e destinado à prevenção para homens que fazem sexo com homens.

Em 2006, assumi o desafio de realizar o mestrado e escrever esta dissertação e hoje, em 2009, estou eu aqui apresentando este trabalho, que significa muito de minha própria vida, pois ao fazê-lo fui desconstruindo e construindo minha própria história, que hoje se cruza com minha vivência profissional.

Pois como aponta Whitaker (2000, p. 148):

> *As histórias de vida narradas pelos sujeitos, carregam em si rupturas reveladoras de muitas das contradições e mediações teorizadas pelo materialismo histórico. Nesse sentido, acredito que se pode propor, a partir delas, o encontro entre a história nova e a totalidade dialética, evitando dessa forma a apresentação de uma "história em migalhas".*

1 .4 – A METODOLOGIA DA PESQUISA.

Definir a metodologia da pesquisa para mim foi um momento onde, de forma muito clara, tinha a intenção de dialogar com sujeitos que vivem e debatem questões relativas aos Direitos Humanos e, de forma mais específica, Direitos LGBT.

Assim, dar voz aos sujeitos é a possibilidade de conhecer através da fala e da ação, Martinelli (1999, p.22) afirma que *"cada pesquisa é única, pois se o sujeito é singular, conhecê-lo significa ouvi-lo, escutá-lo, permitir-lhe que se revele. E onde o sujeito se revela? No discurso e na ação".*

Com o objetivo de proporcionar visibilidade à pratica profissional dos assistentes sociais e sua inserção no debate frente à questão da diversidade sexual, optei por utilizar a metodologia da história oral, devido à capacidade de expressar as vivências de cada sujeito.

Segundo Portelli (1997b, p. 31), as fontes orais...

> *se tornam únicas e necessárias por causa do seu enredo, o caminho no qual os materiais da história são organizados pelos narradores de forma a contá-la. A construção da narrativa revela um grande empenho na relação do relator com sua história.*

Buscando o objetivo de ouvir sujeitos e suas vivências, optei por ouvir relatos das profissionais dos Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia de Campinas e São Paulo.

Estes espaços de trabalho foram escolhidos pelo motivo de, até o inicio desta pesquisa, existirem no Estado de São Paulo somente quatro Centros de Referência, sendo estes dois de gestão pública e dois gestados por Organizações Não-Governamentais.

Acreditando que tais serviços são parte integrante da rede de atendimento do serviço público estatal, optei pela entrevista com as profissionais dos Centros de Referência já citados.

A questão de entrevistar duas assistentes sociais se deu meramente por serem elas as profissionais que atuam nestes locais.

As entrevistas ocorreram nos locais de trabalho. No Centro de Referência de Campinas, a Assistente Social Valdirene dos Santos se apresenta: “meu nome é Valdirene, sou assistente social há onze anos, me formei há onze anos pela UNISAL - Universidade Salesiana, em Americana”.

E no Centro de Referência de São Paulo, a Assistente Social Solange Massari se apresenta: *“eu sou assistente social formada pela turma de 1989 pela FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas, com mestrado em Serviço Social na PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo”.*

Tais entrevistas me proporcionaram uma aproximação fundamental com os sujeitos da pesquisa e seus locais de atuação, pois com afirma Portelli (2000, p. 67), *“priorizar a centralidade no sujeito é a possibilidade de se estabelecer um lugar de onde os sujeitos possam ser ouvidos, partindo de suas experiências”.*

Buscando conhecer também o posicionamento político da profissão, entrevistei membros do Conselho Federal de Serviço Social que relataram sua experiência frente ao debate da temática da orientação sexual dentro do coletivo da categoria.

Dar voz a estes sujeitos se torna a possibilidade de ouvir o coletivo da profissão, que no caso do Serviço Social brasileiro sempre teve uma inserção na sociedade brasileira, expressando seus posicionamentos políticos frente às questões sociais apresentadas na dinâmica da sociedade, pois como aponta Martinelli (2006, p. 10): *“como assistentes sociais, somos colocados muito próximos daquilo que é essencial na nossa vida, que é a possibilidade da construção coletiva e da intervenção no próprio tecido social”*.

Ouvir os relatos e vivências de membros do Conselho Federal me proporcionou a possibilidade de interligar a ação com a dimensão política da

profissão que acontece através de ações coletivas dentro do cotidiano da sociedade, que hoje se expressa no projeto ético-político defendido pela categoria dos assistentes sociais.

"O projeto ético-político não é uma abstração, nem um ente que se institui entre nós. É uma construção coletiva, de natureza histórica, portanto sempre sujeito a transformações". (MARTINELLI, 2006, p. 06).

Desta forma, considerando a importância do papel do Conselho Federal de Serviço Social, entrevistei as conselheiras Maria Elisa dos Santos Braga:

"tenho 30 anos de formada, me formei na PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Sempre trabalhei com mulheres e há 16 anos trabalho na Prefeitura de São Paulo na Casa "Eliane de Gramond". Também sou professora da FMU – Faculdades Metropolitanas Unificadas".

E também ouvi Silvana Mara de Morais dos Santos:

"Sou mestre e doutora em Serviço Social, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, membro de CFESS na gestão 2005-2008. Nesta gestão coordenei a Comissão de Ética e Direitos Humanos, fui membro da comissão de Comunicação e do Conselho Fiscal. Na gestão atual, permaneço nessas mesmas comissões". Ambas fazem parte da gestão 2008/2011 "Atitude Crítica para Avançar na Luta".

Estas nos relataram suas experiências no enfrentamento da temática da orientação sexual no coletivo da categoria, bem como sua experiência na elaboração, construção e execução da campanha do conjunto CFESS/CRESS "O Amor Fala Todas as Línguas - Assistentes Sociais na Luta Contra o Preconceito".

Outro sujeito da pesquisa foi o militante Toni Reis:

"Eu comecei a minha militância aos 14 anos no colégio, participando do grêmio estudantil. Depois, nos anos 80, morando em Curitiba, participei do

movimento estudantil e fui presidente da Casa do Estudante Universitário de Curitiba. Na universidade tínhamos um grupo que discutia gênero e outro grupo que discutia a homossexualidade. Depois de me formar, tive a oportunidade de ir para a Europa, onde fiquei quatro anos, na Espanha, na Itália e na Inglaterra. Lá participei de grupos e paradas LGBT. Voltando para o Brasil, em 1992, fundamos o Grupo Dignidade que neste ano completa 17 anos. Em 1995 também fui um dos fundadores da ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que hoje tem 203 organizações afiliadas".

Sua contribuição nos mostra a interação da categoria e seu projeto ético-político com os movimentos sociais, tornando oportuna a lembrança de que, como afirma Iamamoto (2007, p. 99):

> *"o Serviço Social, como instituição componente da organização da sociedade" e "sendo o exercício profissional uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinada conjuntura histórica".*

Portanto, utilizar a metodologia da história oral foi uma opção que ocorreu por acreditar que a possibilidade de ouvir relatos de sujeitos nos proporciona a possibilidade maior de aproximação com sua história de vida, e assim conhecer também os significados atribuídos por eles às experiências vividas no seu cotidiano.

"(...) pois demandam atribuições de significados. Tal tarefa apenas o sujeito é capaz de realizar, pois significados se constroem a partir da experiência" (MARTINELLI, 2004, p.1).

Ao contar sua história ou relatar uma experiência, o sujeito se apresenta por inteiro naquele momento histórico, relembrando fatos e acontecimentos de sua vida pessoal e profissional, pois como diz Portelli (2004, p. 298): *"Nenhuma estória será contada duas vezes de forma idêntica, cada estória que ouvimos é única".*

Assim identificamos o cotidiano como local privilegiado para a construção dos indivíduos, pois é nele que o sujeito se constrói e se manifesta de forma singular ou coletiva. Assim, utilizei a entrevista livre, não estruturada, apoiada em um roteiro construído como referência para a interlocução com os sujeitos.

As entrevistas foram realizadas pessoalmente com os sujeitos pesquisados ou via internet, onde consegui coletar relatos de cada sujeito, o que me possibilitou a aproximação com a história do Movimento LGBT Brasileiro e sua interlocução com a categoria profissional dos assistentes sociais e suas práticas interventivas.

Três entrevistas foram gravadas em áudio com o auxilio de um gravador e transcritas na íntegra e, com dois entrevistados, devido à distância, utilizei entrevista via Internet, que também foram gravadas e transcritas.

Com o objetivo de balizar as entrevistas e o conteúdo desta dissertação também realizei levantamentos documentais, bibliográficos e mapeamento de dados sobre os Centros de Referência.

Outra técnica utilizada foi o registro fotográfico realizado como trabalho da disciplina Dinâmica dos Movimentos Sociais da 11º Parada do Orgulho GLBT de São Paulo de 2007, fotos estas que em parte compõem a estrutura desta dissertação.

Todo este trajeto me possibilitou condições de colher depoimentos relacionados à história de vida dos sujeitos, suas experiências pessoais, coletivas e profissionais, buscando interlocução com a temática dos Direitos Humanos e os Direitos LGBT.

Hino à Diversidade*

Abrace a diferença!
Viver é diferente!
Se a gente diz que é gente. Eu sou é quem eu sou!
Não tem o que nos vença! Não há o que nos vença!
A diferença é viva! Viva a diferença!
Qual é o plural de "ão"?
É "ãos"! É "ães"! É "ões"!
Plural de cidadão?
São muitas multidões!
Qual é o plural de "ona"?
É dona! É mona! É zona!
Plural de cidadã?
Colega! Amiga! Irmã!
Qual é o maior plural?
É a singularidade! É a diversidade!
A diferença é qual?
Unidos na igualdade! Orgulho, liberdade!
Abrace a diferença!
Viver é diferente!
Se a gente diz que é gente. Eu sou é quem eu sou!
Não tem o que nos vença! Não há o que nos vença!
A diferença é viva!
Viva a diferença!

Letra: Glauco Mattoso
Música: Laura Finocchiaro e Beto Firmino

* Música utilizada em 2002 como Hino da Parada do Orgulho GLBT, interpretada na abertura do evento por Laura Finocchiaro.

2 – SEXUALIDADE E DIVERSIDADE SEXUAL.

2.1 – SEXUALIDADE.

A sexualidade humana foi e é ainda cercada de mitos e tabus, principalmente quando sua expressão diverge do modelo heterossexual pré-estabelecido, sendo considerada como uma afronta à "moral" e aos bons costumes defendidos por vertentes conservadoras da sociedade. Não obstante os avanços, a homossexualidade permanece como alvo da rejeição social, sendo ainda, em alguns contextos, rotulada como "anormalidade".

> *"Pensar a sexualidade é algo antigo, tão antigo quanto a natureza humana. As suas diversas formas de expressão também são antigas. É necessário, nesse momento da história, compreender suas manifestações dentro do quadro da sua diversidade, pois todas podem conviver harmonicamente na mesma cultura". (PICAZIO, 2003, p. 03).*

A sexualidade humana é algo inerente a todo ser humano e direciona toda sua existência, construindo formas de relacionamentos que também são envolvidos de afetividade e eroticidade.

Todos nascemos sexuados[5], com pênis ou com vagina, fato este constatado logo no nascimento ou até anteriormente ao parto durante a gestação, graças aos avanços da tecnologia e da medicina. Mas tal situação não pode determinar nosso destino de forma definitiva, nem mesmo determinar como e com quem teremos nossas relações afetivas e sexuais.

> *Essa sexualidade e esses órgãos genitais fazem com que a espécie humana se reproduza, através da relação sexual, onde o homem fecunda a mulher. Mas a reprodução, a procriação não é a única função da sexualidade; ela é também fonte de prazer entre as pessoas. (RAMIRES NETO, 2008, p. 23).*

---

5 Sei da existência do debate referente às pessoas hermafroditas e entendo que este é um debate técnico, ainda hoje muito ligado à medicina, o qual neste trabalho não me proponho a discutir.

Considerar a sexualidade simplesmente como ato da reprodução humana expressa a negação de que ela se manifesta por meio de padrões culturais e sociais historicamente construídos, assim aponta Highwater: *"o que dá forma à sexualidade humana são as forças sociais".*

Com isto o autor não nega a importância da Biologia como ele mesmo escreve:

> *pois a fisiologia e a morfologia do organismo é que estabelecem, evidentemente, as pré-condições da sexualidade humana. A Biologia, no entanto , não cria os padrões da nossa vida sexual; simplesmente condiciona e limita aquilo que é provável e aquilo que é possível. (HIGHWATER, 1992 , p. 15).*

Assim acreditar que o homem é sujeito de sua história nos leva a ver que, pensar no homem como ser social é vê-lo em sua integralidade, onde as vivências cotidianas o levam a ser agente de suas práticas, assim construindo sua identidade, e nesta a sexualidade e sua orientação sexual estão presentes, pois todo sujeito só existe de forma integral, onde afetos, prazeres e sentimentos são considerados como vivências do cotidiano.

> *Os sujeitos sociais são compreendidos como produtos da sociedade que constroem identidades e são sujeitos de suas práticas cotidianas objetivadas pelas experiências sociais e elaboram seus próprios códigos de reconhecimento e identidade. (MANFROI, 2000, p.25).*

O não-reconhecimento da sexualidade humana como construção da vivência de cada sujeito histórico representa a negação do reconhecimento da diversidade sexual, restringindo assim a uma compreensão binária e naturalizante de gênero, promovendo assim uma intolerância às demais práticas vivenciadas da sexualidade que rompem com o padrão heterossexual dominante em nossa sociedade.

> *Temos que reconhecer que o sexo é objeto de intensa sociabilização e que toda cultura define várias práticas como próprias e impróprias, morais e imorais, sadias e patológicas. Estamos sempre a erguer barreiras que não têm base na 'Natureza'. Não obstante, continuamos cedendo à fantasia de que a sexualidade constitui, por excelência, o aspecto inato e natural do ser humano e que a conduta sexual de homens e mulheres está biologicamente predestinada, desde eternidade, pelos ditames da "natureza humana congênita". (HIGHWATER, 1992, p. 16).*

Considerar a sexualidade como algo que pré-estabelece o modo com que cada pessoa irá se relacionar sexualmente, ou afetivamente, com outras pessoas, é uma das formas de manter o poder hegemônico e moralizante, que pode privar pessoas do direito de ir e vir, da liberdade de expressar seus sentimentos e afetos.

Tal pensamento por muito tempo se apoiou em teorias da medicina clássica, segundo as quais as formas de afeto ou de relação sexual que não eram heterossexuais eram consideradas uma patologia e, portanto, necessitavam de tratamento médico.

Tais tratamentos muitas vezes eram de natureza psiquiátrica, o que levou muitos homossexuais e bissexuais a serem apartados da sociedade e confinados nos chamados hospícios ou manicômios.

Segundo Trevisan (2007, p. 290): *"Na Década de 1930, um grupo de psiquiatras e endocrinologistas brasileiros fazia "tratamentos hormonais" para tentar corrigir experimentalmente o 'desvio' homossexual humano".*

Também encontramos registro da existência de um "Guia de Medicina Homeopática" de autoria do Dr. Nilo Cairo. Nele existe um capítulo que trata exclusivamente das "desordens sexuais*", "esse manual oferece orientações precisas de medicações para curar homens pederastas e mulheres lésbicas".* (TREVISAN, 2007, p. 159).

Em tempos mais atuais, especificamente no ano de 2005 foi noticiada pela mídia a seguinte matéria:

> *MADRI, 21 jun (AFP) - A declaração que um psiquiatra espanhol fez nesta segunda-feira ao Senado afirmando que a homossexualidade é uma 'patologia', acendeu uma acalorada polêmica na Espanha, inclusive nas fileiras da oposição de direita, que estimulou a apresentação do especialista. 'A homossexualidade é uma patologia', disse Aquilino Polaino, catedrático de Psicopatologia na Universidade Complutense de Madri e na Universidade Católica San Pablo-CEU, ao se apresentar diante dos senadores espanhóis, em pleno debate sobre a aprovação de uma lei que autoriza o casamento entre pessoas do mesmo sexo, que deveria entrar em vigor neste verão (boreal). Segundo Polaino, um homossexual tem um perfil psicopatológico caracterizado por 'um pai hostil, distante e*

> *alcoólatra e uma mãe fria e superprotetora, entorno que também pré-dispõe à depressão e ao vício de drogas*[6]'

Desta forma podemos verificar que o pensamento de considerar a vivência não-heterossexual como patologia já existia e ainda existe nas sociedades.

No Brasil, na década de 60, o discurso científico referente à sexualidade era ancorado basicamente na medicina e a atitude de medicalizar e confinar os não-heterossexuais era uma atitude assumida como uma forma de manter a ordem social e até mesmo de proteger os indivíduos homossexuais que eram considerados anormais.

Em contraposição a este pensamento, em 1974 a Associação Americana de Psiquiatria retira a homossexualidade do rol das patologias psíquicas, possibilitando então a compreensão de que entre duas mulheres, assim como entre dois homens, pode existir afeto erótico.

Vale aqui também destacar que em fevereiro de 1985 o Conselho Federal de Medicina baixou resolução federal que deixa de considerar a homossexualidade uma doença. Em 1991 a Organização Mundial de Saúde exclui a homossexualidade da categoria de doenças. Já em 1999, o Conselho Federal de Psicologia edita resolução que instrui os psicólogos a se posicionarem de modo a contribuir para o desaparecimento de discriminações e estigmatizações e que também não colaborem com eventos e serviços que proponham o tratamento das homossexualidades.

Na sociedade brasileira, historicamente encontramos modelos utilizados para a construção e entendimento da sexualidade que julgam como pecado doença ou mesmo crime a conduta de homossexuais masculinos e femininos. Assim, percebe-se que a formas de se viver as variadas formas de expressões da sexualidade por vezes são confundidas com perversão.

---

6 Matéria publicada no site: http://noticias.uol.com.br/ultnot/2005/06/21

Tal pensamento ainda presente na sociedade contemporânea enaltece valores morais como a virgindade e a castidade em seus discursos, tal discurso ainda reforça o posicionamento conservador e hegemônico de que a heterossexualidade é a forma normal de se viver.

O debate referente à sexualidade ainda perpassa pela necessidade de se manter o poder hegemônico. Na sociedade capitalista o padrão dominante e considerado "normal" é o heterossexual, embasado no machismo e na homofobia. Tal fato, a meu ver, se sustenta ainda pela necessidade de manutenção do discurso de instituições que querem controlar o homem de forma integral e assim a sexualidade ainda é algo que o Estado deve regular para que as relações afetivas e sexuais entre os homens continuem sendo algo que se estabeleça a partir dos padrões pré-estabelecidos.

Todo este debate se demonstra na história da sociedade brasileira, onde ainda não existe nenhuma lei aprovada no congresso voltada para promoção da cidadania LGBT.

Aqui podemos destacar dois fatos históricos que marcam a disputa de poder entre o posicionamento conservador e a efetivação de direitos, independentemente da orientação sexual de cada pessoa.

> *Em 1987, João Antônio Mascarenhas – um dos precursores do Movimento LGBT Brasileiro – foi o primeiro gay a ser convidado a falar no Congresso Nacional, podendo ser esta considerada uma das primeiras ações de incidência política no legislativo em prol dos LGBT no Brasil. Ele foi debater com os constituintes a inclusão da proibição de discriminação por orientação sexual na Constituição Federal, que estava para ser promulgada. Com 130 votos favoráveis e 317 contrários, a proibição não foi incluída na Carta Magna*[7].

Assim percebe-se que os poderes constituídos como o Executivo, Legislativo e o Judiciário têm um grande desafio para erradicar todas as formas de preconceito, machismo, racismo, homofobia, bem como todas as atitudes que inferiorizem a pessoa humana. E assim conseguir a sociedade brasileira de forma efetiva caminhar para a consolidação da dignidade humana como um valor maior.

---

7 Texto base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, p. 9.

2.2 – SOCIEDADE HETERONORMATIVA.

Com o objetivo de romper com a organização social heteronormativa e se consolidar de fato um Estado Democrático de Direito, na década de 80, período de redemocratização da sociedade brasileira, existiu um fortalecimento da luta pelos Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, constituindo-se neste contexto uma das maiores e mais extraordinárias manifestações políticas de massa. A Parada do Orgulho Gay de São Paulo, é considerada um dos atos públicos mais destacados em nosso país e que de forma concreta garante a visibilidade da população LGBT e reivindica seus direitos.

Segundo Wanderley (1992, p. 155): *"os movimentos sociais em geral e os movimentos populares em particular constituem forças básicas para a construção da 'nova' sociedade"*.

Assim, verificamos ao longo da História que o debate frente ao pensamento conservador que sustenta a heterossexualidade como forma ideal de manutenção da moral, perpassa pelas arenas de decisões políticas da sociedade onde grupos se organizam e lutam pela manutenção do poder já pré-estabelecido.

Destaco aqui um fato da história brasileira que trouxe à baila um debate que até hoje se faz presente na dinâmica de nossa sociedade.

> *Em dezembro de 1997(...), quando se debatia mais uma vez o projeto de parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo (vulgarmente chamado de "casamento gay"), proposto pela então Deputada Federal Marta Suplicy. A discussão, que só acabou após as 23:30 horas atingiu um nível de baixeza raramente visto naquela Casa. Segundo jornalistas presentes, os deputados faziam gestos obscenos, vaiavam, gritavam gracinhas e grosserias não só à Marta Suplicy, mas também a outros deputados favoráveis ao projeto, como Fernando Gabeira e até mesmo o então líder do governo Luís Eduardo Magalhães. Alguns conservadores protestavam que o projeto era "um desrespeito à Casa e uma aberração da natureza". Respeito à democracia e amor ao próximo? Nem mesmo da parte dos líderes religiosos. Em 1997, o Arcebispo de Maceió, Dom Edvaldo Amaral, declarou a um jornal local a propósito do projeto de união civil: "Sem querer ofender os cachorros, acho isso uma cachorrada! Esta é a opinião de Deus e da Igreja". (TREVISAN, 2007, p.158-159)*

Tal fato nos mostra então que a sociedade burguesa e conservadora se sustenta pelo poder econômico e político, mas não podemos deixar de considerar que a manutenção do poder também tenta controlar a vida privada dos indivíduos de forma a manter o ideal de moral e bons costumes defendidos por grupos que recriminam e condenam outras formas de vivência da sexualidade que não a heterossexual.

Com isso se manifesta a necessidade de controlar os homens e mulheres de forma que até o seu corpo, sua sexualidade e as formas de sua expressão, passam a ser reguladas por normas de condutas pré-estabelecidas pelos valores morais ditados por aqueles que detêm o poder financeiro e ideológico.

Não é difícil percebermos tais fatos ao longo da história da sociedade brasileira, onde a posição da mulher durante muitas décadas foi de total submissão ao homem, as famílias tinham necessidade de ter muitos filhos para a manutenção do patrimônio.

Sendo assim, a forma ideal de manutenção da sociedade somente poderia acontecer através da relação entre homem e mulher, sendo a mulher incumbida de ser “passiva” sexualmente cumprindo com seu papel social de reprodução, ficando o homem com o papel “ativo” tanto sexualmente, como no comando do patrimônio da família.

Considerar a sexualidade como meramente algo biológico é desconsiderar a possibilidade de construção do ser humano, pois homens e mulheres se constroem socialmente.

Nesta perspectiva, questionar a heterossexualidade conforme o ideal de convívio e relação social é expressamente considerado como algo que rompe com o pensamento hegemônico, estremecendo pilares sustentados na sociedade por instituições que detêm o poder historicamente.

Apresentar a questão da Diversidade Sexual então se torna alvo de combate ferrenho destas instituições, que lançam mão de concepções moralistas e conservadoras para defenderem a manutenção da família, tradição e propriedade.

Assim, na sociedade contemporânea verificamos que cresce a cada dia a possibilidade de se introduzir a discussão da Diversidade Sexual junto ao debate da questão social.

Introduzir o debate referente à Diversidade Sexual junto à discussão da questão social se torna uma das grandes possibilidades de se romper com o preconceito frente à orientação sexual, assim caminhando para a desconstrução do pensamento hegemônico heteronormativo ainda existente.

Com este objetivo, foi conquistado em 2004 a inclusão do termo "orientação sexual" no texto do Programa Nacional de Direitos Humanos, destacando-se em suas propostas a recomendação de emenda à Constituição Federal proibindo a discriminação por orientação sexual e o apoio às políticas de ação afirmativa como forma de combate à violência e desigualdade.

> *É preciso tornar visível a ação política e a coragem dos sujeitos políticos LGBTT na luta pelas repostas concretas que o Estado tem que assegurar para impedir o avanço do conservadorismo e a instauração da barbárie. A luta pela livre orientação sexual é uma questão política porque questiona a imposição da heterossexualidade como norma[8].*

2.3 – DIVERSIDADE SEXUAL E SEUS SUJEITOS.

Considerando que a sexualidade humana se constrói na vivência individual e coletiva, entendo também ser necessário, mesmo que de forma breve, apresentar a definição de orientação sexual.

---

8 CFESS Manifesta junho de 2008 – Texto produzido por Silvana Mara de Morais dos Santos, Marylúcia Mesquita Palmeira e Ivanete Salete Bosquetti.

A definição de orientação sexual talvez seja uma das mais difíceis a ser feita, pois trata de nossas relações com outras pessoas em seus aspectos sentimentais e sexuais.

Segundo Picazio (2003, p. 9): *"é o sentimento de atração direcionado às pessoas que desejamos nos relacionar amorosamente e sexualmente.... ela independe de uma escolha consciente ou de um aprendizado".*

Tal dificuldade de compreensão ainda é muito presente em nossa sociedade, pois ainda encontramos muita confusão quanto à utilização dos termos opção sexual e orientação sexual dentro do debate referente à sexualidade e às suas diversas forma de vivência.

Inicialmente se faz necessário pontuar que o Movimento LGBT não reconhece a terminologia "opção sexual" como forma que expresse suas vivências políticas, sociais e afetivas.

O termo "opção" nos remete à condição de escolher algo ou alguém com quem queremos nos relacionar ou comprar, escolha esta que é consciente e traz em si uma carga de valores, sendo que aquisição se dá para suprir uma necessidade.

Assim, o termo utilizado pelo movimento social e reconhecido atualmente por várias áreas do saber como a Medicina, Psicologia, Serviço Social é: orientação sexual, que significa que cada pessoa constrói sua sexualidade e a orienta de forma que seus desejos e prazeres sejam contemplados de modo subjetivo e objetivo.

Em 2006 especialistas em direitos humanos se reuniram na Universidade Gadjah Mada, em Yogyakarta, Indonésia para tratar sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero, sendo que para este trabalho a definição de orientação sexual utilizada é compreendida como: *"uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gêneros diferentes,*

do mesmo gênero ou mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas[9]".

Como já mencionado, o Movimento Nacional se reconhece atualmente pela sigla LGBT, que expressa um sujeito coletivo construído historicamente pelos militantes da causa homossexual, e hoje por todos aqueles e aquelas que lutam pelo direito de viver a liberdade de expressão e orientação sexual.

Segundo Fachini (2005), existe uma "sopa de letrinhas" para significar os sujeitos políticos e históricos que têm e devem ter suas identidades respeitadas, pois são construídas para viver sua vida sexual, afetiva e política dentro da sociedade contemporânea.

Cada identidade é uma articulação de uma multiplicidade de discursos e práticas sociais que envolvem tanto aspectos simbólicos, como aspectos materiais e concretos da realidade. (PRADO; MACHADO, 2008, p. 18).

Apresentarei abaixo o que o Movimento Nacional reconhece como definições que podem expressar cada um dos sujeitos políticos do Movimento LGBT Brasileiro, sendo estas utilizadas no documento-base da 1ª Conferência Nacional LGBT realizada em Brasília no período de 05 a 08 de junho de 2008, com o tema: "Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a Cidadania LGBT".

Gay: pessoa do gênero masculino que tem desejos, práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino.

Lésbica: pessoa do gênero feminino que tem desejos, práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero feminino.

Bissexual: pessoa que tem desejos e práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com homens e mulheres.

---

9 Extraído do documento Princípios de Yogyakarta, p. 06, produzido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos no ano de 2006.

Transexual: pessoa com identidade de gênero que a caracteriza por uma afirmativa de identificação, solidamente constituída e confortável nos parâmetros de gênero estabelecidos (masculino ou feminino), independente e soberano aos atributos biológicos sexualmente diferenciados. Esta afirmativa consolidada pode, eventualmente, se transformar em desconforto ou estranheza diante destes atributos, a partir de condições sócio-culturais adversas ao pleno exercício da vivência dessa identidade de gênero constituída. Isto pode se refletir na experiência cotidiana de auto-identificação ao gênero feminino – no caso das mulheres que vivenciam a transexualidade, que apresentam órgãos genitais classificados como masculinos no momento em que nascem, e o gênero masculino no caso dos homens que vivenciam a transexualidade, que apresentam órgãos genitais classificados como femininos no momento em que nascem. A transexualidade também pode, eventualmente, contribuir para o indivíduo que a vivência objetivar alterar cirurgicamente seus atributos físicos (inclusive genitais) de nascença para que os mesmos possam ter correspondência estética e funcional à vivência psico-social da sua identidade de gênero constituída.

Travesti: pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis diferentes daqueles impostos pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos através de hormonioterapias, aplicações de silicone e ou cirurgias plásticas, porém vale ressaltar que isto não é regra para todas.

Toda esta trajetória política e construção de identidade dos sujeitos LGBT na sociedade brasileira foi motivadora e fundamental para a realização da Conferência LGBT citada acima, sendo o Brasil o primeiro país do mundo a promover um evento nesta natureza.

> *Esta Conferência enfrenta não apenas a homofobia, lesbofobia, transfobia; ela enfrenta o machismo, o racismo, a xenofobia, a intolerância religiosa. Esta é uma grande conquista da sociedade civil e do Poder Público, em especial do Executivo que a convocou. Conversei com pessoas dos diferentes estados, principalmente com aquelas vindas dos municípios do interior e comunidades distantes do Pará, de Rondônia, de Roraima, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, e Mato Grosso. Essas pessoas puderam se mobilizar, discutir e apresentar propostas. São protagonistas de grandes*

> *transformações. Isso é fundamental se a gente acreditar na luta de transformação*[10].

> *Nós temos uma responsabilidade muito grande com o nosso continente. E aqui não estou falando de superioridade, mas estou falando da possibilidade de que possamos, a partir das conquistas, a partir do caminho trilhado pela sociedade civil organizada, pelos movimentos, pela nossa ação de advocacy, de incidência política, levar essa experiência, trocar essa experiência com outros países*[11].

Os sujeitos políticos e suas formas de viver a sua sexualidade possibilitam a visibilidade de suas identidades, e assim vão encontrando lugar na sociedade e criando condições para se efetivar direitos, respeitando-se a especificidade de cada pessoa.

> *Aos poucos, gays, lésbicas, travestis, transexuais entre outros deixam de ser lendas urbanas, anomalias sociais ou sujeitos patologizados, para se tornarem sujeitos políticos, que passam a reinvidicar equivalência de direitos implicados muitas vezes pela construção de novos direitos sociais e/ou pela desconstrução de direitos estabelecidos. (PRADO; MACHADO 2008, p. 14).*

Não se pretende que a sociedade se torne homossexual, heterossexual o bissexual, mas sim que ela seja aberta às diferenças e que o Estado garanta que todas as pessoas sejam respeitadas e tenham seus direitos estabelecidos e efetivados de forma igualitária.

"Cabe ao Estado legislar nossos direitos, que não devem ser nem maiores nem menores do que os da população heterossexual". (JESUS, 2005, p. 69).

---

10 Trecho do Pronunciamento do Sr. Dr. Pely Cipriano realizado durante a Conferência Nacional LGBT.

11 Trecho do pronunciamento do Sr. Beto de Jesus realizado durante a Conferência Nacional LGBT.

Pavão Misterioso

Pavão misterioso
Pássaro formoso
Tudo é mistério
Nesse teu voar
Ai se eu corresse assim
Tantos céus assim
Muita história
Eu tinha prá contar...
Pavão misterioso
Nessa cauda
Aberta em leque
Me guarda moleque
De eterno brincar
Me poupa do vexame
De morrer tão moço
Muita coisa ainda
Quero olhar...
Pavão misterioso
Pássaro formoso
Tudo é mistério
Nesse seu voar
Ai se eu corresse assim
Tantos céus assim
Muita história
Eu tinha prá contar...
Pavão misterioso
Pássaro formoso
No escuro dessa noite
Me ajuda, cantar
Derrama essas faíscas
Despeja esse trovão
Desmancha isso tudo, oh!
Que não é certo não...
Pavão misterioso
Pássaro formoso
Um conde raivoso
Não tarda a chegar
Não temas minha donzela
Nossa sorte nessa guerra
Eles são muitos
Mas não podem voar...

Letra e música: Ednardo

3 – MOVIMENTO LGBT: UMA LUTA HISTÓRICA.

3 .1 – RELEMBRANDO A HISTÓRIA E SEUS SUJEITOS.

Na década de 60, a sociedade enfrenta o questionamento sobre a sexualidade e a vida cotidiana das pessoas. O sexo passa a ser discutido não somente como fonte de reprodução humana, mas também podendo ser visto como fonte de prazer para cada indivíduo. Tal questionamento teve seu inicio provocado pelo movimento feminista, que luta e lutava contra a cultura machista da época.

Este período...

> *apresentou uma capacidade crítica no que concerne ao abandono de uma concepção homogênea e universal sobre a mulher e incluiu a percepção das diferenças e diversidades entre as mulheres, em especial das diversidades de cunho étnico-racial e de classe. (BARSTED, 2005, p. 33).*

A possibilidade de se debaterem e se construírem “novas legalidades” em relação aos direitos sexuais e reprodutivos historicamente encontrou dificuldade junto aos movimentos conservadores e na desfiguração do papel da laicidade do Estado.

Mediante fortalecimento e amadurecimento dos movimentos sociais, o debate referente aos direitos sexuais e reprodutivos tem conseguido ser introduzido junto às pautas de discussão da sociedade, fazendo com que a discussão dos Direitos Humanos também inclua os direitos sexuais e reprodutivos, o que vem possibilitando a conquista de legislações que respeitem o direito à igualdade de gênero e a vivência de outras formas de expressão da sexualidade que não sejam somente a heterossexual, proporcionando assim um processo de rompimento da hegemonia machista e heterossexual existente na sociedade.

> *A configuração dessa nova legalidade, expressa nos direitos sexuais e nos direitos reprodutivos, só tem sido possível graças à ação política de movimentos sociais contemporâneos. Mulheres, negros e homossexuais têm se organizado por todo o mundo para fixar leis e jurisprudências que reconheçam esses direitos e seus titulares. (BARSTED, 2005, p. 34).*

O Movimento LGBT tem como marco o dia 28 de junho de 1969, quando é comemorado o Dia do Orgulho Gay. Tal fato se dá pelo que acorreu em Stonewall, em Nova York. Em um bar chamado Stonewall, homossexuais se rebelam contra a perseguição policial, travando-se uma batalha de vários dias. Tal fato passa a ser marcante para a luta do Movimento LGBT mundial, sendo tal data até hoje comemorada por seus militantes.

No Brasil, o Movimento Homossexual começa o tomar corpo e se organizar durante a década de 70, a exemplo do que ocorria em outros países da América do Sul.

Nesta trajetória se destaca a presença do gaúcho advogado considerado fundador do Movimento no Brasil, João Antônio Mascarenhas, que em 1977 trouxe para o Brasil o editor de uma publicação gay chamada Gay Sunshine, que incentivou a fundação do Jornal "O Lampião da Esquina".

A produção de jornais alternativos como, por exemplo, "O Lampião" foram muito importantes no âmbito da imprensa alternativa brasileira para a construção de uma identidade, de uma cultura e consequentemente, de uma Comunidade LGBT menos marginalizada.

Em 1978 surge o jornal "O Lampião da Esquina", que traz em suas publicações matérias voltadas às questões políticas da sociedade brasileira ligadas ao Movimento Homossexual.

> *O surgimento do Lampião da Esquina representa bem o inconformismo diante de repressão e do conservadorismo que se abatiam sobre uma parcela da sociedade brasileira; e utilizando-se dos periódicos, essa parcela tentava mostrar caminhos alternativos para o difícil período em que vivíamos. (RODRIGUES, 2005, p. 71).*

Tal jornal influencia de forma direta a construção do Grupo SOMOS de São Paulo, e posteriormente de vários outros grupos espalhados pelo país, como o Grupo SOMOS no Rio de Janeiro, Grupo Gay da Bahia, Triângulo Rosa no Rio de Janeiro, Dignidade de Curitiba.

Neste contexto, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais vão se organizando na luta e na defesa de seus direitos, tornando-se responsáveis pela conquista e efetivação dos mesmos através de ações políticas.

Conquistar direitos faz com que homens e mulheres, independentemente de sua orientação sexual, sejam livres para viver em uma sociedade onde as identidades nunca estão prontas, transformam-se na mesma medida em que se transformam também as condições sócio-históricas. (MARTINELLI, 2007, p. 2).

Acreditando que a história nos permite revisitar as conquistas da humanidade, assim apresento alguns dados que a meu ver são importantes para entendermos a conquista dos Direitos LGBT.

- 1532 – Nas cartas régias de doação das Capitanias Hereditárias, o Rei determinava a pena de morte aos sodomitas, sem ter que consultar a Metrópole.
- 1580 – Fernão Luiz , professor mulato, morador na Bahia, mata seu jovem parceiro e sua família para não ser denunciado à Inquisição: é a primeira reação conhecida de um sodomita do Brasil para escapar da ameaça da Inquisição.
- 1591 – Felipa de Souza, a primeira lésbica a ser açoitada publicamente pela Inquisição no Brasil (Bahia).
- 1821 – Extinção da Inquisição e fim da pena de morte contra os sodomitas.
- 1830 – Código Penal do Império Brasileiro exclui o crime de sodomia.
- 1859 – Publicação do livro “O Bom Crioulo”, do escritor cearense Adolfo Caminha, o primeiro romance das Américas a tratar de forma realista do homoerotismo.
- 1894 – O termo “lésbica” é publicado no Brasil pela primeira vez em Pires de Almeida, “Homossexualismo, a libertinagem” no Rio de Janeiro.
- 1914 – Publicação do livro “O Menino do Gouveia”, primeiro conto homoerótico brasileiro.
- 1932 – Prisão de 195 homossexuais pela Polícia Civil do Rio de Janeiro para serem objeto de estudo do Dr. Leonídio Ribeiro, do Instituto de Identificação.
- 1959 – Primeiro jornal gay do Brasil “Snobe” (RJ).

- 1971 – Primeira operação transexual no Brasil realizada pelo Dr. Roberto Farina.
- 1977 – João Antônio Mascarenhas, advogado gaúcho, convida Winston Leiland, Editor do “Gay Sunshine” (São Francisco/EUA) para conferência no Brasil: é o primeiro ato político de fundação do Movimento Homossexual Brasileiro.
- 1978 – Fundação do jornal “O Lampião da Esquina”, que contou com 37 números, extinguindo-se em 1981, sendo um importante e pioneiro veículo de comunicação que possibilitou a discussão da homossexualidade nesse período político do País.

  Fundação do Grupo Somos (São Paulo), primeira aparição pública na Universidade de São Paulo em fevereiro de 1979.
- 1979 – Fundação do Grupo de Atuação e Afirmação Gay, Baixada Fluminense, RJ.

  No Rio de Janeiro realiza-se o “I Encontro de Homossexuais Militantes”.
- 1980 – Fundação do Grupo Gay da Bahia (Salvador).

  Primeira passeata com a participação de homossexuais em São Paulo e em março realiza-se o “I Encontro Brasileiro de Homossexuais”.

  Morre Pascoal Carlos Magno, teatrólogo e embaixador, fundador do Teatro do Estudante do Brasil (RJ), homossexual assumido e discriminado pelo Itamaraty, no tempo da ditadura.
- 1981 – Primeira celebração do Dia do Orgulho Gay em Salvador.

  Início da campanha contra o Código 302.0 da Organização Mundial da Saúde que considerava o “homossexualismo” como desvio e transtorno sexual, obtendo-se 16 mil assinaturas.
- 1982 – Em São Paulo realiza-se o “I Encontro Paulista de Grupos Homossexuais”.
- 1984 – Realiza-se em Salvador o “II Encontro Brasileiro de Homossexuais”.
- 1985 – O Conselho Federal de Medicina retira o “homossexualismo” da classificação de doenças.
- 1986 – O Grupo Triângulo Rosa (RJ), o Grupo Gay da Bahia (BA) e Libertos (SP), iniciam campanhas junto à Constituinte pela inclusão da proibição de discriminação por orientação sexual na Constituição.
- 1987 – João Antonio Mascarenhas é o primeiro homossexual brasileiro a ser

convidado a falar no Congresso Nacional, debatendo sobre a inclusão da orientação sexual na Constituição.

- 1989 – Realiza-se no Rio de Janeiro o “III Encontro Brasileiro de Homossexuais”.
- 1990 – Salvador é a primeira cidade da América Latina a proibir a discriminação por orientação sexual na Lei Orgânica Municipal, seguida de mais 72 municípios e nas Constituições estaduais de Sergipe e Mato Grosso.

  Realiza-se em Aracaju o “IV Encontro Brasileiro de Homossexuais”.
- 1991 – Realiza-se em Recife o “V Encontro Brasileiro de Homossexuais”.
- 1992 – Realiza-se no Rio de Janeiro o “VI Encontro Brasileiro de Homossexuais”.
- 1993 – O Grupo Dignidade (PR) é o primeiro a ser declarado de Utilidade Pública Estadual.

  Em Cajamar (SP) realiza-se o “VII Encontro de Lésbicas e Homossexuais”.

  Renildo José dos Santos, Vereador de Coqueiro Seco, Alagoas é assassinado após bárbara tortura, seu nome foi atribuído ao Prêmio da Associação Bissexual da Austrália.

  Primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTLAIDS) no Rio de Janeiro.
- 1994 – Aprovada a Lei Municipal contra a discriminação por orientação sexual em Porto Alegre, iniciativa do Grupo Nuances.
- 1995 – Fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) em Curitiba, com a presença de 120 participantes.

  Em Curitiba realiza-se o “VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas”.
- 1996 – Pela primeira vez os homossexuais são citados num documento oficial do Governo, no plano Nacional de Direitos Humanos.

  Realiza-se no Rio de Janeiro o “I Seminário Nacional de Lésbicas”.
- 1997 – O Conselho Federal de Medicina autoriza operação de transexuais.

  Realiza-se em São Paulo o “IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis”.
- 1998 – Morre João Antônio Mascarenhas, fundador do Movimento Homossexual Brasileiro.
- 1998 – Eleição do primeiro mandato de Kátia Tapety, primeira travesti a ser eleita vereadora em Colônia do Piauí/PI.

- 1999 – O Conselho Federal de Psicologia aprova a resolução proibindo que psicólogos participem de clínicas ou terapias visando a “curar” homossexuais.

  Fundação em São Paulo do Fórum de Homens que Fazem Sexo com Homens, envolvendo Organizações Não-Governamentais e Organizações Governamentais com trabalhos de prevenção a DST/HIV/AIDS.

  Realiza-se em Campinas o “I Encontro Paulista de Gays, Lésbicas e Travestis.
- 2000 – Edson Néris é barbaramente assassinado na Praça da República em SP, por um grupo de neonazistas: é o crime homofóbico de maior repercussão nacional.

  O INSS concede o direito previdenciário de pensão aos parceiros gays por falecimento ou detenção, iniciativa do Grupo Nuances (RS).
- 2001 - Criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

  Promulgação no Estado de São Paulo da Lei nº 10.948, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências.

  Realiza-se em Maceió o “X Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis”.
- Câmara Municipal de Recife estende aos parceiros de funcionários homossexuais a equiparação de direitos previdenciários.
- Fundação, em dezembro, da Associação Nacional das Travestis.
- 2003 – Criação da Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão sexual.
- 2004 – Realiza-se em São Paulo o “II Encontro Paulista de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros”.

  O Governo Federal lança o programa Brasil Sem Homofobia, que levará às escolas públicas de todo o país o combate à discriminação contra gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros.
- 2006 – O Conselho Federal de Serviço Social aprova a Resolução nº 489/06 que estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoa do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social.

  É lançada a Campanha: Assistentes Sociais na Luta Contra o Preconceito – Campanha pela livre orientação e expressão sexual.

Toda esta trajetória histórica tem sua construção realizada por muitos sujeitos que, de forma individual ou coletiva, dedicaram parte de suas vidas ao processo de luta pela efetivação de direitos. Direitos estes que não somente se ligavam à causa LGBT, pois todos acreditavam e acreditam que com a efetivação destes direitos se pode construir um Estado Democrático de Direito.

Assim também ocorreu com o Serviço Social Brasileiro, que em sua história vai construindo um posicionamento político baseado nos princípios da liberdade, da igualdade e da democracia, princípios presentes em seus instrumentos legais como o Código de Ética de 1993. Assim é apresentado à sociedade brasileira um projeto ético-político que se contrapõe às formas de opressão ainda existentes.

Desta forma, também a sociedade brasileira tem alcançado avanço no campo dos Direitos Humanos proporcionando a construção de uma cultura em defesa do respeito à diversidade, tendo como um de seus marcos históricos a Constituição Federal de 1998, que amplia as discussões e a mobilização social, frente à efetivação de direitos para todos de forma universal, respeitando a pluralidade como um valor nacional.

3.2 – VISIBILIDADE E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS.

Trazer o debate da sexualidade para a cena pública é um desafio enfrentado pelos militantes sociais, com o objetivo de que a sociedade entenda as possibilidades e pluralidades das orientações sexuais.

Neste debate também se localiza a discussão da efetivação dos diretos dos não-heterossexuais, pois a heterossexualidade muitas vezes inferioriza as demais formas de expressões da sexualidade, fazendo com que sejam consideradas subalternas orientações diferentes da predominante na sociedade denominada de heterossexual.

Segundo Bento (2006, p. 88):

> *A heterossexualidade não surge espontaneamente em cada corpo recém-nascido, inscreve-se reiteradamente por meio de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos socialmente investidos como naturais. O corpo sexuado e a suposta ideia da complementaridade, representam uma materialidade saturada de significados, não sendo uma matéria fixa, mas uma contínua e incessante materialização de possibilidades, intencionalmente organizadas, condicionada e circunscrita pelas convenções históricas.*

A invisibilidade faz com que os não-heterossexuais sejam invisíveis para o Estado, ficando assim as relações não-heterossexuais à margem da construção das políticas públicas.

Segundo Ávila (2005, p. 20), *"se o Estado não as reconhece é porque as considera não-legítimas, não-pertinentes, sendo assim o poder hegemônico no aparelho do Estado considera essas relações incorretas"*.

A invisibilidade se materializa na organização da sociedade e na organização do Estado de forma objetiva quando na sociedade brasileira ainda são negados 37 direitos aos não-heterossexuais.

1) Não podem se casar;

2) Não têm reconhecida a união estável;

3) Não adotam sobrenome do parceiro;

4) Não podem somar renda para aprovar financiamento;

5) Não podem somar renda para alugar imóveis;

6) Não inscrevem parceiro (a) como dependente no serviço público;

7) Não podem incluir parceiros (as) como dependentes no plano de saúde;

8) Não participam de programas do Estado vinculados à família;

9) Não inscrevem parceiros (as) como dependentes da previdência;

10) Não podem acompanhar o (a) parceiro (a) servidor público transferido;

11) Não têm impenhorabilidade do imóvel em que o casal reside;

12) Não têm garantia de pensão alimentícia em caso de separação;

13) Não têm garantia à metade dos bens em caso de separação;

14) Não podem assumir a guarda do filho do cônjuge;

15) Não adotam filho em conjunto;

16) Não podem adotar o filho do parceiro (a).

17) Não têm licença-maternidade para nascimento de filha da parceira;

18) Não têm licença maternidade / paternidade se o (a) parceiro (a) adota filho;

19) Não recebem abono-família;

20) Não tem licença-luto, para faltar ao trabalho na morte do (a) parceiro (a);

21) Não recebem auxílio-funeral;

22) Não podem ser inventariantes do (a) parceiro (a) falecido (a);

23) Não têm direito à herança;

24) Não têm garantia de permanência no lar quando o (a) parceiro (a) morre;

25) Não têm usufruto dos bens do (a) parceiro (a);

26) Não podem alegar dano moral se o (a) parceiro (a) for vitima de um crime;

27) Não têm direito à visita íntima na prisão;

28) Não acompanham a parceira no parto;

29) Não podem autorizar cirurgia de risco;

30) Não podem ser curadores do (a) parceiro (a) declarado judicialmente incapaz;

31) Não podem declarar parceiro (a) como dependente do Imposto de Renda (IR);

32) Não fazem declaração conjunta do IR;

33) Não abatem do IR gastos médicos e educacionais do (a) parceiro (a);

34) Não podem deduzir no IR o imposto pago em nome do (a) parceiro (a);

35) Não dividem no IR os rendimentos recebidos em comum pelos parceiros;

36) Não são reconhecidos como entidade familiar, mas sim como sócios (as);

37) Não têm suas ações legais julgadas pelas varas de família[12].

Mediante a inexistência de leis que garantam os direitos da comunidade LGBT e com isso a vivência da "cidadania plena", muitas conquistas têm sido alcançadas neste campo por meio de jurisprudências legais na sociedade brasileira.

Mediante a inexistência de leis, a Justiça passa a ser provocada quanto ao seu papel de garantir direitos. Assim, as jurisprudências se tornam formas concretas de se solucionar ou amenizar a falta de acesso aos direitos da população LGBT.

A falta de disciplinas legais não pode gerar acomodação por parte das instâncias legais quanto à possibilidade de solução das demandas concretas vividas por gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

No ano de 2007 encontramos uma grande iniciativa no sentido de dar visibilidade a demandas jurídicas da população LGBT, onde importantes instituições: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero e a Associação Lésbica Feminista de Brasília Coturno de Vênus, com apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, publicam a coletânea "Legislação e Jurisprudências LGBTTT".

Neste material encontramos decisões jurídicas favoráveis à garantia de direitos de demandas da população LGBT, que mesmo não sendo garantidas por Leis Federais, podem ser efetivadas na vida cotidiana por meio da utilização de instrumentos jurídicos utilizados por indivíduos ou grupos da sociedade brasileira.

A conquista de uma jurisprudência faz com que não somente um direito seja garantido, tal fato consagra o reconhecimento da necessidade de se efetivar direitos para todos em nossa sociedade, assim hoje já encontramos varias jurisprudências que reconhecem a legitimidade nas reivindicações das pessoas não-heterossexuais.

> *No Superior Tribunal de Justiça, algumas decisões de mérito já estão consagradas no que diz respeito ao reconhecimento da sociedade de fato entre pessoas do mesmo sexo: direito à meação do patrimônio e à*

12 Disponível em: http://www.midiaindependente.org/pt/**.** Acesso em:11 de novembro de 2008.

> *herança. No aspecto previdenciário, direito a pensão por morte, à dependência para efeitos de benefícios, inclusive auxílio reclusão para companheiros homossexuais. Há também homologação de sentença estrangeira que determina a retificação do registro civil em relação a sexo e nome. A dependência econômica também é reconhecida para fins de inscrição em plano de saúde em empresa de natureza privada e entre servidores públicos para matéria administrativa, inclusive no caso de pensão estatutária – Art. 217,I,c, da Lei 8.112/90 (AC 1999.04.01.074054-1/SC-TRF4). (ANIS, 2007, p. 27).*

Consagrar direitos também provoca a mudança na própria organização da sociedade, onde mesmo com a existência de um forte pensamento conservador, que sustenta a falta de direitos às pessoas LGBT, podemos verificar que no cotidiano da vida, mudanças têm acontecido mesmo em questões muito polêmicas como o caso do reconhecimento da união civil de pessoas do mesmo sexo, tal fato se concretiza na decisão do Supremo Tribunal Federal, que em 2006 através do processo 3300 reconhece como entidade familiar as uniões de casais do mesmo sexo.

> *Uma vez reconhecida, numa interpretação dos princípios norteadores da constituição pátria, a união entre homossexuais como possível de ser abarcada dentro do conceito de entidade familiar, e afastados quaisquer impedimentos de natureza atuarial, deve a relação da Previdência para com os casais de mesmo sexo dar-se nos mesmos moldes das uniões estáveis entre heterossexuais, devendo ser exigido dos primeiros o mesmo que se exige dos segundos para fins de comprovação do vínculo afetivo e dependência econômica presumida entre os casais (...), quando do processamento dos pedidos de pensão por morte e auxílio-reclusão". (Revista do TRF/4ª Região, vol. 57/309-348, 310, Rel. Des. Federal João Batista Pinto Silveira - grifei) Concluo a minha decisão. E, ao fazê-lo, não posso deixar de considerar que a ocorrência de insuperável razão de ordem formal (esta ADIN impugna norma legal já revogada) torna inviável a presente ação direta, o que me leva a declarar extinto este processo (RTJ 139/53 - RTJ 168/174-175), ainda que se trate, como na espécie, de processo de fiscalização normativa abstrata (RTJ 139/67), sem prejuízo, no entanto, da utilização de meio processual adequado à discussão, "in abstracto" - considerado o que dispõe o Artigo 1.723 do Código Civil -, da relevantíssima tese pertinente ao reconhecimento, como entidade familiar, das uniões estáveis homoafetivas[13].*
>
> *Ministro CELSO DE MELLO - Relator*

Conquistar direitos se torna uma grande possibilidade na luta contra a invisibilidade social. Neste sentido, o Movimento LGBT Brasileiro realizou várias ações destacando-se com uma forte organização do movimento social no sentido de

[13] Trecho do relatório elaborado pelo Ministro Celso de Mello, de 03 de fevereiro de 2006. Para maior aprofundamento sugerimos consultar: Legislação e Jurisprudência LGBTTT – Brasília 2007.

ampliar a força de entidades nacionais, estaduais e municipais, para atuarem na defesa dos direitos LGBT.

Entre as organizações nacionais podemos destacar: a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), formada em 1995; a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), formada em 2003; a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), formada em 2004; a Articulação Nacional de Transgêneros (ANTRA), formada em 2000; e o Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB) e o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), criados em 2005.

Todo este processo estimula e acrescenta na pauta do Movimento Nacional de Direitos Humanos a questão do direito à diversidade sexual. A visibilidade dos sujeitos individuais e coletivos LGBT provoca a discussão da liberdade de viver as variadas formas de orientação sexual, acreditando que os Direitos Humanos são construídos concomitantemente à construção histórica do homem, e que uma das formas mais expressivas de sua efetivação é a liberdade.

Parte deste processo foi vivenciado na elaboração da Constituição Brasileira de 1998, que na luta pela efetivação dos Direitos Humanos é um marco fundante, uma vez que garante de forma efetiva os direitos sociais e políticos a todos os cidadãos.

Dentro da construção da Constituição Brasileira, com o Movimento LGBT lutando pela visibilidade de seus sujeitos e querendo o reconhecimento social e legal das orientações sexuais não-heterossexuais, foi tentado acrescentar as palavras “orientação sexual” no texto, mas infelizmente isso não aconteceu.

Mas, mesmo assim, considera-se um grande avanço a conquista do artigo 3º da Constituição Brasileira, que apresenta como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Mediante a conquista de se construir uma sociedade livre, justa e sem preconceito, o Movimento continua se articulando e realizando ações frente a conquista de direitos

Destaco aqui o conceito de liberdade segundo Simões (2008, p. 70): *"o princípio da liberdade, da igualdade e da universalidade dos direitos tornam-se fundamentos da nova ordem social"*. Assim, a organização da sociedade construída pelo homem deve ter como base coletiva a liberdade.

Dentro de todo este contexto, outros movimentos sociais e instituições também se organizaram e se manifestaram na defesa dos Direitos Humanos, contribuindo em espaços de lutas coletivas, mas também construindo ações políticas internas e externas com vistas à efetivação de uma sociedade justa, igualitária e democrática.

Segundo Pereira (2006, p. 5):

> *A atuação coletiva das entidades, que aos poucos vai ganhando corpo entre nós, deve ser aprofundada, pois os resultados positivos dependerão da nossa unidade. Isso é necessário para cobrar respeito aos Direitos Humanos e à Cidadania.*

Diante de todas as discussões quanto à construção dos Direitos Humanos no Brasil e à efetivação dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, instituem-se para a profissão dos assistentes sociais em seu cotidiano da prática as demandas de atendimento da comunidade LGBT.

Assim, em serviços "tradicionais" de atuação profissional entra em pauta a necessidade de se discutir questões como nome social, adoção por famílias homoafetivas, famílias formadas por casais do mesmo sexo, adolescentes homossexuais, e novas formas de identidades de gênero.

> *Como partícipe do trabalho coletivo, inscrito da divisão sócio-técnica do trabalho, o Serviço Social é expressão das necessidades sociais criadas nos movimentos das relações entre o Estado e a sociedade civil, das relações entre as classes, suas frações e as instituições por elas criadas no enfrentamento da questão social. É nesse movimento que ingressa o Serviço Social na ampla tarefa de implementação e, em menor medida, de formulação de políticas sociais. (IAMAMOTO, 2001, p. 89).*

Também na dinâmica e organização da sociedade foram sendo conquistados espaços e leis que garantem direitos para a população LGBT, existindo já Leis, Decretos e Normativas Federais conforme relacionado abaixo:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
Constituição	**Artigos relevantes para o tema**
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasil	Dos Princípios Fundamentais: art 1°, III; art 3°, IV. Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos: art 5°. Da Ordem Social: art 194; art 196; art 201; art 205; art 215; art 221; art 226.

LEIS FEDERAIS	
Nº Lei / Data / Referência	**Ementas e/ou Artigos Relacionados**
Lei Nº 4.319, de 16 mar 1964	Cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. (CDDPH).
Lei Nº 7.353, de 29 ago 1985	Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM e dá outras providências. (Na composição do Conselho do CNDM consta uma cadeira para o Movimento de Lésbicas).
Lei Nº 10.216, de 06 abr 2001 Lei Nacional de Transtornos Mentais	Art 1°. Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.
Lei Nº 10.539, de 23 set 2002	Dispõe sobre a estruturação de órgãos, cria cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. (cria, na estrutura do Ministério da Justiça, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher e o cargo de natureza especial de Secretário de Estado dos Direitos da Mulher).

Lei 10.683, de 28 mai 2003	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. (entre outras medidas, transforma a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça, em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – arts. 31 e 33).
Lei N° 11.340, de 07 ago 2006 Lei Maria da Penha	Art 2° Toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

DECRETOS FEDERAIS	
Decreto / Data	**Ementas**
Decreto Nº 3.952, de 04 out 2001	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD.
Decreto Nº 4.623, de 01 jan 2003	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão integrante da Presidência da República, e dá outras providências.
Decreto N° 5.397, de 22 mar 2005	Dispõe sobre a composição, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD. Artigo 2°, III. (o Artigo 2°, III, inclui entre a representação de entidades e organizações não-governamentais o segmento de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais – GLTB, na composição do CNCD).
Decreto Nº 5.839, de 11 jul 2006	Dispõe sobre a organização, as atribuições e o processo eleitoral do Conselho Nacional de Saúde – CNS e dá outras providências. (Na composição do Conselho do CNS consta uma cadeira para o Movimento LGBTTT).

INSTRUÇÃO NORMATIVA FEDERAL	
Nº Instrução / Data	**Ementas**
Instrução Normativa Nº 25, 07 jun 2000 Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	Estabelece, por força de decisão judicial, procedimentos a serem adotados para a concessão de benefícios previdenciários ao companheiro ou companheira homossexual.

RESOLUÇÃO FEDERAL	
Nº da Resolução/ Data	**Ementas e/ou Artigos Relacionados**
Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Nº 153, de 14 jun 2004	Determina o Regulamento Técnico para os procedimentos hemoterápicos, incluindo a coleta, o processamento, a testagem, o armazenamento, o transporte, o controle de qualidade e o uso humano de sangue, e seus componentes, obtidos do sangue venoso, do cordão umbilical, da placenta e da medula óssea.

Outras conquistas se deram em Estados e Municípios, onde já se encontra a proibição de discriminar pessoas por sua orientação sexual, através de leis, emendas, resoluções e decretos:

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS E LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL	
Constituição	**Artigos relevantes para o tema**
Constituição do Estado de Alagoas	Art 2°.... I - Assegurar a dignidade da pessoa humana, mediante a preservação dos direitos invioláveis a ela inerentes, de modo a proporcionar idênticas oportunidades a todos os cidadãos, sem distinção de sexo, orientação sexual, origem, raça, cor, credo ou convicção política e filosófica e qualquer outra particularidade ou condição discriminatória, objetivando a consecução do bem comum.
Constituição do Estado de Mato Grosso	Art 10 ... III - a implementação de meios assecuratórios de que ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, raça, cor, sexo, estado civil, natureza de seu trabalho idade, religião, orientação sexual, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental e qualquer particularidade ou condição.
Constituição do Estado do Pará	Art 3°.... IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, orientação sexual, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
Constituição do Estado de Sergipe	Art.3°.... II - proteção contra discriminação por motivo de raça, cor, sexo, idade, classe social, orientação sexual, deficiência física, mental ou sensorial, convicção político-ideológica, crença em manifestação religiosa, sendo os infratores passíveis de punição por lei.
Distrito Federal Lei Orgânica do DF	Art 2°.... Parágrafo único. Ninguém será discriminado ou prejudicado em razão de nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicção política ou filosófica, orientação sexual, deficiência física, imunológica, sensorial ou mental, por ter cumprido pena, nem por qualquer particularidade ou convicção, observada a Constituição Federal.

LEIS ESTADUAIS E DO DISTRITO FEDERAL	
Estado / Nº Lei / Data	**Ementas**
Distrito Federal Nº 2.615, de 26 out 2000	Determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas.
Distrito Federal Nº 3.576 , de 12 abr 2005	Dispõe sobre a inclusão de conteúdo pedagógico sobre orientação sexual na disciplina Direitos Humanos nos cursos de formação e reciclagem de policiais civis e militares do Distrito Federal.
Mato Grosso do Sul Nº 1.592 , de 20 jul 1995	Dispõe sobre a obrigatoriedade de incluir a matéria Orientação Sexual nos currículos de 5ª a 6ª Séries de ensino fundamental das Escolas Estaduais.
Mato Grosso do Sul Nº 3.157 , de 27 dez 2005	Dispõe sobre as medidas de combate à discriminação devido à orientação sexual no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.
Minas Gerais Nº 12.491, de 16 abr 1997	Determina a inclusão de conteúdo e atividades voltadas para a orientação sexual no currículo do ensino fundamental e dá outras providências.
Minas Gerais Nº 14.170, de 16 jan 2002	Determina a imposição de sanções a pessoa jurídica por ato discriminatório praticado contra pessoa em virtude de sua orientação sexual.
Paraíba Nº 7.309, de 10 jan 2003	Proíbe discriminação em virtude de orientação sexual e dá outras providências.
Paraíba Nº 7.901, de 22 dez 2005	Institui o Dia Estadual da Diversidade Sexual na Paraíba.
Piauí Nº 5.431, de 29 dez 2004	Dispõe sobre as sanções administrativas a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências.
Rio de Janeiro Nº 3.406, de 15 mai 2000	Estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual, e dá outras providências.
Rio Grande do Norte Nº 8.225, de 12 ago 2002	Institui o Serviço Disque Defesa Homossexual de Combate à Violência Contra os Homossexuais, Lésbicas e Travestis no Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.
Rio Grande do Sul Nº 11.872, de 19 dez 2002	Dispõe sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade, preferência sexual e dá outras providências.
Santa Catarina Nº 12.574, de 04 abr 2003	Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e adota outras providências.
São Paulo Nº 10.948, de 05 nov 2001	Dispõe sobre penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências.
São Paulo Nº 12.284, de 22 Fev 2006	Autoriza o Poder Executivo a incluir no currículo do ensino fundamental e médio a crítica da violência doméstica e da discriminação de raça, gênero, orientação sexual, origem ou etnia.

DECRETOS ESTADUAIS	
Estado / Nº Decreto/ Data	**Ementas**
Minas Gerais Decreto N° 43.683, de 10 dez 2003	Regulamenta a Lei n° 14.170 de 15 de janeiro de 2002 que determina a imposição de sanções a pessoa jurídica por ato discriminatório praticado contra pessoa em virtude de sua orientação sexual.
Paraíba Decreto N° 27.604, de 19 set 2006	Regulamenta a Lei n° 7.309, de 10 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Que "Proíbe discriminação em virtude de orientação sexual e dá outras providências".
Piauí Decreto N° 12.097, de 15 fev 2006	Regulamenta a Lei n° 5.431, de 29 de dezembro de 2004, que "Dispõe sobre as sanções administrativas a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências".
Rio de Janeiro Decreto N° 29.774, de 11 nov 2001	Regulamenta a Lei n° 3.406, de 15 de maio de 2000. Que "Estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual, e dá outras providências".

LEIS ORGÂNICAS MUNICIPAIS	
Município / UF / LO	**Artigos de Referência**
Aracaju – SE Lei Orgânica do Município	Art 2° - o MUNICÍPIO de Aracaju tem, como objetivo fundamental, a construção do bem-estar do cidadão que nele vive, para que possa consolidar uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, classe social, orientação sexual, deficiência física, mental ou sensorial, convicção político-ideológica, crença em manifestação religiosa e quaisquer outras formas de discriminação, sendo os infratores passíveis de punição por lei.
Campinas – SP Lei Orgânica do Município	Art 5º, XVIII - garantir o acesso a todos de modo justo e igual, sem distinção de origem, raça, sexo, orientação sexual, cor, idade, condição econômica, religião ou qualquer outra discriminação, aos bens, serviços e condições de vida indispensáveis a uma existência digna, bem como coibir, no seu âmbito de atuação, qualquer discriminação desta ordem, na forma da lei.
Florianópolis - SC Lei Orgânica do Município	Artigo 5°, IV - A igualdade absoluta entre os cidadãos, coibindo a discriminação por motivo de origem, raça, cor, sexo, idade, estado civil, crença religiosa, orientação sexual, convicção política e filosófica ou outras quaisquer formas.
Fortaleza – CE Lei Orgânica do Município	Art.7°, XXI – Criar mecanismos que combatam a discriminação à mulher, à criança e adolescente em situação de risco, às pessoas portadoras de deficiência e de doenças contagiosas, ao homossexual, ao idoso, ao índio, ao negro, ao ex-detento e promovam a igualdade entre os cidadãos.

Goiânia – GO Lei Orgânica do Município	Artigo 1°. Os estabelecimentos de pessoa física ou jurídica, comerciais, industriais, de serviços, culturais e de entretenimentos ou de outra natureza, bem como as repartições públicas municipais que praticarem atos de discriminação, no âmbito do Município de Goiânia por origem, raça, etnia, sexo, orientação sexual, cor, idade, estado civil, condição econômica, convicção política ou filosófica, religião, necessidade especial física, imunológica, sensorial ou mental, cumprimento de pena ou em razão de qualquer outra particularidade ou condição, sofrerão as penalidades previstas nesta lei.
Macapá – AP Lei Orgânica do Município	Artigo 7° No Município de Macapá, por suas leis, agentes e órgãos, não haverá discriminação, em razão do local de nascimento, idade, raça, etnia, sexo, estado civil, trabalho, religião, orientação sexual, convicções políticas ou filosóficas, por deficiência de qualquer tipo, por ter cumprido pena ou por qualquer particularidade ou condição.
Paracatu - MG Lei Orgânica do Município	Art 7°, ...VIII - a garantia de acesso, a todos, de modo justo e igual, sem distinção de origem, raça, sexo, orientação sexual, cor, idade, condição econômica, religião, ou qualquer outra discriminação, aos bens, serviços e condições de vida indispensáveis a uma existência digna.
Porto Alegre - RS Lei Orgânica do Município	Art 150º - Sofrerão penalidades de multa até a cassação do alvará de instalação e funcionamento os estabelecimentos de pessoas físicas ou jurídicas que, no território do Município, praticarem ato de discriminação racial; de gênero; por orientação sexual, étnica ou religiosa; em razão de nascimento; de idade; de estado civil; de trabalho rural ou urbano; de filosofia ou convicção política; de deficiência física, imunológica, sensorial ou mental; de cumprimento de pena; cor ou razão de qualquer particularidade ou condição.
São Bernardo do Campo - SP Lei Orgânica do Município	Art 10º - Ninguém será discriminado, prejudicado ou privilegiado em razão do nascimento, idade, raça, cor, sexo, orientação sexual, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental, por cumprimento de pena, nem por qualquer particularidade ou condição social.
São Paulo - SP Lei Orgânica do Município	Art 2º, ...VIII - a garantia de acesso, a todos, de modo justo e igual, sem distinção de origem, raça, sexo, orientação sexual, cor, idade, condição econômica, religião, ou qualquer outra discriminação, aos bens, serviços, e condições de vida indispensáveis a uma existência digna.
Teresina - PI Lei Orgânica do Município	Artigo 9°. Ninguém será discriminado ou privilegiado em razão de nascimento, etnia, raça, cor, sexo, deficiência física ou mental, idade, estado civil, orientação sexual, convicção religiosa, política ou filosófica, trabalho rural ou urbano, condição social ou por ter cumprido pena.

LEIS MUNICIPAIS	
Município / UF / Lei / Data	**Ementas e/ou Artigos de referência**
Belo Horizonte - MG Nº 8.176, de 29 jan 2001	Estabelece penalidade para estabelecimento que discriminar pessoa em virtude de sua orientação sexual, e dá outras providências.
Belo Horizonte - MG Nº 8.719, de 11 dez 2003	Dispõe sobre proteção e defesa dos direitos das minorias. (Art 1º. Será punida toda forma de discriminação e restrição dos direitos individuais do cidadão, previstos na Constituição Federal, em razão de sua origem social, cor de pele, etnia, característica física, orientação sexual, nacionalidade, opção religiosa ou filosófica).
Campinas - SP Nº 9.809, de 21 jul 1998	Regulamenta a Atuação da Municipalidade, dentro de sua competência, nos termos do Inciso XVIII, do Artigo 5º, da Lei Orgânica do Município de Campinas, para coibir qualquer discriminação, seja por origem, raça, etnia, sexo, orientação sexual, cor, idade, estado civil, condição econômica, filosofia ou convicção política, religião, deficiência física, imunológica, sensorial ou mental, cumprimento de pena, ou razão de qualquer outra particularidade ou condição.
Campinas - SP Nº 10.582, de 12 jul 2000	Institui o serviço S.O.S. Discriminação no âmbito do município de Campinas.
Campo Grande - MS Nº 3.582, de 03 dez 1998	Dispõe sobre a obrigatoriedade de orientação sexual e de planejamento familiar aos pais de alunos do pré-escolar e 1º grau, da rede municipal de ensino e dá outras providências.
Fortaleza – CE Nº 8.211, de 02 dez 1998	Determina sanções às práticas discriminatórias por orientação sexual, na forma que indica e dá outras providências.
Foz do Iguaçu – PR Nº 2.718, de 23 dez 2002	Dispõe sobre as penalidades às práticas de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências.
Guarulhos - SP Nº 5.860, de 18 set 2002	Dispondo sobre punição de toda e qualquer forma de discriminação por orientação sexual.
Juiz de Fora - MG Nº 9.789, de 11 mai 2000	Dispõe sobre a ação do Município no combate às práticas discriminatórias, em seu território, por orientação sexual.
Juiz de Fora - MG Nº 9.791, de 12 mai 2000	Dispõe sobre a ação do Município no combate às práticas discriminatórias, em seu território, por orientação sexual.
Juiz de Fora – MG Nº 10.000, de 08 mai 2001	Artigo 36 - O atendimento não sofrerá quaisquer restrições relativas a sexo, raça, religião, opção sexual, convicção política ou ideológica, condição sócio-econômica, nacionalidade, idade ou local de residência no município.
Londrina – PR Nº 8.812, de 13 jun 2002	Estabelece penalidades aos estabelecimentos localizados no Município de Londrina que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual.

Maceió - AL Nº 4.667, de 23 nov 1997	Estabelece sanções às práticas discriminatórias à livre orientação sexual na forma em que menciona e dá outras providências.
Maceió – AL Nº 4.898, de 09 nov 1999	Institui o "Dia Municipal da Consciência Homossexual" e dá outras providências.
Natal – RN Nº 152, de 15 mai 1997	Proíbe toda e qualquer discriminação por motivo de raça, crença, orientação sexual no âmbito do Município do Natal e dá outras providências.
Recife – PE N° 16.780, de 28 jun 2002	Toda forma de discriminação é odiosa e constitui crime contra a pessoa e aos Direitos Humanos como um todo. A discriminação com base na prática e comportamento sexual do indivíduo é crime e deve ser tratada e punida como tal, na forma da presente lei.
Recife – PE Nº 17.025, de 13 set 2004	Pune, nos termos desta Lei, qualquer ato discriminatório ao homossexual, bissexual ou transgênero. Institui o dia 17 de Abril o Dia da Diversidade Sexual e dá outras providências.
Rio de Janeiro - RJ Nº 2.475, de 12 set 1996	Determina sanções às Práticas Discriminatórias na forma que menciona e dá outras providências. (Artigo 1°- Parágrafo Único - Entende-se por discriminação, para os efeitos desta Lei, impor às pessoas de qualquer orientação sexual situações tais como: I - constrangimento; II - proibição de ingresso ou permanência; III - atendimento selecionado; IV - preterimento quando da ocupação e/ou imposição de pagamento de mais de uma unidade, nos casos de hotéis, motéis e similares.
Rio de Janeiro - RJ Nº 3.786, de 26 mar 2002	Artigo 1. Fica acrescentado o §7º ao artigo 29 da Lei 285/79, com o seguinte teor: "§7º – Equipara-se à condição de Companheira ou Companheiro de que trata o inciso I deste artigo, os parceiros do mesmo sexo, que mantenham relacionamento de união estável, aplicando-se para configuração da união estável, no que couber, os preceitos legais incidentes sobre a união estável entre parceiros de diferentes sexos".
Salvador – BA Nº 5.275, de 09 set 1997	Institui penalidade à prática de discriminação em razão de opção sexual e dá outras providências.
São José do Rio Preto - SP Nº 8.642, de 06 jun 2002	Pune toda e qualquer forma de discriminação por orientação sexual e dá outras providências.
Teresina – PI Nº 3.274, de 02 mar 2004	Institui a política de assistência aos homossexuais e cria o Disk-Cidadania Homossexual no município de Teresina e dá outras providências.

DECRETOS MUNICIPAIS	
Município / UF Nº Decreto/ Data	**Ementas**
Campinas - SP Decreto Nº 13.192, de 21 jul 1999	Regulamenta a Lei Nº 9.809, de 21 de Julho de 1999. Que dispõe sobre "A atuação da Municipalidade, dentro de sua competência, nos termos do Inciso XVIII, do artigo 5º da Lei Orgânica do Município de Campinas, para coibir qualquer discriminação, seja por origem, raça, etnia, sexo, orientação sexual, cor, idade, estado civil, condição econômica, filosofia ou convicção política, religião, deficiência física, imunológica, sensorial ou mental, cumprimento de pena, ou em razão de qualquer outra particularidade ou condição".
Recife – PE Decreto Nº 20.558, de 27 jul 2004	Regulamenta a Lei 16.780/02, de 28 de junho de 2002, estabelecendo que as normas gerais de aplicação das sanções administrativas por atos de discriminação é odiosa e constitui crime contra a pessoa e os Direitos Humanos como um todo. A discriminação com base na prática e comportamento sexual do indivíduo é crime e deve ser tratado e punido como tal, na forma da presente Lei.
Juiz de Fora – MG RESOLUÇÃO Nº 013, de 11 Abr 2006	Aprova o Regime interno da Secretaria de Educação de Juiz de Fora: Artigo 24, ...III – promover ações de uma Política Educacional Inclusiva, considerando as diferenças religiosas, étnico-raciais, sensoriais, cognitivas, físicas, mentais, de gênero e orientação sexual.

Mediante tantas conquistas, podemos observar que a organização do Movimento LGBT tem provocado mudança na organização da sociedade brasileira no aspecto jurídico e social. Todas estas conquistas fazem com que a cidadania LGBT seja cada vez mais reconhecida e fortalece o Movimento no sentido de avançar ainda mais na luta pela construção de uma sociedade justa e igualitária.

3.3 – UM MOVIMENTO QUE TOMA AS RUAS.

Na construção da visibilidade LGBT no Brasil se faz necessário destacar a organização das Paradas do Orgulho Gay, que se iniciaram em São Paulo, a qual hoje é considerada a maior do mundo, e que em sua última edição teve a presença de 3,4 milhões de pessoas.

Vale ressaltar que hoje já se registra, segundo dados da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais, a realização de 234 Paradas em todo o Brasil.

A trajetória da organização da Parada de São Paulo é um fato marcante na construção dos direitos LGBT no Brasil, na busca de seu reconhecimento legal frente aos poderes constituídos, como dizia, e ainda diz, o militante Luiz Mott do Grupo Gay da Bahia: “É Legal Ser Homossexual”.

Toda a trajetória da Parada de São Paulo sempre teve como um dos seus maiores objetivos ampliar a visibilidade da Comunidade LGBT e lutar pela efetivação e conquista de direitos.

Suas edições sempre trouxeram temáticas que provocavam e provocam a sociedade frente ao reconhecimento da liberdade e da igualdade entre todos e todas as pessoas humanas.

1997 – “Somos Muitos, estamos em todos os lugares e em todas as profissões”. Participação de 2.000 pessoas.
1998 – “Os Direitos de Gays, Lésbicas e Travestis são Direitos Humanos”. Participação de 7.000 pessoas.
1999 – “Orgulho Gay no Brasil, rumo ao ano 2.000”. Participação de 35.000 pessoas.
2000 – “Celebrando o Orgulho de Viver a Diversidade”. Participação de 120.000 pessoas.
2001 – “Abraçando a Diversidade”. Participação de 250.000 pessoas.
2002 – “Educando para a Diversidade”. Participação de 500.000 pessoas.
2003 – “Construindo Políticas Homossexuais”. 1 milhão de pessoas.
2004 – “Temos Família e Orgulho”. 1,8 milhões de pessoas.
2005 – “Parceria Civil, Já! Direitos iguais: Nem mais, nem menos”. 2,5 milhões de pessoas.
2006 – “Homofobia é Crime! Direitos Sexuais são Direitos Humanos”. 3 milhões de pessoas.
2007 – “Por um mundo sem machismo, racismo e homofobia!”. 3,5 milhões de pessoas.
2008 – “Homofobia mata! Por um Estado Laico de fato!”. 3,4 milhões de pessoas.

"As Paradas provaram que o ativismo também pode ser divertido e que ninguém consegue exigir direitos se não fizer barulho e tornar-se visível". (LEONEL, 2006, p. 20-21).

As experiências coletivas fazem com que os movimentos sociais ganhem força no cenário político onde indivíduos podem romper com a invisibilidade e mostrar a sua identidade em espaços públicos, que muitas vezes negam estes direitos.

Hoje o fenômeno da Parada cumpre um papel fundamental de manter vivo o debate dos Direitos da população LGBT, e assim fazendo com que a sociedade reconheça mesmo que de forma imposta, a existência da diversidade sexual.

> *As conhecidas Paradas do Orgulho LGBT cumprem um papel de extremada importância no enfrentamento das deslegitimações cidadãs, desestabilizando o universo de sociabilidade hegemônica e ampliando, assim, as possibilidades da objetivação social contemporânea. (PRADO; MACHADO, 2008, p. 20).*

No processo de legitimação social, muitas pessoas se sentem fortalecidas para expressarem seus sentimentos e reivindicarem seus direitos. Estas atitudes e manifestações também simbolizam a democracia e a diversidade de pensamento existente dentro do movimento social, que quando sai às ruas, encontra-se com os desafios que revelam a singularidade de cada sujeito que se manifesta através de suas histórias.

Histórias estas que se transformam e ganham materialidade através de demonstrações que tivemos o prazer de registrar na Parada de 2007, conforme apontada na metodologia da pesquisa, que nos apresentam sujeitos que se tornam protagonistas da sua própria história, bem como do coletivo da sociedade.

Foto: Marcos Valdir Silva - 2007

Foto: Marcos Valdir Silva - 2007

Foto: Marcos Valdir Silva - 2007

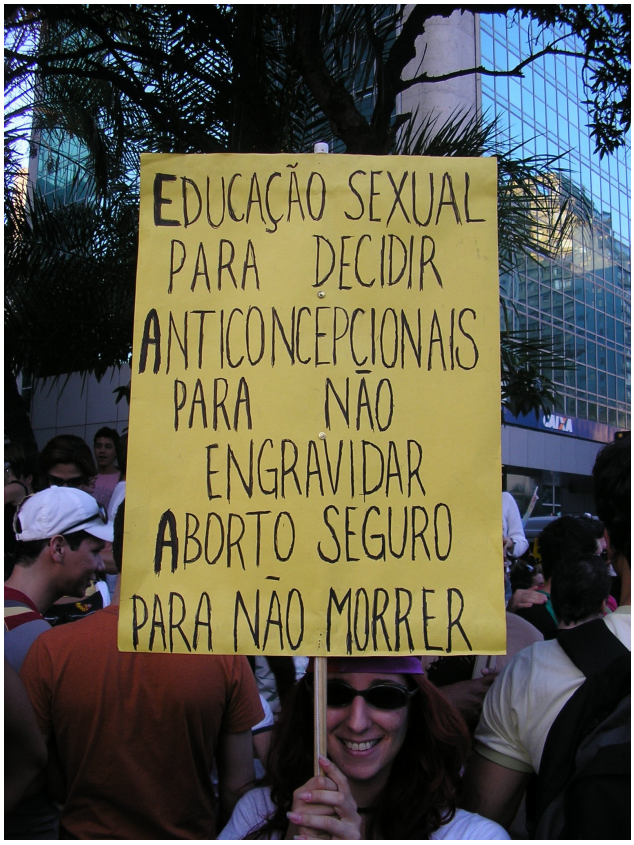


Foto: Marcos Valdir Silva - 2007

Foto: Marcos Valdir Silva - 2007

Foto: Marcos Valdir Silva - 2007

Foto: Marcos Valdir Silva - 2007

Foto: Marcos Valdir Silva - 2007

Ir para as ruas, ocupar os espaços públicos, reivindicar direitos e ganhar visibilidade mobiliza outros sujeitos e suas organizações, tornando assim as Paradas espaços para que o Movimento Organizado e outros grupos se manifestem em favor dos direitos da Comunidade LGBT.

Tal fato fortalece de forma significativa a legitimidade do Movimento, pois na arena da disputa de direitos, ter parceiros e manifestação de apoio faz com que a sociedade e seus representantes repensem suas posições.

Por outro lado provoca ainda mais o debate com aqueles que defendem o conservadorismo representado pela hegemonia heteronormativa.

A presença de grupos organizados do Movimento e de outros grupos e instituições, também foi registrada na Parada de 2007, onde percebi a diversidade de representatividade política e ideológica no evento.

Foto: Marcos Valdir Silva - 2007

Foto: Marcos Valdir Silva - 2007

Foto: Marcos Valdir Silva - 2007

Foto: Marcos Valdir Silva - 2007

Foto: Marcos Valdir Silva – 2007

Foto: Marcos Valdir Silva - 2007

Foto: Marcos Valdir Silva - 2007

Certamente podemos afirmar que estar no cenário da vida pública e ocupar o cotidiano da vida social fortalece a visibilidade do Movimento, mas acima de tudo fortalece cada indivíduo na sua vivência singular.

> *E aí está o grande sentido político da Parada: a afirmação de que existimos, gostem ou não, e somos milhares. Vencemos o nosso pior inimigo, a invisibilidade, e afirmamos nossa existência. Por isso, tal evento me parece ser a conquista mais importante na luta pelos direitos homossexuais no Brasil nos últimos anos. Políticos conservadores, religiosos fundamentalistas e homófobos em geral, que insultam gente anônima, agora terão que defrontar com uma multidão de homossexuais com rosto e identidade, que tem capacidade de ir as ruas, em nome dos seus direitos. Eles gostem ou não viemos para ficar. E é melhor ir se acostumando com nossa presença, pois tudo leva a crer que de agora em diante o fenômeno das Paradas tende a crescer como rastilho de pólvora e se multiplicar em cada grande cidade brasileira. (TREVISAN, 2007, p.531-532).*

Divas II

Deixe a menina aparecer, se colorir,
se revirar e extenuar-se de avessos,
loucuras, orgasmos e mistérios.
Deixe a menina, deixe a mulher,
que elas se transformem em estradas,
que saiam das entrelinhas, rasguem seus casulos,
quebrem muros, saiam dos quadrados,
cortem os asfaltos com seus pés de fada,
com seus pés de dama, com suas garras de onça.

E elas sangram, elas se doam, choram, viram
luzes, estrelas, Divas e correntezas.
Vai menina, ser nítida, palavras,
fogo e arco-íris na vida!
Vai amar a poesia, a alma feminina,
vai ser essa escrita que se fabrica na luta,
na dor, na lida, nos beijos e desejos seus.
Tornar-se fel e depois se derramar de doçuras,
viver o que tem vontade de ser,
ide, cara senhora, tingir de lilás o nosso céu.
Sai destas frestas, voa mulher, dirige esse vagão,
se permita sair dos trilhos, deixe que vejam
seus brilhos, suas risadas, sua emoção.
Descasque-se, vire esse mundo, rompa couraças,
se desabroche, pois é hora de ir à forra,
deixar os guetos, sair dos quartos.
Te expõe, se mostra,
ela e a vida te esperam lá fora...
Vai às ruas te exibir,
falar da tua agonia, do teu dia-a-dia,
da necessidade da alforria,
do seu despir, amar, sentir do seu inventar.
Menina, pega Maria pela mão e vai amá-la
com liberdade, no clarão de um dia de sol,
no alvorecer da diversidade.

Autora: Andréa Lima

4 – O RECONHECIMENTO POLÍTICO E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

4.1 – BRASIL SEM HOMOFOBIA.

Junto à mobilização e articulação do Movimento LGBT foi se ampliando o debate na perspectiva da construção dos direitos humanos na sociedade brasileira e a construção de ações que combatam a homofobia.

Para discutir homofobia, me apoiei na definição apresentada no texto base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais que a considera como a "consequência direta da hierarquização das sexualidades e do status superior arbitrariamente conferido à heterossexualidade, suposta como natural, em detrimento de outras manifestações e expressões das identidades e das práticas sexuais tidas como inferiores ou menos normais. A homofobia é um fenômeno que costuma produzir ou se vincular a preconceitos e mecanismos de discriminação, de estigmatização e violência contra pessoas LGBT e, mais genericamente, contra todas as pessoas (inclusive as heterossexuais), cujas expressões de masculinidade e feminilidade não se enquadrem nas normas de gênero, culturalmente estabelecidas. A homofobia, portanto, vai além do grave quadro de hostilidade e violência contra os LGBT. Ela desencadeia e realimenta processos discriminatórios, representações estigmatizantes, processos de exclusão, dentre outros, voltados contra tudo aquilo que remeta, direta ou indiretamente, às práticas sexuais e identidades de gênero discordantes do padrão heterossexual e dos papéis estereotipados de gênero".

O I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-1996) era omisso quanto a medidas em defesa dos homossexuais e transexuais, sendo isto corrigido no II PNDH em 2002.

No Estado de São Paulo, desde a construção do I Programa Estadual de Direitos Humanos em 1997, já foram inseridos itens referentes aos direitos de homossexuais e transexuais, sendo aprimorado na edição do programa em 1999.

Como resposta do Governo Federal às reivindicações do Movimento Social Organizado, em 2004 é lançado, através da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, o programa “Brasil Sem Homofobia” – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT, e com ele a efetivação dos Centros de Referência LGBT.

> O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção à Cidadania de Homossexuais, “Brasil Sem Homofobia”, é uma das bases fundamentais para ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil. Um verdadeiro marco histórico na luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença. É o reflexo da consolidação de avanços políticos, sociais e legais tão duramente conquistados. (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004).

Acompanhando os avanços e as conquistas sociais do movimento LGBT, e sentindo a necessidade de firmar um posicionamento político, o Conjunto CFESS/CRESS aprova no 34º Encontro Nacional a construção de uma campanha em defesa da livre orientação sexual intitulada “O Amor Fala Todas as Línguas – Assistentes Sociais na Luta Contra o Preconceito”.

A construção da campanha teve como seus objetivos:

* Sensibilizar a categoria dos (as) assistentes sociais para o debate em torno da livre orientação e expressão sexual como direito humano;
* Contribuir para o aprimoramento profissional dos (as) assistentes sociais através do aprofundamento do debate sobre a sexualidade como uma dimensão da individualidade e que, portanto, necessita ser reconhecida em sua diversidade de expressões: heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade;
* Contribuir para criação e disseminação de práticas e linguagens não discriminatórias entre a categoria dos (as) assistentes sociais na perspectiva de consolidar valores comprometidos com o Projeto Ético-Político-Profissional;
* Contribuir para reflexão e enfrentamento da homofobia/lesbofobia e garantia do respeito à diversidade humana nos espaços institucionais, em especial, no trabalho dos (as) assistentes sociais e na formação profissional em Serviço Social;

* Incentivar o conjunto CFESS-CRESS para proposição de ações criativas e participativas para materializar a Campanha nos estados envolvendo a categoria profissional;
* Favorecer a construção de espaços de diálogos e parcerias interdisciplinares na defesa da Livre Orientação e Expressão Sexual como Direito Humano.

Um dos resultados marcantes da campanha foi a aprovação em 03 de junho de 2006 pelo Conselho Pleno do CFESS da Resolução 489/06, publicada no Diário oficial da União em 07 de junho de 2006.

> O Conselho Federal de Serviço Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei 8662/93; Considerando a 'Declaração Universal dos Direitos Humanos' que prevê que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade humana, e a 'Declaração de Durban' adotada em setembro de 2001 que reafirma o princípio da igualdade e da não discriminação.
>
> Considerando a instituição, pelo CFESS, da Campanha Nacional pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual;
>
> Considerando a aprovação da Campanha pelo XXXIV Encontro Nacional CFESS/CRESS;
>
> Considerando que tal Campanha está em sintonia com os princípios e normas do Código de Ética Profissional do Assistente Social, regulamentado pela Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993;
>
> Considerando a dimensão do projeto ético-político do Serviço Social que sinaliza para a importância de disseminar uma cultura crítica dos direitos humanos, diferenciando-a da abordagem liberal - burguesa;
> Considerando a materialização de diferentes modalidades de preconceito e discriminação que se expressam nas relações sociais e profissionais, e, consequentemente, na naturalização da invisibilidade das práticas afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo;
>
> Considerando a necessidade de contribuir para a reflexão e o debate ético sobre o sentido da liberdade e a necessidade histórica que têm os indivíduos de decidir sobre a sua afetividade e sexualidade;Considerando ser premente a necessidade de regulamentar a vedação de práticas e condutas discriminatórias ou preconceituosas, que se refiram à livre orientação ou expressão sexual; Considerando ser atribuição do CFESS, dentre outras orientar, disciplinar e normatizar o exercício profissional do Assistente Social em todo território Nacional, em conformidade com o inciso I do artigo 8º da Lei 8662/93;
>
> Considerando ser dever do Conselho Federal de Serviço Social zelar pela observância dos princípios e diretrizes do Código de Ética Profissional do Serviço Social, baixando normas para melhor especificar as disposições do Código de Ética do Assistente Social;
>
> Considerando ser dever do Conselho Federal de Serviço Social zelar pela observância dos princípios e diretrizes do Código de Ética Profissional do Serviço Social, baixando normas para melhor especificar as disposições do Código de Ética do Assistente Social;

Considerando a aprovação da presente Resolução pelo Conselho Pleno do CFESS, em reunião realizada em 03 de junho de 2006; resolve:

Art. 1º - O assistente social no exercício de sua atividade profissional deverá abster-se de práticas e condutas que caracterizem o policiamento de comportamentos, que sejam discriminatórias ou preconceituosas por questões, dentre outras, de orientação sexual;

Art 2º - O assistente social, deverá contribuir, inclusive, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a reflexão ética sobre o sentido da liberdade e da necessidade do respeito dos indivíduos decidirem sobre a sua sexualidade e afetividade;

Art. 3º - O assistente social deverá contribuir para eliminar, no seu espaço de trabalho, práticas discriminatórias e preconceituosas, toda vez que presenciar um ato de tal natureza ou tiver conhecimento comprovado de violação do princípio inscrito na Constituição Federal, no seu Código de Ética, quanto a atos de discriminação por orientação sexual entre pessoas do mesmo sexo.

Art. 4º - É vedada ao assistente social a utilização de instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação em relação à livre orientação sexual.

Art. 5º - É dever do assistente social denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social, de sua área de ação, as pessoas jurídicas privadas ou públicas ou pessoas físicas, sejam assistentes sociais ou não, que sejam coniventes ou praticarem atos, ou que manifestarem qualquer conduta relativa a preconceito e discriminação por orientação sexual entre pessoas do mesmo sexo.

Art. 6º - Os Conselhos Regionais de Serviço Social, deverão receber as denúncias contra pessoas jurídicas ou contra indivíduos que não sejam assistentes sociais, relativas a atos e práticas de discriminação ou preconceito a orientação sexual de pessoas do mesmo sexo, determinando, imediatamente, os encaminhamentos cabíveis às autoridades competentes e oferecendo representação, quando cabível, ao Ministério Público.

Art. 7º - Os Conselhos Regionais de Serviço Social, deverão aplicar as penalidades previstas pelos artigos 23 e 24 do Código de Ética Profissional, ao assistente social que descumprir as normas previstas na presente Resolução, desde que comprovada a prática de atos discriminatórios ou preconceituosos que atentem contra a livre orientação e expressão sexual, após o devido processo legal e apuração pelos meios competentes, garantindo-se o direito a defesa e ao contraditório.

Art. 8º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, e complementando as disposições do Código de Ética Profissional do Assistente Social, regulamentado pela Resolução CFESS nº 273 de 13 de março de 1993.

ELISABETE BORGIANNI - Presidente do Conselho Federal de Serviço Social (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2006)

Esta Resolução CFESS Nº 489/2006 é uma manifestação à sociedade Brasileira de que nós, Assistentes Sociais, estamos “atentos e fortes” para *fortalecer*

a luta por um projeto societário fundado na igualdade e na liberdade, o que implica reconhecimento e valorização da diversidade humana.

O CONJUNTO CFESS/CRESS NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS LANÇA A CAMPANHA: ASSISTENTE SOCIAL NA LUTACONTRA O PRECONCEITO – CAMPANHA PELA LIBERDADE DE ORIENTAÇÃO E EXPRESSÃO SEXUAL

Podemos verificar que a campanha tem como ponto de partida o Código de Ética da profissão, que estabelece princípios de ação para a categoria, verdadeiros desafios que se materializam no cotidiano da prática profissional, na busca de efetivar uma prática interventiva que garanta os direitos, princípios como:

> "Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais".
>
> "Defesa intransigente dos Direitos Humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo".
>
> "Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças[14]".

Tais princípios são constitutivos do Projeto Ético-Politico-Profissional construído pela categoria dos assistentes sociais, que rompe com a ordem burguesa

14 Princípios Fundamentais do Código de Ética do Assistente Social de 1993.

estabelecida por uma sociedade que tem suas bases organizacionais na heteronormatividade.

Assim, posso afirmar que a Campanha "O Amor Fala Todas As Línguas – Assistentes Sociais na Luta Contra o Preconceito, materializa o Código de Ética-Profissional, na medida em que confronta o modo dominante de pensar a sexualidade humana, onde o padrão considerado normal é o heterossexual.

Desta forma, a categoria profissional é convocada a contribuir na construção de respostas que rompam com as desigualdades sociais e com a naturalização das múltiplas formas de opressão.

Segundo Martinelli *"a partir das práticas que realizamos, dos processos políticos dos quais somos protagonistas como profissionais e como cidadãos, participamos sim da construção de uma nova sociedade"*, portanto, apoiar e lutar contra todas as formas de discriminações e garantir o acesso a todos os direitos, inclusive os sexuais e reprodutivos, passa a ser então um desafio para toda a categoria profissional.

4.2 – OS CENTROS DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE À HOMOFOBIA NO BRASIL:

4.2.1 – AVANÇANDO NA LUTA CONTRA A HOMOFOBIA.

As primeiras referências quanto aos direitos da população LGBT em documentos oficiais do governo brasileiro aparecem durante a revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos em seu Plano de Ação do ano de 2002, mas estes eram mencionados de forma muito superficial e generalista.

Em 2004, através de reivindicação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação[15], é elaborado o Programa Nacional Brasil Sem Homofobia, sob coordenação da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Dentro das ações previstas do programa nacional e coordenadas pela Secretaria Especial de Direitos Humanos destaca-se a criação dos Centros de Referência em Direitos Humanos para Prevenção e Combate à Homofobia.

Constituindo-se assim em espaços onde a população encontra informações, orientações e apoio em casos de violência homofóbica ou em casos de desrespeito e discriminação por homofobia ou identidade de gênero.

Os Centros de Referência são implantados mediante parcerias com organizações não-governamentais ou com prefeituras, constituídos por equipes profissionais compostas de advogados, psicólogos e assistentes sociais que estão à disposição para atender e orientar a população na busca de seus direitos e no combate à homofobia.

Segundo dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos ligada à Presidência da República, de 2004 a 2008 foram implantados e encontram-se em funcionamento 37 Centros de Referência em todo o Brasil.

"Os Centros de Referência são espaços importantes, sobretudo porque o preconceito, a discriminação e outras formas de violência podem levar os indivíduos a várias modalidades de sofrimento emocional e social. A ação de profissionais qualificados pode contribuir muito para o tratamento das consequências da opressão. O Serviço Social tem muito a contribuir neste espaço se entender em profundidade as determinações da opressão; suas formas de reprodução no cotidiano e na vida das pessoas e se lutar por políticas sociais que considerem as dimensões de orientação sexual, identidade de gênero, etc". (Silvana)

---

15 O Conselho foi instituído pelo Decreto nº 3.952 de 04 de outubro de 2001.

"Os Centros de Referência foram um grande avanço no Brasil. Contam com equipes multidisciplinares com assistentes sociais, advogados, psicólogos e estagiários, e que atendem as demandas da comunidade. Pessoalmente, tenho uma certa crítica ao fato de que muitos dos Centros funcionam em organizações não-governamentais. Acredito que deveriam ser um serviço governamental, das prefeituras e dos governos dos estados. As organizações não-governamentais deveriam complementar esse trabalho, mas não deveriam ser responsáveis por realizá-lo". (Toni)

"eu acredito que no exercício desses Centros de Referência no Brasil, eles vão construir propostas, políticas e contribuir para que esse fenômeno seja mais visibilizado e encarado com menos hipocrisia pela sociedade". (Maria)

Os Centros de Referência em funcionamento até 2008, segundo dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos:

UF	Cidade	Nome do Centro	Entidade Responsável	Telefones	E-Mail
AC	Rio Branco	Núcleo de Direitos Humanos e Combate à Homofobia	UFAC - Universidade Federal do Acre	(68) 3901-2649 / 3901-2514	nudicho@yahoo.com.br
AL	Maceió	Centro de Referência às Vítimas de Discriminação e Violência	Secretaria da Mulher, Cidadania e dos Direitos Humanos	(82) 3315-9558	tavinho_lee@hotmail.com
AM	Manaus	Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia Adamor Guedes	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	(92) 3215-2736	michelle.mao@hotmail.com
BA	Salvador	Em Implantação	Governo do Estado da Bahia	(71) 3115-8460	Em implantação.
BA	Vitória da Conquista	Em Implantação	Governo do Estado da Bahia	(71) 3115-8460	Em implantação.
CE	Fortaleza	Centro de Referência em Direitos Humanos GLBT Janaína Dutra	Grupo de Resistência Asa Branca – GRAB	(85) 3226-6761 / 3253-6197	grab@uol.com.br creferenciagltb.ce@oi.com.br
DF	Brasília	Centro de Referência em Direitos LGBT de Brasília - Casa Roxa	Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero - ANIS	(61) 3381-2229	casaroxa@coturnodevenus.org.br
ES	Vitória	Centro de Atendimento às Vítimas de Preconceito e Discriminação	Prefeitura Municipal de Vitória	(27) 3382-5464 (27) 3382-5465	cavvid.vitoria@yahoo.com.br
GO	Goiânia	Centro de Referência no Combate à Homofobia - SEMIRA	Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial	(62) 3201-5340	denise.mulher@yahoo.com.br lazara.lima@gmail.com
MG	Alfenas	Centro Sul Mineiro de Referência Homossexual	Movimento Gay de Alfenas - MGA	(35) 3291-6253 / 9974-1876 / 9816-8942	mga@mga.org.br
MG	Belo Horizonte	Centro de Referência GLBTTT do Estado de Minas Gerais	Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE	(31) 3292 5397	crglbttt@social.mg.gov.br

MS	Campo Grande	Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia	Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social	(67) 3324-0769	centrho@hotmail.com
MS	Dourados	Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia LGBT	Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros de Dourados-MS	(67) 3421-8466	centrodreferencia@hotmail.com
MT	Cuiabá	Centro de Referência LGBT de Combate à Homofobia - SEJUSP	Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso	(65) 3613-9936	centroreferencia@seguranca.mt.gov.br
PA	Belém	Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Combate à Homofobia	Defensoria Pública do Estado do Pará	(91) 3230-3986	marciocruz2005@ig.com.br
PB	João Pessoa	Centro de Referência em Direitos Humanos para LGBT	Associação das Travestis da Paraíba – Astrapa	(83) 3221-5926	astrapajpa@hotmail.com felipeglbt13@yahoo.com.br
PE	Salgueiro	Centro de Referência Especializado de Assistência Social e Direitos Humanos	Centro de Prevenção às Dependências	(87) 3871-7091	creas@salgueiro.pe.gov.br
PE	Recife	Centro de Referência em Direitos Humanos contra a Homofobia Leões do Norte	Movimento Gay Leões do Norte	(81) 3222 - 2207	leoes@leoesdonorte.org.br rilldo@gmail.com
PI	Teresina	Centro de Referência Homossexual Raimundo Pereira	Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania	(86) 3222-9553	crhomossexual@sasc.pi.gov.br
PR	Curitiba	Centro de Referência João Antônio Mascarenhas	Grupo Dignidade – Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros	(41) 3222-3999 – Ramal 21	crglbt@grupodignidade.org.br
RJ	Duque de Caxias	Centro de Referencia de Enfrentamento à Homofobia	Organização de Direitos Humanos Projeto Legal	(21) 2673-6514	paula@projetolegal.org.br
RJ	Nova Friburgo	Centro de Referência em Prevenção e Combate à Homofobia Hanna Suzart	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo	(22) 2523-7907	friburgo.lgbt@pmnf.rj.gov.br
RN	Natal	Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia - CRCH	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – Coordenadoria de Direitos Humanos e Defesa das Minorias - CODEM	(84) 3232-2835 / 2836 / 8839-8665 / 8853-2469	crch@rn.gov.br
RO	Porto Velho	Centro de Referência Núbia Lafayete	Núcleo de Promoção da Livre Orientação Sexual TUCUXI	(69) 3026 3885	tucuxi.ro@bol.com.br
RR	Boa Vista	Centro de Referência em Direitos Humanos MEREMÊ - Roraima	Associação Roraimense pela Diversidade Sexual	(95) 3623-8392 (95) 9981-0806	diverrsidade@yahoo.com.br
RS	Porto Alegre	Centro de Referência de Porto Alegre - NUANCES	Nuances – Grupo pela Livre Orientação Sexual	(51) 3286-3325	nuances@nuances.com.br
RS	Tramandaí	Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia de Tramandaí	Igualdade Tramandaí	(51) 3684-6907	novavania@hotmail.com
SC	Balneário de Camboriú	Centro de Referência em Direitos Humanos de Santa Catarina	Associação dos Profissionais do Sexo do Vale do Itajaí	(47) 3363-5559 / 0800-435559/ 9991-0303 / 3264-9314	aprosvi@terra.com.br direitoshumanossc@yahoo.com.br centrodereferencia.sc.googlepages.com
SC	Lages	Centro de Referência em Direitos Humanos a Vítimas do Preconceito e Discriminação LGBT	Associação Catarinense de Apoio Social e Educacional à Família - ACASEF	(49) 3225-4835 / 9991-0925	acasef@yahoo.com.br acasef@gmail.com amaralamil@yahoo.com.br
SC	Florianópolis	Centro de Combate às Violências GLBTTT da Grande Florianópolis	Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais - ADEH	(48) 3028-0317 – (48) 9159-7713	adehnostromundo@gmail.com
SE	Aracaju	Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia de Sergipe	Secretaria de Segurança Pública de Sergipe	(79) 3213-7941	centro.combateahomofobia@ssp.se.gov.br
SP	São Paulo	Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia de São Paulo	Secretaria Municipal de Participação e Parceria - CADS	(11) 3106 8780 / 3105-4521 / 3115 2616 / 9940-8901	centrodereferencia@prefeitura.sp.gov.br

SP	S. José do Rio Preto	Centro de Referência LGBT de Rio Preto	Grupo de Amparo ao Doente de Aids (GADA)	(17) 3234-6296 / 3235-1889	gadahsh@terra.com.br gada@terra.com.br
SP	Campinas	Centro de Referência GLTTB de Campinas	Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social	(19) 3242-1222 / 7744 / 0800-771-8765 / 9627-5239	smctais.centroglttb@campinas.sp.gov.br
SP	São Vicente	Centro de Referência em Direitos Humanos de Luta e Combate a Homofobia na Baixada Santista Professora Mara Valéria	Associação Vida Esperança	(13) 3466-3268 / 3568-7865 / 8116-6020	avesv@hotmail.com; andreapolaco@hotmail.com
SP	Assis	Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia do Sudoeste Paulista	Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Sexualidade (NEPS)	(18) 3323-8263	centrodereferencia@neps.org.br neps@neps.org.br
TO	Palmas	Centro de Referência GLBT de Palmas - Tocantins	Associação Grupo Ipê Amarelo de Conscientização e Luta Pela Livre Orientação Sexual	(63) 3218-5620	giamaglbt@yahoo.com.br crdhglbtdepalmas@yahoo.com.br

Na composição da equipe técnica dos Centros de Referência LGBT é sugerida pela Secretaria especial de Direitos Humanos a presença de uma equipe interdisciplinar mínima composta por: 01 profissional do Direito, 01 profissional da Psicologia, 01 profissional do Serviço Social e 01 coordenador.

Tais equipes são contratadas por contrato de prestação de serviço através de convênio entre as Organizações Não-Governamentais e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, ou são compostas por profissionais de carreira do quadro de servidores das prefeituras.

No Estado de São Paulo, segundo informações da SEDH existem, até o ano de 2008, cinco Centros de Referência, sendo dois públicos e três privados.

4.3 – OS CENTROS DE REFERÊNCIA DE CAMPINAS E DE SÃO PAULO:

4.3.1 – CAMPINAS, O PRIMEIRO DO BRASIL.

O Centro de Referência de Campinas foi inaugurado no ano de 2003, sendo este implantado antes da criação do Programa Brasil Sem Homofobia. Tal fato ocorre devido à articulação do Movimento LGBT da cidade.

"O Centro de Referência foi uma demanda do Movimento, foi o Movimento que conseguiu, foi o Movimento que o conquistou". (Valdirene)

Em Campinas, por solicitação do próprio Movimento, o Centro de Referência tem sua sigla definida como GLTTB (gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais), isso ocorrendo devido à reivindicação por visibilidade das travestis e dos (das) transexuais.

Assim, o Centro de Referência de Campinas se torna o primeiro e ser criado no país. Sua aprovação se dá através de aprovação dentro do processo de construção do orçamento participativo da cidade em 2002, sendo inaugurado oficialmente em 31 de julho de 2003.

"O primeiro Centro de Referência do país, a gente não tinha referência para criar, para montar... ele foi criado dia a dia, junto com o nosso usuário". (Valdirene)

O Centro de Referência inicialmente esteve subordinado à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e Cidadania, e acompanhando as discussões nacionais referentes à implantação do Sistema Único de Assistência Social, posteriormente passou a compor a rede de serviços da Secretaria de Cidadania, Trabalho e Assistência e Inclusão Social, situação que permanece até o momento.

"O lado bom dos Centros de Referência do poder público, é que com uma chancela do governo, as portas se abrem mais. Você tem mais portas abertas e uma maior facilidade. A desvantagem é a burocracia". (Valdirene)

Atualmente o Centro de Referência GLTTB de Campinas oferece serviço especializado através de uma equipe de profissionais, composta por psicóloga, assistente social, advogada e um coordenador, que realiza o acolhimento e encaminhamento de demandas e proposições de políticas públicas específicas destinadas aos usuários do serviço.

Outro serviço oferecido é o "Disque-Defesa Homossexual", que recebe denúncias, elabora e mantém um banco de dados relativos à ocorrência de crimes,

violência e discriminação, além também de oferecer orientação referente a cidadania e Direitos Humanos.

No desenvolvimento do seu trabalho, a equipe do Centro de Referência de Campinas construiu um “Mapa da Violência e Discriminação Praticada contra Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais”.

Financiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, a construção do Mapa teve como finalidade conhecer a realidade da violência vivenciada pela Comunidade LGBT da cidade de Campinas e propor ações que combatam a violência e a discriminação.

Por se tratar de um material de divulgação pública, apresento na sequência os dados que me parecem mais relevantes no Mapa.

Identidade de Gênero

Identidade	**Nºs Inteiros**	**Porcentagens**
Gays	23	41,0%
Lésbicas	12	21,4%
Travestis	16	28,6%
Transexuais	01	01,8%
Bissexuais	01	01,8%
Heterossexuais	02	03,6%
Várias (grupo de pessoas)	01	01,8%
Total	56	100%

Quanto à identidade de gênero, podemos perceber que a maioria dos que procuram o Centro de Referência são gays, e depois travestis, em seguida as lésbicas. Tal fato ainda pode se configurar pelo fato de que em uma sociedade machista os homens busquem mais seus direitos dentro da cena pública.

Profissão da Vitima

Profissão	Nºs Inteiros	Porcentagens
Analista de Sistema	01	01,8 %
Atendente	04	07,1 %
Auxiliar de Serviços gerais	01	01,8 %
Cabeleireira	01	01,8 %
Camelô	01	01,8 %
Comerciário	04	07,1 %
Cozinheira	01	01,8 %
Desempregado	03	05,3 %
Esteticista	01	01,8 %
Estudante	05	08,9 %
Funcionário Público	02	03,6 %
Profissional do Sexo	09	16,1 %
Vendedor	01	01,8 %
Várias (grupo de pessoas)	01	01,8 %
Não Declarada	21	37,5 %

Neste quadro percebemos que a violência perpassa todas as pessoas, inclusive aquelas que se encontram exercendo atividades que tem seu reconhecimento dentro do mercado de trabalho. Vale destacar que as profissionais do sexo ainda são alvo da violência, pois no exercício de sua profissão ficam mais vulneráveis.

Tipos da Violência

Tipo	Nºs Inteiros	Porcentagens
Agressão Física	13	23,2 %
Agressão Física - Spray de Pimenta no Ânus	01	01,8 %
Agressão Física - Spray de Pimenta nos olhos	01	01,8 %
Agressão Verbal	29	51,8 %
Ameaça com Arma	05	08,9 %

Ameaça	01	01,8 %
Assassinato	01	01,8 %
Boa Noite Cinderela	02	03,6 %
Constrangimento Legal	0	0 %
Destruição de Material de Trabalho	01	01,8 %
Discriminação em Local de Trabalho	01	01,8 %
Extorsão	01	01,8 %
Impedimento de Entrada ou Permanência	01	01,8 %
Omissão de Socorro	01	01,8 %
Preterimento em Emprego	01	01,8 %
Recusa de Registro de BO	02	03,6 %
Roubo	02	03,6 %

Aqui percebe- se que 75% das agressões são físicas e verbais, estas a meu ver se destacam por ainda serem culturalmente aceitas na sociedade heteronormativa.

Local onde acorrem as agressões

Local	**Nºs Inteiros**	**Porcentagens**
Delegacia de Polícia	03	05,3 %
Estabelecimento Comercial	16	28,6 %
Estabelecimento de Ensino	03	05,3 %
Largo São Benedito	02	03,6 %
Local de Trabalho	07	12,5 %
Mídia / Internet	01	01,8 %
Residência da Vítima	09	16,1 %
Terreno Baldio	02	03,6 %
Via Pública	10	17,9 %
Não Declarado	03	05,3 %

Aqui se percebe que as agressões são realizadas em locais de vivência cotidiana das pessoas como estabelecimentos comerciais, local de trabalho e a própria residência onde seria o local de proteção.

Encaminhamento Dado aos Casos de Violência

Encaminhamentos	Nºs Inteiros	Porcentagens
Abertura de Inquérito Policial	01	01,8 %
Abertura de Procedimento Administrativo (Lei 9809 e 10948)	03	05,3 %
Confecção de BO sem Abertura de Inquérito Policial	06	10,7 %
Denúncia ao 2º DP	01	01,8 %
Desistência de Encaminhamento por Parte da Vítima	08	14,3 %
Encaminhamento de CEPIR	01	01,8 %
Encaminhamento para P.A.J.	01	01,8 %
Exame de Corpo Delito	03	05,3 %
Justiça do Trabalho	01	01,8 %
Notificação ao CRGLTTB	47	83,9 %
Notificação Realizada pelo CRGLTTB	11	19,6 %
Prisão do Agressor	01	01,8 %
Representação no Ministério Público	02	03,6 %
Sub-Delegacia Regional do Trabalho	01	01,8 %
Nenhum Encaminhamento	01	01,8 %

A tabela acima nos possibilita verificar que a criação de um serviço especializado se configura em uma grande possibilidade de denúncia para as populações mais vulneráveis.

Agressor

Agressor	Nºs Inteiros	Porcentagens
Atendente Comercial	02	03,6 %
Chefe	03	05,3 %

Cliente	01	01,8 %
Colega de Trabalho	03	05,3 %
Estudante	01	01,8 %
GM – Guarda Municipal	03	05,3 %
Michê	01	01,8 %
Não Identificado	28	50,0 %
Polícia Civil	02	03,6 %
Polícia Militar	03	05,3 %
Professor	01	01,8 %
Proprietário do Estabelecimento Comercial	05	08,9 %
Segurança do Estabelecimento Comercial	02	03,6 %
Vizinho	01	01,8 %

Quanto à agressão, percebe-as que muitas são pessoas do convívio social, entre elas pessoas que deveriam proteger, existindo um grande número de desconhecidos que agridem motivados exclusivamente pela homofobia.

Os dados apresentados nos mostram que a vivência da orientação sexual na sociedade brasileira ainda perpassa por muitos obstáculos, onde a violência e o preconceito ainda se manifestam de várias formas e em espaços de vivência cotidiana, assim a possibilidade de dar visibilidade a tais fatos se constitui uma forte estratégia na luta contra a discriminação vivenciada pelos sujeitos LGBT.

> *"Os dados aqui apresentados são como a ponta de um iceberg, onde o volume maior está encoberto, sob o manto da impunidade. A grande maioria das vítimas sofrem caladas, a dor física e psicológica que lhe são impingidas pelo preconceito. E é nosso dever revelar, expor e publicizar o que acontece diante dos olhos de toda a sociedade e que muitos insistem em não ver[16]".*

16 Trecho retirado da página 21 do Mapa da Violência e Discriminação Praticada Contra Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais, produzido pela equipe do Centro de Referência GLTTB de Campinas – Agosto/2007

Conforme podemos depreender da análise, a conquista da cidadania ainda é muito desafiadora para os cidadãos LGBT de Campinas e do país, sendo esta, na realidade, um desafio para toda a sociedade.

4.3.2 – SÃO PAULO, UMA VONTADE POLÍTICA.

O Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia GLBTT de São Paulo nasce em 2005, dentro da estrutura da Secretaria Municipal de Participação e Parceria, que dentro de sua estrutura cria a Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual, ficando sob responsabilidade da coordenadoria o Conselho Municipal em Atenção à Diversidade Sexual, órgão consultivo criado pelo Decreto Municipal nº 46.037, de 04 de julho de 2005.

"O Centro de Referência, ele nasce em 2005, por uma vontade política da atual gestão municipal". (Solange)

Desta forma, fica também sob a responsabilidade da Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual o "Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia GLBTT".

Nele se utiliza a sigla GLBTT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) devido a esta sigla ter sido utilizada pelo Movimento Paulista LGBT até o primeiro semestre de 2008.

O Centro de Referência de São Paulo é implantado através de um convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, mas sob gestão do Poder Público local, sendo esta também uma resposta às reivindicações do Movimento LGBT da cidade.

"A questão da luta pela garantia dos direitos, pelo acesso aos serviços, pela minimização da desigualdade social, isso está no poder público, quem tem que realmente fazer acontecer, é o poder público. O movimento social, ele tem que provocar o poder público e é isso que o movimento social faz, ele provoca o poder

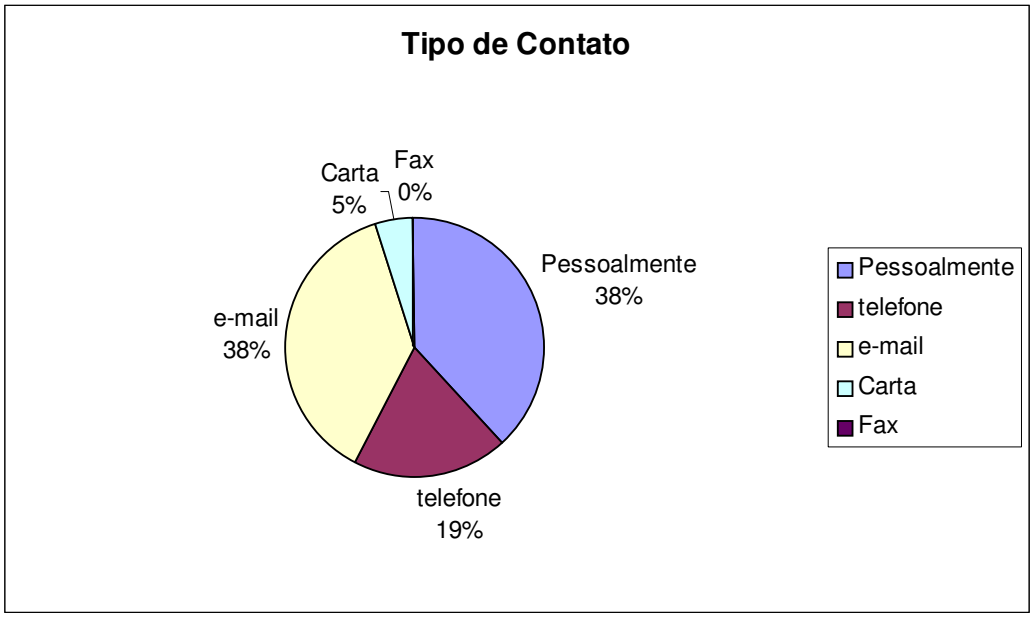
público, para que o poder público cada vez mais efetive uma política social". (Solange)

O Centro de Referência, até o ano de 2008, era organizado através de núcleos, sendo estes: Psicologia, Jurídico e Serviço Social. Dentro destes núcleos encontramos profissionais de cada área e estagiários, estes somente na área de Psicologia e Direito.

Vale destacar que, mesmo o Centro de Referência sendo um serviço público da prefeitura de São Paulo, os técnicos que lá atuam têm seu vínculo empregatício realizado através de contrato, sendo estes comissionados.

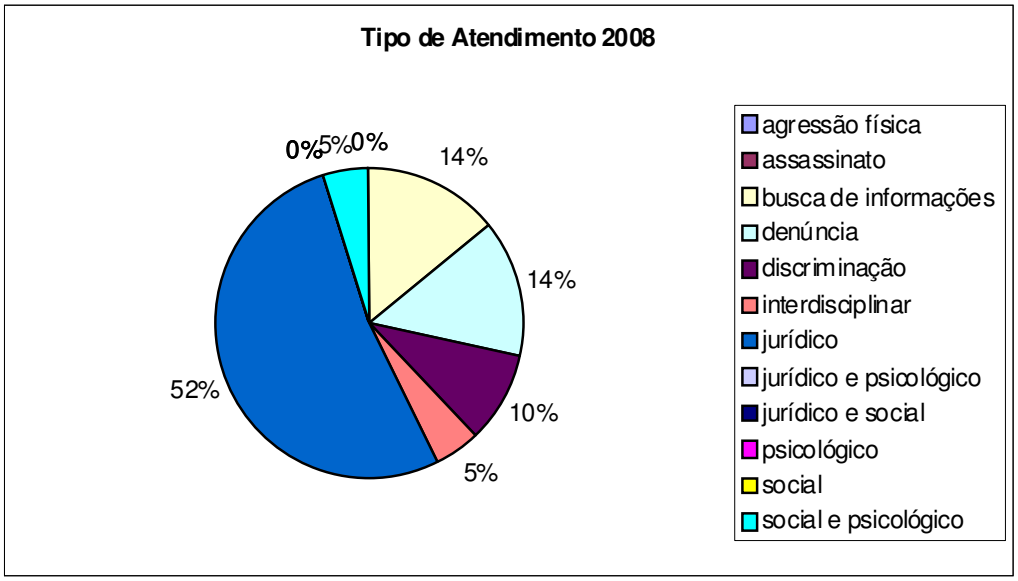
Buscando sistematizar as ações executadas e colaborar na construção de ações que respondam às necessidades dos usuários atendidos no Centro de Referência, a equipe construiu o "Relatório quantitativo do Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia de São Paulo", referente às atividades do ano de 2008. Tal levantamento apresentarei abaixo*:*

Forma de atendimento:



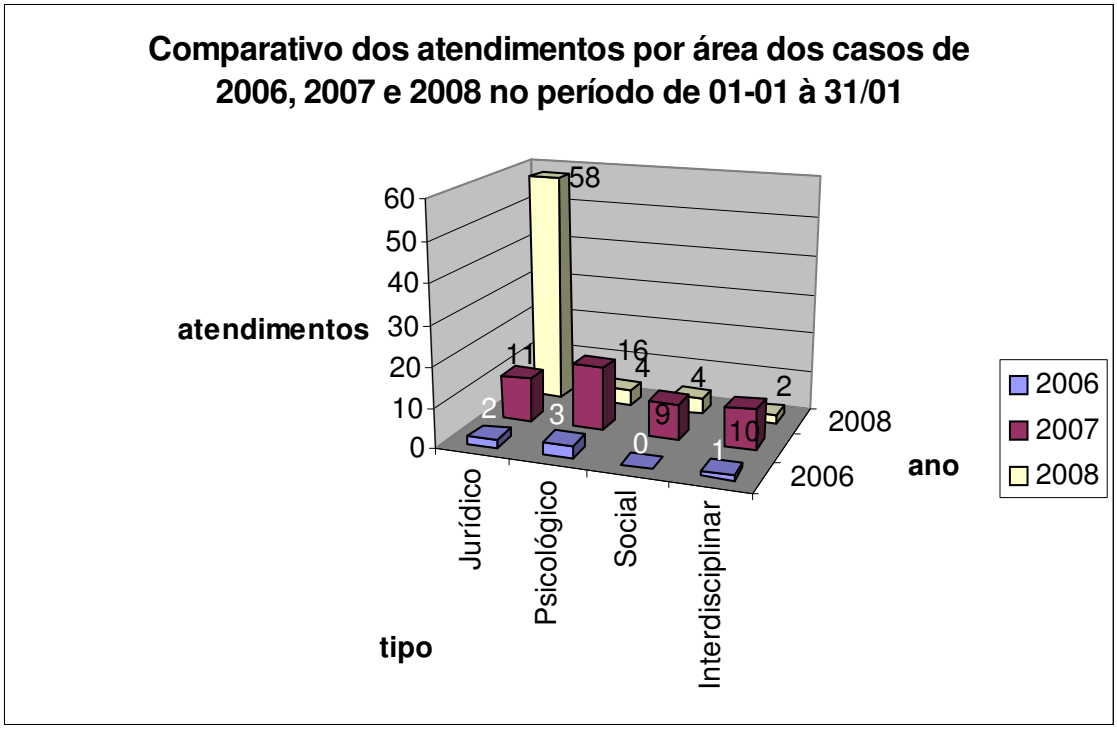
Aqui se verifica uma grande busca pelo serviço, mas que ocorre sem necessidade de expor sua imagem.

Tipos de Atendimentos:



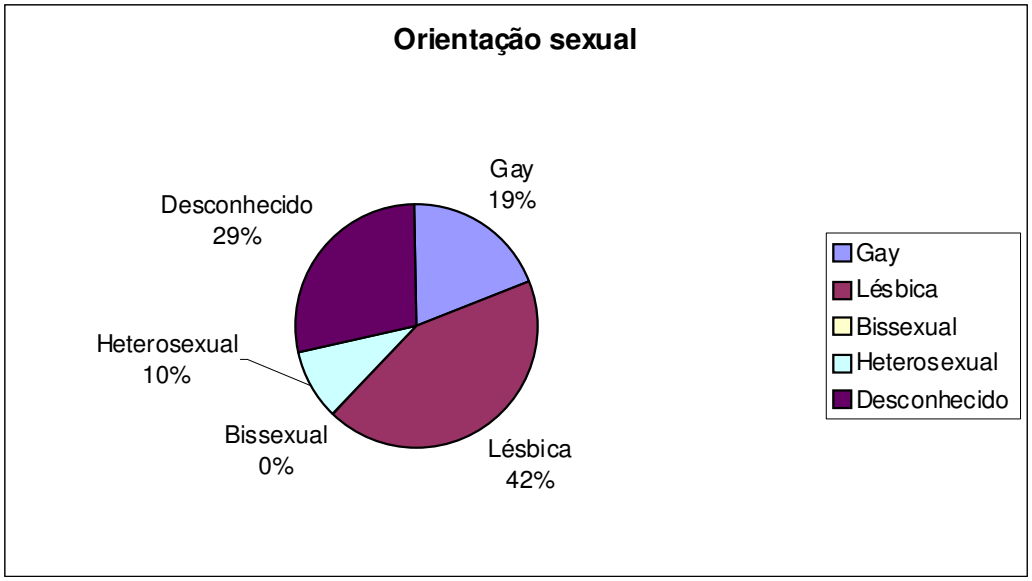
Também este gráfico nos mostra uma grande busca do serviço por conta de agressões físicas, gerando na maioria das vezes demanda de atendimento para o setor jurídico e social.

Atendimentos realizados por área:



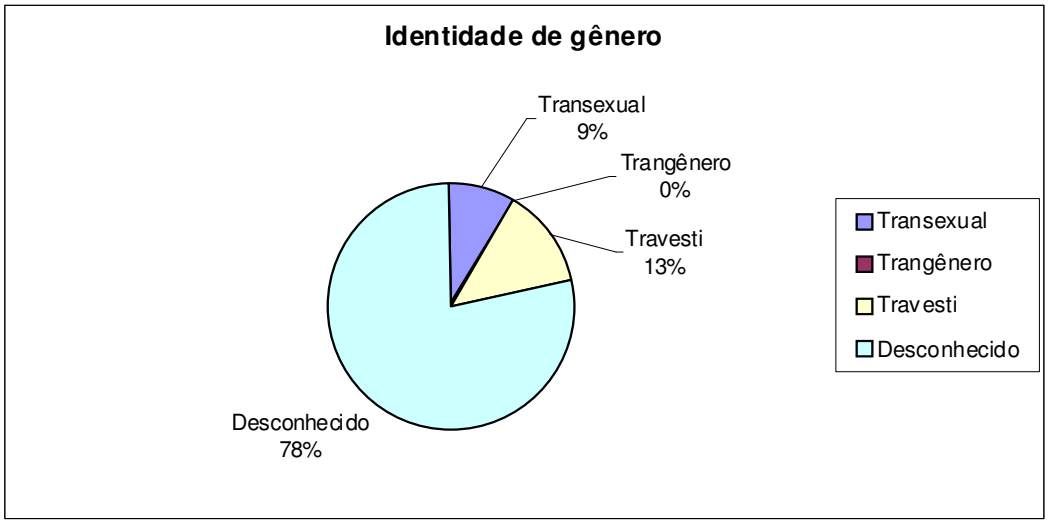
Pode se perceber uma crescente procura pelo Centro de Referência a cada ano, fato este que a meu ver materializa o reconhecimento do serviço pela população.

Orientação Sexual dos usuários:



O campo “desconhecidos” nos mostra o medo de exposição da imagem das pessoas que chegam ao Centro de Referência por meios virtuais, mas se percebe que em São Paulo as lésbicas buscam mais o serviço.

Identidade de Gênero dos (as) usuários (as):



Mais uma vez se percebe a busca pelo serviço por meios virtuais, onde neste as pessoas não identificam na maioria das vezes sua identidade de gênero.

Os dados apresentados constantes do relatório nos mostram que o fenômeno da violência também se faz presente nos atendimentos realizados pela equipe de São Paulo.

Outro dado que se repete é a não-identificação do usuário, que no caso de São Paulo utiliza meio de comunicação para denúncia, que não necessitam de exposição pública.

Vale destacar o aumento de procura pelo serviço desde sua implantação. Isso ao meu ver acontece pelo fato de que as pessoas começam a acreditar nos serviços a elas oferecidos, isso demonstra que serviços qualificados e equipes preparadas podem colaborar de fato na construção de novos "sujeitos políticos" e "novas realidades sociais".

"Os Centros de Referência são espaços importantes, sobretudo, porque o preconceito, a discriminação e outras formas de violência podem levar os indivíduos a várias modalidades de sofrimento emocional e social. A ação de profissionais qualificados pode contribuir muito para o tratamento das consequências da opressão". (Silvana)

4.4 – O PIONEIRISMO DE UMA PROFISSÃO QUE ENFRENTA AS DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS.

Com o objetivo de proporcionar visibilidade à pratica profissional dos assistentes sociais e sua inserção no debate frente a questão da diversidade sexual busquei, como dito anteriormente, através da metodologia da história oral, ouvir os relatados das profissionais que atuam nos Centros de Referência, pois acredito que esta atuação pode contribuir na construção da chamada "Cidadania LGBT"

Defender a construção de uma nova ordem social faz parte do posicionamento político assumido pelo coletivo da categoria dos assistentes sociais brasileiros. Assim, ouvir o relato da prática das profissionais nos proporciona a possibilidade de interlocução do projeto ético-político com o cotidiano da vivência profissional.

"É como sujeitos políticos, não como sujeitos solitários, que devemos realizar a nossa prática, fazendo-a pulsar juntamente com a sociedade em que vivemos, impregnando-a de buscas que a tornem uma prática desejante". (MARTINELLI, 2004a, p. 73).

Assim percebemos que cada profissional e o coletivo da profissão a cada momento constroem respostas superadoras ao pensamento conservador, fazendo assim ecoar seu posicionamento na sociedade através da intervenção cotidiana de cada profissional, e também por meio das entidades representativas da categoria.

Aqui destaco o Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e a ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social pois, mesmo com a força do pensamento neoliberal existente na construção de políticas públicas e com o avanço do pensamento conservador na sociedade, elas têm se mantido firmes na defesa de valores centrais como a democracia, liberdade e igualdade, mantendo assim acesa a coragem de lutar contra o pensamento hegemônico que impera na sociedade.

Tais valores se expressam nas falas das assistentes sociais que hoje atuam nos Centros de Referência de Direitos Humanos e Combate à Homofobia das cidades de Campinas e São Paulo, bem como também nos relatos das representantes do CFESS que, de forma individual e coletiva, não se intimidaram em dar uma resposta política, profissional e interventiva junto às demandas contemporâneas trazidas pela força do Movimento Social e por seus sujeitos nos serviços onde atuam.

A ação interventiva do profissional assistente social deve estar pautada na análise de conjuntura para poder dar respostas a situações a ele apresentadas na prática do exercício profissional.

Isso se confirma nas falas dos profissionais que entrevistamos. Nelas encontramos identidades que se constroem a partir da vivência cotidiana de cada sujeito, como nos aponta Martinelli (2004b, p. 17): *"A identidade profissional está sendo pensada dialeticamente, como uma categoria política e sócio-histórica que se constrói na trama das relações sociais"*.

4.4.1 – A TRAJETÓRIA E A ATUAÇÃO NO CENTRO DE REFERÊNCIA.

Acreditando que através da fala os sujeitos se revelam, bem como os seus projetos e ideias de vida, agora apresentarei trechos das entrevistas realizadas com as profissionais dos Centros de Referência de Campinas e de São Paulo.

Para melhor apresentar as falas das profissionais entrevistadas optamos por dividi-las em sub-temas, estes foram a meu ver os pontos que se destacaram na construção da prática interventiva nos Centros de Referência.

Os subtemas são:

* Inserção no Centro de Referência;

* O Centro de Referência;

* Formação e o processo de capacitação profissional;

* Defesa de Direitos;

* O Serviço Social no Centro de Referência;

* Os Desafios do cotidiano da prática profissional;

4.4.2 – INSERÇÃO NO CENTRO DE REFERÊNCIA.

No relato das profissionais, percebemos que a possibilidade de trabalhar junto ao Centro de Referência e à população LGBT foi encarada com um novo desafio profissional. Mas este já se vinculava a um projeto profissional.

"Em 2002 eu prestei um concurso na Prefeitura de Campinas, em 2003 me chamaram. Foram chamadas naquele dia 15 profissionais de Serviço Social porque a prefeitura tinha 15 vagas e uma das vagas era o CR aqui de Campinas. Eu escolhi o CR. Eu escolhi vir para cá porque eu achei que seria um desafio, uma coisa diferente de tudo o que eu já tinha feito na minha vida, que profissionalmente para mim ia ser bom. Então eu escolhi vir para cá e aqui estou há cinco anos". (Valdirene)

"Na época eu estava dando aula e um aluno meu me disse que tem uma vaga para o Centro de Referência, ele me disse: Professora, me dá seu currículo que eu levo lá"... "Além do meu, eles receberam aproximadamente 200 currículos. Destes, foram selecionados para a entrevista uns 30 ou 20 e o meu estava no meio" ... "Então eu participei da entrevista normalmente, como qualquer outra profissional, possibilitando que eu ficasse... Por anos atuei junto à defesa das pessoas com deficiência e junto às questões habitacionais, eu tinha uma bagagem nesse sentido, da defesa dos direitos". (Solange)

As profissionais demonstram que sua inserção nos Centros de Referência se deu pela motivação de acreditarem na possibilidade de exercer uma nova prática que se instala no campo da efetivação dos direitos.

4.4.3 – O CENTRO DE REFERÊNCIA.

Percebe-se na falas que existe uma forte identificação das profissionais com os Centros de Referência. Isso ao meu ver acontece pela possibilidade de se executar um trabalho dentro de um serviço pioneiro, frente à construção e efetivação dos Direitos Humanos.

"A gente chama o CR de um serviço diferenciado dos outros serviços da prefeitura. As pessoas chegam aqui, não fazem triagem, e escolhem com que profissional querem falar. É um serviço diferenciado do serviço público". (Valdirene)

"A gente percebe que os gays, procuram mais o atendimento jurídico, porque parece que estão no momento mais de brigar pelos seus direitos, de lutar pelos seus direitos. As lésbicas, procuram mais a psicologia, o atendimento psicológico, por conta da questão de se descobrirem e tal. E as travestis procuram muito o Serviço Social por conta do olhar que o Serviço Social tem para a população. Elas procuram cuidado, na verdade, vêm em busca de cuidado, de atenção, de um pouco de carinho. Elas vêm buscar isso, vêm muito buscar a questão financeira também". (Valdirene)

"Acho que uma das coisas que a gente tem percebido é que o Centro de Referência vem como uma necessidade do 'Brasil Sem Homofobia' do Programa Federal, e tem a questão do Movimento Social que muito parece que trabalhou para que este programa funcionasse ou que ele fosse implementado". (Solange)

"Existir um Centro de Referência é muito triste, porque enquanto existir, é porque existe preconceito e discriminação. O lado positivo é que enquanto estiver abrindo os Centros podemos perceber que estão acontecendo avanços". (Solange)

Nos relatos se percebe que o Centro de Referência se torna um espaço de construção da prática, que responde a uma demanda contemporânea da sociedade.

4.4.4 – A FORMAÇÃO E O PROCESSO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Podemos perceber que a discussão da sexualidade relacionada às questões da diversidade sexual, foi e ainda é pouco presente no processo formativo dos profissionais do Serviço Social, sendo um desafio poder encontrar produções escritas sobre a temática na literatura voltada à profissão.

"Quando eu entrei na área, eu não sabia a diferença entre travesti e transexual, mas eu sabia muito bem a diferença entre ter direitos e não ter direitos". (Solange)

"Não, nunca ouvi falar da questão LGBT, nem na faculdade e nem em minha trajetória profissional". (Valdirene)

"Acredito que essa é a falha na graduação de Serviço Social. Esse tema deveria estar mais presente, haja vista que as assistentes sociais, trabalhadores sociais, têm que atuar nessa área, independente se estão em Centro de Referência". (Solange)

"A graduação não está preparando os alunos para enfrentar isso, enfrentar que o menino vai vir de cabelo comprido, de vestidinho, de sainha e quer ser chamado de Joana e não João". (Solange)

"Eu me lembro que quando eu comecei aqui, eu fui procurar em tudo do Serviço Social, porque eu falei: 'gente! Alguém deve ter escrito alguma coisa. Alguém... Deve ter em algum lugar'. E eu não achei,"

"Não existiu nenhum tipo de capacitação e na verdade nem existe. Eu cheguei aqui sem saber nada de população LGBT, de diferença, o que era um, o que era outro, como é que se definia isso, eu não sabia nada. Então eu aprendi muito com o Paulo, que é o coordenador e com a Cristiane Simões, que era nossa advogada. Então tudo que eu aprendi foi com os dois. E depois nos outros espaços, participando das conferências, participando de alguns encontros e convivendo com as pessoas". (Valdirene)

"Você vai estudando a complexidade, você vai estudando a história da desigualdade, você vai estudando a história da luta, das garantias, todas as legislações, e você vai realmente assim, se aproximando da temática". (Solange)

"Capacitação aí foi minha mesmo, de ler, de pesquisar, de ver algumas palestras, de participar de alguns seminários". (Solange)

"Eu preciso estar capacitada para ter a sensibilidade de te escutar, ver quais são as suas aflições, ver quais são os seus direitos violados e garanti-los". (Solange)

Podemos verificar que ainda é um desafio para toda a profissão o processo da formação inicial e continuada quanto a questões relacionadas à liberdade de expressão e vivência das diversas formas da sexualidade humana.

4.4.5 – DEFESA DE DIREITOS.

Reconhecer os sujeitos com os quais se trabalha e buscar juntos as possibilidades de efetivação e conquista de seus direitos, fica explicito na fala das profissionais e se materializando na prática:

"Não me importa se é um gay que está sentado na minha frente, se é um hétero, se é uma travesti, se é uma transexual ou se é uma lésbica. Para mim o que importa é que quem veio aqui, está com seus direitos violados. Então eu atendo não pela sua orientação, eu atendo pelos seus direitos violados e eu atendo pela sua condição de ser cidadão, não é? A questão da sua orientação sexual ou da sua identidade, é um item a mais pela sua desigualdade, não é? É um item a mais que favorece estar excluído da sociedade". (Solange)

"Independente da orientação sexual, independente da identidade de gênero, eles são cidadãos de direito". (Solange)

"Então eu acho que a maior importância do Serviço Social é preservar e trazer a Política de Assistência aqui dentro, trazer a questão do ECA aqui para dentro. Então todas as questões de direitos e de garantias de direitos, isso o Serviço Social procura sempre trazer". (Solange)

"Quando eu estou atendendo, Marcos, eu não consigo ver se é travesti, se tem pênis no meio das pernas. A única coisa que eu posso ver é que ela está sofrendo, que ela está se sentindo mal, está se sentindo incompreendida.Vejo

também que ela tem toda a capacidade, que às vezes ela tem faculdade, ou tem cursos profissionalizantes, e não consegue trabalhar apenas porque fez a opção de querer ser feliz de verdade. Porque você pode ter a sua orientação, mas você faz a opção na vida de dizer: "eu sou gay, ou não sou gay". Isso é a opção. E aí tem as consequências, porque o mundo, ele é muito cruel, as pessoas são muito más. As pessoas são amargas, as pessoas só aceitam aquilo que elas querem aceitar. Aquilo que me faz bem. O que não me fizer bem, eu não aceito. Aquilo que for contra mim, eu não aceito, eu rejeito". (Solange)

"Além da homofobia através da violência física, da discriminação, de um xingamento, de um constrangimento, também há a homofobia posta pela falta de acesso a empregos e a cursos". (Solange)

"São pessoas empobrecidas no sentido de acesso aos direitos, porque são pessoas que pagam... Alguns pagam seus aluguéis, têm seu celular, se vestem bem, mas está empobrecida no acesso aos direitos". (Solange)

"As travestis, elas não são consideradas para muitas pessoas, elas não são consideradas nem um ser humano. Elas não são consideradas nada, então elas não existem. É mais fácil fechar os olhos e fazer de conta que elas não existem do que tentar entender aquele ser, então elas acabam ficando mais invisibilizadas". (Valdirene)

"Se você quiser, você consegue enxergar o brilho da pessoa, do ser humano por trás de uma maquiagem carregada de uma roupa espalhafatosa, enfim. você consegue 'ajudar' aquela pessoa a recuperar o seu brilho e sua auto-estima. Elas chegam aqui esgarçadas e é muito bom poder ver uma pessoa indo embora de cabeça erguida". (Valdirene)

"Fazer com que as demandas que surgiram na Conferência Nacional saiam do papel, temos um livro imenso com as considerações da Conferência e que têm que sair do papel, que têm que funcionar. A Conferência Nacional foi maravilhosa, foi um marco na História, primeira do mundo, lindo, maravilhoso, mas tem que

funcionar, não adianta fazer conferência para deixar guardada, só para ter anais". (Valdirene)

Fica presente nas falas das profissionais o comprometimento com a defesa dos Direitos Humanos, fica muito presente, mostrando com isso que o comprometimento da prática nos Centros de Referência vai além da defesa dos direitos da população LGBT.

4.4.6 – O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA.

Na fala das profissionais percebemos que a atuação do Serviço Social nos Centros de Referência ainda estão sendo construídas, mas tal construção tem muito clara a atuação e o papel do Serviço Social frente às demandas que surgem no cotidiano da prática e a necessidade de se atuar de forma ampla, envolvendo todos os serviços e políticas públicas.

"O maior desafio é a forma como esse profissional é visto. A assistente social ainda é vista como aquela criatura que tem que passar a mão na cabeça, que tem que acolher e cuidar e ajudar e botar no colo. É um desafio muito grande explicar para as pessoas e mostrar para elas que o papel não é esse. O papel do Serviço Social é muito, é muito maior do que fazer caridade. Caridade qualquer um faz. O Serviço Social é feito por um profissional". (Valdirene)

"O que mais chega são os conflitos familiares. Os conflitos familiares e os comunitários também. Então, vizinhos, amigos, coleguinhas de escolas, essa questão... Esses conflitos, essa mediação de conflitos é o que mais chega aqui para o CR, para o Serviço Social". (Valdirene)

"O Serviço Social, ele trabalha muito com capacitações e sensibilizações de outros serviços, principalmente outros serviços, junto com a psicologia, com as escolas, os conflitos familiares também são muito da área do Serviço Social e um pouco da parte burocrática também, um pouco da construção de relatórios de todo o serviço, construção do mapa da violência". (Valdirene)

"O mais desafiador para o Serviço Social é criar o vínculo das pessoas com os serviços, é vincular as pessoas ao serviço". (Valdirene)

"Para o Movimento é muito claro, assim, o que é jurídico e o que é psicológico. O que é o Serviço Social não é claro. Então eles entendem o seguinte: não é jurídico, não é psicológico, manda para a assistente social". (Valdirene)

"Dos colegas tem aquela coisa assim, do desconhecimento mesmo. As pessoas têm medo daquilo que elas não conhecem. Então muitos colegas falam para mim: 'nossa! Mas o que que faz um profissional do Serviço Social num lugar desse'? Ou então: 'você não tem medo de trabalhar lá?' Os profissionais ainda têm uma certa reserva com os Centros de Referência". (Valdirene)

"Então eu acho que um dos desafios do Serviço Social é ele preservar e trazer a Política de Assistência, a questão do Estatuto da Criança e do Adolescente aqui para dentro, e todas as questões de garantias de direitos, isso o Serviço Social procura sempre trazer". (Solange)

"O Serviço Social atua na elaboração de projetos, na articulação, na organização de capacitações, no atendimento e no acompanhamento às famílias". (Solange)

"Outro desafio é você entender o que está posto na Política de Assistência, assim como eu tenho que entender o que está posto no SUS, o que está posto na Carta de Direito aos usuários". (Solange)

Percebe-se que o profissional assistente social que atua nos Centros de Referência tem o desafio de articular e fomentar o serviço com as demais políticas, proporcionado assim condições para que os usuários dos serviços sejam reconhecidos em todos os espaços como cidadãos de direitos.

4.4.7 – OS DESAFIOS DO COTIDIANO DA PRÁTICA.

Frente aos desafios que os relatos nos mostram, um ponto que se destaca é a coragem das profissionais de assumirem que foi necessário romper com os preconceitos existentes, sendo esta, ao meu ver, uma das grandes possibilidades de construção de práticas transformadoras.

"Quando você chega, você traz um preconceito cultural eu acho, você acaba trazendo. Por mais que você diga que não, que tudo bem, eu acho que a gente acaba trazendo sim alguma coisa que é cultural. Eu tive uma formação religiosa, educada em colégio de freira. E é muito bom você ir com o tempo se despindo disso, de tudo, de tudo aquilo que é cultural que você trouxe, daquele preconceito cultural que você trouxe, você vai se despindo e aí você vai ficando mais leve. Então teve essa mudança sim". (Valdirene)

"O primeiro desafio é você superar os seus preconceitos. É o primeiro desafio do profissional. Uma coisa que para mim fica muito clara é assim, quando você está trabalhando nesta área, você lida diretamente com a questão chamada sexualidade. Ela está posta". (Solange)

"É você trabalhar os seus preconceitos, entrar em contato com eles, entrar em contato com todos os juízos de valores que você tem, entrar em contato com a sua sexualidade. Isso você tem que fazer". (Solange)

"Outro desafio é você entender o que está posto na Política de Assistência, assim como eu tenho que entender o que está posto no SUS, o que está posto na Carta de Direito aos usuários". (Solange)

"Ou quando você encaminha travestis em situação de rua para albergue, a assistente social acha que por ela ter um pênis, ela tem que dormir no quarto masculino e tem que tomar banho no banheiro masculino. Não consegue entender que apesar do pênis, ela tem identidade feminina e ela tem que ir para o quarto feminino e para o banheiro feminino". (Solange)

Ter coragem de enfrentar o novo que se coloca para a prática profissional fica implícito nos relatos, com isso se aflora a sensibilidade de assumir seus limites. Mas esses não se tornam barreiras, ao contrário são incentivadores que promovem transformação na vida profissional e técnica de cada sujeito.

4.4.8 – UMA CAMPANHA, UM PROJETO ÉTICO-POLÍTICO-PROFISSIONAL.

Aqui pretendo apresentar as falas de todos os sujeitos da pesquisa, onde poderemos nos aproximar de suas opiniões referentes à Campanha o Amor Fala Todas a Línguas – Assistentes Sociais na Luta Contra o Preconceito. Assim poderemos conhecer relatos de quem atua na ponta dos serviços, daqueles que contribuíram de forma mais efetiva na elaboração da campanha e do Movimento Social parceiro e sujeito em sua construção.

"A campanha não chegou aos profissionais. Pouquíssimos profissionais se deram conta dessa campanha, se deram conta do que estava acontecendo, se deram conta das mudanças". (Valdirene)

"Campinas lançou a campanha porque na verdade foi uma demanda também que o Movimento nos trouxe. O Movimento foi no lançamento da campanha em São Paulo e pediu para que fizéssemos um lançamento aqui em Campinas". (Valdirene)

"Ela não chegou ainda para todo mundo. Eu tenho feito o máximo... Eu tenho feito o máximo. Tanto que agora nós vamos ter o Encontro dos Centros de Referência em Brasília, e um dos documentos que vai para a pasta de apoio para todos os profissionais é o material da Campanha". (Solange)

"A Campanha foi um momento importante em que o CFESS atuou em nível nacional provocando o debate, convocando os Conselhos Regionais, Seccionais e a categoria para discutir e entender as implicações na vida das pessoas do preconceito e da discriminação, além de mostrar que essa questão é relevante para a profissão, pois são milhares de pessoas que são desrespeitadas em suas famílias, nas instituições, na rua, na mídia". (Silvana)

"O grande desafio é dar continuidade à campanha e aos debates e fortalecê-los em articulação com as Universidades, no âmbito da formação profissional e juntamente com os movimentos sociais e instituições que atuam nesta luta para que um número cada vez maior de assistentes sociais possa lutar contra esta forma de opressão". (Silvana)

"Primeiro formato da campanha e a gente querendo que ela tivesse uma consequência maior na categoria, uma entrada maior na categoria e na sociedade, mostrando a cara do Serviço Social, no combate à opressão, à discriminação pela livre orientação sexual e por todas as outras discriminações que a gente combate". (Maria)

"A sensação que eu tenho é que a campanha materializa o projeto ético-político. Muito assertivamente ela materializa a proposta de uma sociedade justa, equitativa, sem opressão". (Maria)

"Essa campanha, materializa o projeto ético-político. Ela diz exatamente onde a gente quer chegar, no que a gente quer mexer, o que a gente quer construir, que sociedade nós queremos construir". (Maria)

"A campanha, achei muito linda e muito oportuna. Os assistentes sociais estão de parabéns. Foi a terceira profissão a reconhecer o respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero. Primeiro foram os jornalistas e depois os psicólogos. Acho fundamental a campanha para conscientizar uma profissão que tem muito relacionamento com nossa comunidade". (Toni)

"Temos que continuar investindo e muito, e muito intensivamente. Isso é uma avaliação do CFESS inclusive, da Comissão de Ética, que esta campanha não pode ser somente de um ano". (Maria)

"No Encontro Nacional de 2006 tivemos alguns CRESS fazendo relatos de hospitais em que o diretor arrancou o cartaz da campanha e de pessoas que foram perseguidas porque queriam levar a campanha dentro dos seus trabalhos". (Maria)

Podemos perceber que a campanha foi um marco na história do Serviço Social brasileiro, sendo ela um posicionamento político contra todas as formas de opressão e de preconceito por orientação sexual. Mas ainda se faz necessário ampliar o debate sobre sua concepção dentro da categoria e proporcionar mais visibilidade de tal posicionamento para toda a sociedade.

4.4.9 – UMA RESOLUÇÃO QUE INTERFERE NO COTIDIANO DA PRÁTICA.

As falas referentes à Resolução 489/06 nos apontam que elas se transformam em instrumentos concretos para a efetivação da prática cotidiana, sendo muitas vezes balizadoras das ações cotidianas, outro aspecto que se percebe é a necessidade de entendimento de que uma Resolução não é punitiva, mas sim um posicionamento político para a conduta individual e coletiva da profissão.

"Eu acho que a Resolução também acabou por ficar invisível. Menos que a campanha, bem menos que a campanha. Porque a resolução é punitiva, então ela assusta um pouco mais as pessoas e as pessoas acabam se apropriando um pouco dela, mas também invisível, também pouco divulgada, também pouco trabalhada". (Valdirene)

"Todas as vezes que eu faço uma capacitação, eu falo da Resolução, toda vez que eu ligo para um lugar, ligo para o assistente social, ele quer colocar barreiras para atender uma pessoa LGBT, eu falo da Resolução. Então, eu acredito que cada profissional deveria ter essa Resolução muito bem, esclarecida, assim como outras resoluções". (Solange)

"Um dia eu falei com uma assistente social de um abrigo, ela não sabia da Resolução e eu falei para ela: "você sabe que você está indo contra a Lei 10.948"? Eu falei: "tudo bem. A Lei você pode até não saber, mas você conhece a Resolução 489/2006"? "Ah, não. Não conheço". (Solange)

"Os alunos têm que sair da faculdade sabendo dessas leis, sabendo dessas resoluções, aliás, conhecer todas as resoluções. Eu acho que o aluno de Serviço Social, ele não poderia sair da faculdade sem conhecer as resoluções todas, porque só estudar o Estatuto, só estudar o Código de Ética como se estuda, é uma coisa, mas o Código de Ética, ele não tem um fim em si mesmo. Então o aluno sai de uma faculdade e vai para o mundo do trabalho sem conhecer as resoluções da profissão". (Solange)

"Eu acho uma resolução muito interessante. Eu achei assim, um pioneirismo. Não existia resolução anterior que trabalhasse com denúncias, sendo o conjunto um receptáculo de denúncias". (Maria)

"Considero a Resolução 489/2006 um dos grandes ganhos ético-políticos dessa campanha. A elaboração da Resolução foi solicitada à assessora jurídica do CFESS, Dra Sylvia Terra por meio da Comissão de Ética e Direitos Humanos. Houve o momento da leitura, discussão e aprovação na reunião do Conselho pleno do CFESS e, a partir disso, publicação no Diário Oficial. Esta Resolução constitui-se num instrumento na luta contra a opressão sexual". (Silvana)

Quando falamos de uma resolução, infelizmente ela ainda é ligada às questões de punição e fiscalização, e pouco é considerada como um instrumento legal para respaldar a pratica cotidiana profissional.

Desta forma fica ainda o desafio de fazer chegar até a categoria não somente a Resolução 489/06, mas acima de tudo se faz necessário, proporcionar um entendimento quanto a sua objetivação dentro do processo de trabalho e político desenvolvido pela categoria profissional.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Finalizar um trabalho sempre nos mostra que o caminho somente se iniciou e assim me sinto depois de ter percorrido toda a trajetória da pesquisa. Nela tive a oportunidade de mergulhar na temática da Diversidade Sexual, passando por minha história pessoal e profissional, depois pela história do Movimento LGBT Brasileiro, chegando até a atuação profissional dos assistentes sociais dos Centros de Referência em Direitos Humanos para Prevenção e Combate à Homofobia no Brasil, de Campinas e São Paulo.

Sei que esta dissertação constitui uma primeira aproximação sobre a temática dos Direitos Sexuais e Reprodutivos com ênfase nas questões relativas aos Direitos LGBT e suas relações com a categoria profissional dos assistentes sociais.

Mas também sei que o inverso é verdadeiro, pois a realização da dissertação tornou possível fazer a aproximação da trajetória do Movimento com a história do Serviço Social brasileiro. Este é um dos pontos que a meu ver se destaca na construção da pesquisa. Nela encontrei um objetivo comum entre ambas as trajetórias, que é a luta pela construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária. Assim, acredito que um dia poderemos dizer, sem medo do preconceito que gera a homofobia, que *"toda forma de amor vale a pena".*

Outro ponto interessante que se destaca é que ainda hoje se faz presente a necessidade de se aprofundar o debate a respeito da sexualidade e suas diversas formas de expressão e vivência, sendo imprescindível ampliar as reflexões sobre diversidade sexual, identidade de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos.

Perceber que a trajetória de um grupo de cidadãos que têm seus direitos negados e que por isso se tornam "invisíveis" dentro da sociedade, pode fazer surgir no cotidiano da sociedade grande manifestações, com capacidade de alterar as possibilidades de relações sociais existentes, é uma experiência que me faz crer que a luta pela "Cidadania LGBT" se torna uma experiência única para seus sujeitos.

Assim percebe-se que as reivindicações políticas, as manifestações de rua, os gritos de guerra e as caras maquiadas também chegam como desafio para as categorias profissionais. Sendo estas convidadas a dar respostas coletivas quanto à possibilidade de se efetivar direitos para aqueles que não são heterossexuais.

Desta forma, percebo que mais uma vez o conjunto da categoria não se furtou ao debate e de forma efetiva construiu uma resposta pioneira e ousada ao afirmar publicamente que: "O Amor Fala Todas as Línguas" e que os assistentes sociais estão na luta contra todas as formas de preconceito, além de assumir desafios, tais como:

- Refletir sobre os limites da igualdade e da liberdade na sociabilidade capitalista;
- Aprofundar no debate profissional o entendimento teórico sobre a concepção de individualidade e diversidade e realizar a crítica ao padrão de sexualidade dominante;
- Refletir sobre as formas de opressão vivenciadas por segmentos historicamente ausentes do círculo de direitos e a apropriação mercantil pelo sistema do capital das demandas no campo da diversidade;
- Contribuir para a superação das variadas formas de preconceito e discriminação que se consolidam como ferramentas ideológicas opressivas na vida cotidiana;
- Qualificar os termos do debate: o que estamos entendendo por sociedade civil, cotidiano, cidadania, ética na política, direitos humanos, totalidade, democracia etc;
- Estimular o debate conceitual e a reflexão sobre o cotidiano profissional;
- Intervir positivamente na mídia com uma política firme contra a possibilidade de reprodução de xenofobia, de preconceitos e situações de discriminação;
- Considerar a diversidade e as diferenças entre os sujeitos, o que pede qualificação empírica sobre quem são os sujeitos na classe;
- Investir numa cultura política que problematize em profundidade a dimensão de classe e o reconhecimento da multiplicidade e diversidade entre os sujeitos na classe;

- Reapropriar-se cotidianamente de uma leitura crítica da realidade que considere o debate histórico (as lutas sociais, os sujeitos e suas reivindicações);
- Reconhecer a potencialidade das lutas em torno da raça, gênero, orientação sexual, questão ambiental e contribuir para a produção teórica crítica em tais ambiências temáticas, diferenciando das abordagens pós-modernas, caracterizadas pela fragmentação e pela defesa do direito à diferença em detrimento da luta pela igualdade e liberdade substantivas;
- Entender que um projeto emancipatório não pode dividir as lutas entre gerais e em específicas, e nem tão pouco cair nas ciladas da diferença.

Estes desafios se materializam com ação política nas práticas interventivas dos profissionais que hoje atuam nos Centros de Referência em Direitos Humanos para Prevenção e Combate à Homofobia no Brasil, sendo que através de seus depoimentos verificamos que nestes novos espaços operacionais há a possibilidade da construção de novas identidades *"que se constroem no fértil terreno da diferença, no interior das relações sociais antagônicas".* (MARTINELLI, 2007, p. 1).

No contato com os sujeitos percebi quão forte é a coragem e a ousadia daqueles e daquelas que lutam pela construção de uma sociedade justa e igualitária. Neste processo também verifiquei que estes princípios se constroem na trajetória de cada pessoa e assim passam a fazer parte de seu discurso e de sua vida cotidiana e profissional.

Reviver minha trajetória, a do Movimento LGBT Brasileiro e cruzar estas com os desafios impostos para a categoria profissional, possibilitou-me conhecer ainda mais como acontece a construção de identidades, fortalecendo em mim a certeza de que as experiências estão sempre engendradas por "relações históricas", pois como diz Netto (2002, p.13)*: "Nós temos a tarefa de, também, nos auto-construir, nos auto-constituir em sujeitos com projetos que nunca podem se esgotar no horizonte de nosso umbigo, têm que ser um pouquinho maiores".*

Assim, após ter contato com a história e com o momento presente, poder analisar as lutas e as conquistas do Movimento LGBT, verifico que todos somos

sujeitos desta luta onde cada um tem uma ação a ser desenvolvida, seja dentro da militância, seja no cotidiano da vida ou na prática interventiva profissional.

Desta forma, poderemos transformar nossas histórias, sendo um dia possível viver em uma sociedade onde o preconceito não exista, e que palavras como homofobia, machismo, racismo sejam somente resquícios de um passado distante.

Sei que esta pesquisa é somente o início de uma aproximação com a temática da Diversidade Sexual e o Serviço Social, sendo ainda necessário um maior aprofundamento quanto à questão e novos estudos, mas acredito que a temática continua me convocando para novos estudos e, sobretudo, para a militância cotidiana da vida e da profissão.

Finalizo com um forte sentimento de otimismo e de coragem: otimismo por ter tido a possibilidade de, através da pesquisa, registrar as conquistas da luta contra o preconceito por orientação sexual e com isso verificar que grandes resultados têm sido conquistados, seja no campo jurídico ou na construção de políticas públicas, como é o caso dos Centros de Referências em Direitos Humanos para Prevenção e Combate à Homofobia no Brasil:

E coragem, coragem sim, de dizer como Martinelli (2006, p. 1): *"muito prazer, sou assistente social"*, pois sei que assumi fazer parte de uma profissão que luta contra todas as forma de opressão e que nunca se furta a dar resposta frente às "expressões da questão social".

Como no exemplo dado há 30 anos no célebre "Congresso da Virada" como ficou denominado o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, realizado no período de 23 a 28 de setembro de 1979 na cidade de São Paulo, quando parte da categoria rompeu com o poder hegemônico da época e historicamente tomou novos rumos frente sua atuação na sociedade brasileira.

"Eu estava lá no Congresso, eu era recém formada, saindo de um momento de ditadura. Quando a gente pensa nesses 30 anos, a gente vê o quanto a sociedade evoluiu e quanto a nossa categoria também evoluiu. Vejo que a nossa

categoria teve a coragem de fazer enfrentamentos, enfrentamentos de identidade dela mesma. Coragem de dar uma reviravolta nela mesma, de se comprometer com outros segmentos, com segmentos oprimidos da sociedade. Então eu fico profundamente feliz". (Maria)

Parabéns a todas e todos que ainda hoje continuam se norteando pelo tão marcante "Congresso da Virada", conseguindo integrá-lo em seu projeto de vida, em consonância com o projeto ético-político da profissão.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Vagner (Org.). *Ritos e Ditos de Jovens Gays*. Rio de Janeiro: ABIA, 2002.

ANIS - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. *Legislação e Jurisprudência LGBTTT:* lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros: atualizada até 09.2006. Brasília: LetrasLivres, 2007.

ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André (Org.). *Sexualidades ocidentais:* contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ÁVILA, Maria Betânia. Liberdade e legalidade: uma relação dialética. ÁVILA, Maria Betânia; PORTELLA, Ana Paula; FERREIRA, Verônica (Org.). *Novas legalidades e democratização da vida social:* família, sexualidade e aborto. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BARSTED, Leila Linhares. Novas legalidades e novos sujeitos de direitos. ÁVILA, Maria Betânia; PORTELLA, Ana Paula; FERREIRA, Verônica (Org.). *Novas legalidades e democratização da vida social:* família, sexualidade e aborto. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo:* sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

BEZERRA, Holien Gonçalves. E. P. Thompson e a Teoria na História. *Projeto História:* revista do Programa de estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC de São Paulo, n. 12, p. 119-127, out. 1995.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Conferência Nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais: direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. *Anais...* Brasília, 2008.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Princípios de Yogyakarta:* princípios sobre a aplicação da legislação internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Brasília, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Texto-base da conferência nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais:* Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília, 2008.

CASSEMIRO, Luiza Carla. *Transcendendo o ideário de participação social:* uma análise do acesso dos homossexuais às políticas públicas. 2003. 80 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2003.

CFESS MANIFESTA. Conselho Federal de Serviço Social. *I Conferência Nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais*. Brasília, DF, jun. 2008.

CFESS MANIFESTA. Conselho Federal de Serviço Social. Natal: Teixeira Gráfica e Editora, ago. 2007.

CONDE, Michele Cunha Franco. *O movimento homossexual brasileiro:* sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania. 2004. 351 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2004.

CONSELHO Federal de Serviço Social. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993*. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências*. Brasília, DF, 1993.

CONSELHO Federal de Serviço Social. Resolução CFESS n. 489, de 03 de junho de 2006. *Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional*. Brasília, DF, 2006.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia:* Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da Republica, 2004.

CONSELHO Regional de Serviço Social. *Legislação brasileira para o serviço social:* coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da(o) assistente social. 2. ed. São Paulo: CRESS-SP, 2006.

EDUCANDO para a diversidade: os GLBTs na escola; orientações para educadores e pais. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. São Paulo: Corsa, 2003.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?* O movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

HIGHWATER, Jamake. *Mito e Sexualidade*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no serviço social:* ensaios críticos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade:* trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LEONEL, Vange. O beijo conquistado. NETTO, Fernando Costa; FRANÇA, Isadora Lins; FACCHINI, Regina (Coord.). *Parada:* 10 anos do orgulho GLBT em SP. São Paulo: Editora Produtiva, 2006.

MANFROI, Vânia Maria. *Retrato de militância:* modo(s) de vida militante no pós-68. 2000. 233 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

MAPA da Violência e Discriminação Praticada Contra Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais. Campinas, São Paulo: Prefeitura Municipal de Campinas, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Uma abordagem socioeducacional. MARTINELLI, Maria Lúcia; RODRIGUES ON, Maria Lucia; MUCHAIL, Salma Tannus (Org.). *O Uno e o Múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. (Org.) *Pesquisa Qualitativa:* um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

_____. *A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social*: uma matriz de análise. 2007. Texto de apoio elaborado pela autora, São Paulo, 2007. Não publicado.

_____. Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético-político Profissional. *Emancipação*: revista do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, ano 6, n. 1, p. 09-23, 2006.

_____. Sentido y direccionalidad: proyectos ético-políticos en Trabajo Social. *Revista Escenários*, La Plata, Argentina, n. 8, p. 17-20, set. 2004a.

_____. *Serviço Social:* identidade e alienação. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2004b.

NETTO, Fernando Costa; FRANÇA, Isadora Lins; FACCHINI, Regina (Coord.). *Parada:* 10 anos do orgulho GLBT em SP. São Paulo: Editora Produtiva, 2006.

NETTO, José Paulo. *O sujeito social no mundo atual.* In: I CONGRESSO DE SAÚDE, 2002, 17 p. Mimeografado.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado. CUNHA, Maria Clementina Pereira da Cunha (Org.). *Direito à Memória*. 2. ed. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Prefeitura do Município de São Paulo, 1992.

PEREIRA, Carlos Gilberto. *Reflexão sobre o momento do Movimento Nacional de Direitos Humanos - SP e algumas tarefas urgentes*. 2006. Texto elaborado pelo autor, São Paulo, 2006. Não publicado.

PICAZIO, Cláudio. *Diferentes desejos*. São Paulo: Edições GLS, 1998.

PICAZIO, Cláudio. *Educando para a diversidade:* os GLBTs na escola; orientações para educadores e pais. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. São Paulo: Corsa, 2003.

PORTELLI, Alessandro. O Momento da Minha Vida: funções do tempo na história oral. FENELON, Dea Ribeiro; ALMEIDA, Paulo Roberto de; MACIEL, Laura Antunes (Org.). *Muitas memórias, outras histórias.* São Paulo: Olho d'Água, 2004.

_____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História:* revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC de São Paulo, São Paulo, n. 14, p. 25-40, fev. 1997b.

_____. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História:* revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC de São Paulo, São Paulo, n. 14, p. 7-24, fev. 1997a.

_____. História Oral como gênero. *Projeto História:* revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC de São Paulo, São Paulo, n. 22, p. 9-36, jun. 2001.

_____. Memórias e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. ALBERTI, Verena; FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria (Org.). *História oral:* desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz/CPDOC; FGV, p.67-72, 2000.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História:* revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC de São Paulo, São Paulo, n. 15, p. 13-33, abr. 1997c.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra homossexualidades:* a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

RAMIRES NETO, Luiz. *Habitus de Gênero e Experiência Escolar:* jovens gays no ensino médio em São Paulo. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROCHA, Zildo. *Helder, O Dom:* uma vida que marcou os rumos da igreja no Brasil. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

RODRIGUES, Jorge Luiz Pinto. A imprensa gay do Rio Janeiro: linguagem verbal e linguagem visual. GROSSI, Miriam et al. *Movimentos sociais, educação e sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ROSSI, Lilia (Org.). *Guia de prevenção da DST/AIDS e cidadania para homossexuais*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho cientifico*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SIMÕES, Carlos. *Curso de direito do serviço social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 3).

TAMAROZZI, Giselli de Almeida. *Identidades familiares em construção:* uniões estáveis de casais do mesmo sexo. 2008. 249 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

TEIXEIRA, Rodrigo José. Linguagem profissional e o lugar da experiência: interações no cotidiano institucional dos assistentes sociais. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso:* a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Os sujeitos sociais em questão. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 40, 1992.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Análise de entrevistas em pesquisas com histórias de vida. *Cadernos Ceru* – Centro de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo, n. 11, p. 147-158, 2000.

Sites Eletrônicos

http://noticias.uol.com.br

http://pt.wikipedia.org

http://www.abglt.org.br

http://www.aids.gov.br

http://www.cfess.org.br

http://www.midiaindependente.org

http://www.mj.gov.br